

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

**GABRIEL ROLEMBERG SERWY**

**GLOBALIZAÇÃO, DEPENDÊNCIA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: ESFERAS DE  
CONSUMO E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO NO MÉXICO NEOLIBERAL**

**ORIENTADOR: LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Moisés Balestro – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília;

Prof. Dr. Jales Dantas da Costa – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia(FACE – UnB), Universidade de Brasília.

**Membro Suplente:**

Prof. Dr. Jacques Novion - Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

Das situações mais às menos previsíveis, a elaboração da presente dissertação passou por momentos em que as colaborações de colegas, amigos e familiares se mostraram essenciais e determinantes para seu sucesso.

Devo agradecer, em primeiro lugar, àquelas que permitiram que fosse possível a chegada desse momento, simplesmente por tudo que já fizeram, por todo o seu apoio em todos os momentos: minha mãe, Izabela, e minha vó, Teresa, primeiras e fundamentais fontes de força e inspiração.

Agradeço, também, a contribuição de professores que muito me ajudaram nos desafios previstos e imprevistos que por ventura surgiram nesse caminho. Ao professor Luiz Guilherme de Oliveira, pela solícita e prestativa orientação nestes dois anos de trabalho. À professora Maria de Lourdes Mollo, a qual, como dedicada docente e atenciosa tia, teve a boa vontade de me apresentar possibilidades imprescindíveis à conclusão do curso de mestrado e à resolução de importantes questões dessa investigação. Ao professor Jales da Costa, pelas suas importantes contribuições para a elaboração do Projeto de Dissertação e para o planejamento acadêmico que venho fazendo desde o último ano. À professora e tia Fernanda Sobral, que muito me incentivou e me ajudou na busca por informações e nos esclarecimentos necessários sobre os trâmites internos da burocracia acadêmica. Ao professor Jacques Novion, pelas valorosas sugestões bibliográficas dadas no início desse trabalho.

Não posso deixar de mencionar o apoio de valorosos colegas e amigos em todas as etapas de reflexão e escrita por que passei. Em especial, quero citar os amigos e companheiros de pós-graduação Maycom Santiago, Vinícius Menezes e Luisa Avila. Todos me ofereceram - para além das não menos importante confraternizações - frutíferas conversas, observações e sugestões bibliográficas, teóricas e históricas, em boa medida utilizadas nas páginas que se seguem.

Vai meu “muito obrigado” ao pessoal da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, no nome da querida Cecilia, sempre prestativos na resolução das urgências que as vezes nos pegam de surpresa na complicada burocracia universitária.

Ainda que seja evidente, preciso reforçar que não seria possível citar todos os que de algum modo tiveram sua contribuição para a conclusão da tarefa aqui realizada. Este trabalho contou com a solidariedade e com o apoio de muitos, e sou desde já responsável por qualquer omissão descabida. Em todos os momentos não faltaram motivações. Encontrei-as em companheiros, colegas e na inspiração única que é contribuir, ainda que modestamente, na construção de um instrumento intelectual crítico sobre a realidade latino-americana e sobre os caminhos necessários à sua transformação.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	7
<b>Capítulo I</b> - Dependência, Superexploração e Esferas de Circulação : Uma Abordagem Comparada De Celso Furtado e Ruy Mauro Marini.....	16
<b>Capítulo II</b> - Da Revolução Mexicana ao NAFTA: Política, Economia e Relações Internacionais no México do Século XX.....	46
<b>Capítulo III</b> -Consumo, Produção, Níveis de Ocupação e Remunerações no México Pós-NAFTA.....	76
<b>Capítulo IV</b> - México Pós-NAFTA: Superexploração e Acumulação Excludente.....	99
<b>Conclusão</b> .....	114
<b>Bibliografia</b> .....	116
<b>Apêndice</b> .....	118

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a maneira como se reproduz, no México dos anos posteriores à assinatura do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês), um padrão de acumulação caracterizado pela exclusão de parte significativa da classe trabalhadora dos processos produtivos e dos ganhos de acumulação da economia e pela manutenção de elevados níveis de exploração do trabalho. Utilizando-se um recorte temporal de 1998 a 2008, a investigação é feita relacionando um conjunto de aspectos referentes ao padrão de consumo, às características da produção e aos níveis de ocupação e remuneração da população mexicana com as perspectivas defendidas pela teoria da dependência – em sua vertente marxista e em sua herança estruturalista - e com importantes elementos da trajetória política e econômica do México no século XX, de forma a produzir interpretações coerentes com perspectivas mais amplas sobre a inserção particular das economias dependentes na economia mundial, condicionada pelos caminhos tomados na manutenção de seu persistente subdesenvolvimento ao longo das décadas.

**Palavras-chave:** Dependência; Superexploração; México; Desenvolvimento; NAFTA.

## ABSTRACT

This work has as objective the investigation about how is reproduced, in Mexico of the years after the signature of the North American Free Trade Agreement (NAFTA), a pattern of accumulation characterized by the exclusion of an important part of the working class from the productive processes and the accumulation gains of the economy and by the maintenance of great levels of work exploitation. Studying the period between 1998 and 2008, the investigation is made comparing a set of features related with the consumption pattern, the characteristics of production and the occupation and remuneration levels of Mexican population with the perspectives defended by the dependency theory – in its Marxist approach and in its Structuralist heritage – and with important elements from Mexican political and economic trajectory in twentieth century, in order to produce interpretations that are coherent with broader perspectives about the particular insertion of dependent economies in world economy, conditioned by the ways taken in the maintenance of its persistent underdevelopment over decades.

**Key words:** Dependency; Superexploitation; Mexico; Development; NAFTA.



## INTRODUÇÃO

A economia capitalista mundial vem passando por profundas transformações e levanta grandes questões a respeito de seu futuro. Esse conjunto de mudanças atinge diretamente a classe trabalhadora e as frações historicamente marginalizadas em amplas partes do mundo. Nas últimas décadas, vivenciou-se fenômenos relacionados à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho a qual, em conjunto com novos processos como a intensa financeirização da economia mundial, a mudança de paradigma tecnológico e a conformação de uma nova arquitetura macroeconômica nos espaços nacionais e internacional, tem testemunhado o aprofundamento de velhos problemas e o aguçamento de contradições históricas do capitalismo.

Essa alta intensidade das transformações na economia política internacional contrasta diretamente com a insuficiência de explicações sobre suas implicações nas estruturas políticas e sociais, sobretudo quando se considera as regiões de menor desenvolvimento econômico no planeta. A problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, no que se refere à busca por estruturas econômicas e sociais que perpetuam a desigualdade e a pobreza, central às análises das ciências sociais em décadas passadas, perde sua vitalidade intelectual e cede espaço para análises focadas em aspectos particulares e fragmentados da realidade. Estas últimas, muitas vezes próximas teoricamente das abordagens das ciências econômicas de viés neoclássico, costumam sedimentar suas conclusões sobre o pressuposto da virtude dos mercados desregulados na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico, e sustentam, a partir dessas premissas e dos resultados que implicam, o conjunto de políticas aplicadas sob o paradigma neoliberal de forma generalizada ao redor do globo.

Na América Latina, testemunhou-se em toda sua inteireza este conjunto de fenômenos. De um lado, as mudanças na economia internacional e a adoção de políticas de abertura financeira e comercial por governos da região foram acompanhadas da destruição dos segmentos de maior valor agregado das economias, da reprimarização de sua pauta exportadora e do agravamento das desigualdades sociais na região. De outro, houve uma progressiva marginalização no debate intelectual a respeito da temática do desenvolvimento e de sua relação com as formações sociais da região – tão presente nas discussões promovidas no período pós-guerra, entre outras instituições, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), as quais obtiveram ampla repercussão – em nome de análises focadas nos desequilíbrios macroeconômicos pelos quais a região passou nos anos 1980 e 1990 e na problemática da inflação. O resultado desse processo é a ignorância a respeito das formas e dos desdobramentos, na atualidade, do padrão de acumulação de capital nos países da região e quais são as maiores implicações que as transformações econômicas

contemporâneas acarretaram em seu funcionamento.

O trabalho aqui apresentado visa contribuir em algum grau para descortinar fenômenos vividos com o advento da chamada globalização neoliberal e suas implicações especificamente em um país latino-americano, o México. Este foi um país pioneiro entre a maioria dos latino-americanos a passar pela virada de política econômica que significou a implementação de um programa neoliberal por sucessivos governos nacionais, iniciando uma série de reformas econômicas já na década de 1980 e consolidando uma abertura à circulação de mercadorias e capitais com sua adesão ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio(NAFTA). Ainda assim, segue-se a ignorância ou a pouca atenção dada a uma série de perguntas referentes aos efeitos das transformações econômicas recentes no México que continuam sem resposta: quais são os principais efeitos da abertura econômica testemunhada no México nos padrões de produção e consumo do país? Como mudanças vividas nas últimas décadas levam ao reforço de um padrão de acumulação que, alega-se, perpetua a desigualdade e alimenta um alto nível de exploração do trabalho? De que maneira a adoção de um novo modelo de políticas públicas de cunho neoliberal no México, fundamentado na abertura comercial e financeira da economia, afetaram neste país a renda e a cesta de consumo dos trabalhadores?

Na presente dissertação busca-se indicar respostas ou sugestões em alguma medida a essas complexas questões. Como forma de expor em mais detalhes essa questão e introduzir os prognósticos da pesquisa, será feita, nas próximas subseções, uma apresentação do tema em questão, das principais conjecturas que se busca lançar sobre essa temática e da metodologia utilizada para obtenção de indicadores importantes sobre ela.

### ***Apresentação do tema***

A redução da importância dos segmentos produtores de maior valor agregado nas economias latino-americanas foi um dos resultados mais significativos da abertura comercial e financeira promovida pelos governos da região nas últimas décadas. No caso do Brasil, por exemplo, ao contrário das promessas da década de 1990 em relação às políticas de abertura econômica – as quais previam uma progressiva incorporação tecnológica nos processos produtivos – observou-se a continuidade de um influxo relativo em suas atividades industriais, o qual foi ainda maior nas atividades de média-alta e alta tecnologia em relação às de menor padrão técnico (Bresser Pereira & Marconi, 2010). De acordo com Martins, esse processo de eliminação dos segmentos de maior valor agregado decorre “da inserção das economias da região[América Latina], sob o signo da competição, num espaço internacional de circulação de mercadorias monopólio que mais destrói suas bases produtivas internas do que as articula ao mercado internacional”(2011, p. 332). A intensa

financeirização das economias latino-americanas observada sobretudo a partir da década de 1990, quando vários dos governos dos países da região passaram a aplicar políticas macroeconômicas de atração do capital estrangeiro por meio de altas taxas de juros e valorização das moedas nacionais, também contribui para o sucateamento de tais segmentos e

culmina na necessidade de geração de significativos superávits comerciais e na transferência de parte do setor público e privado nacional para o capital internacional, financiando assim parte do resultado negativo da conta-corrente e do endividamento público e privado, uma vez exaurido esse ciclo de investimento financeiro.

(Martins, 2011, p. 321)

Pereira e Dathein (2015) relatam, por outro lado, o aumento da dependência tecnológica da estrutura produtiva industrial brasileira em relação ao capital estrangeiro e às estratégias predominantes usadas pelas empresas transnacionais, que visam prioritariamente recursos naturais e novos mercados em detrimento da busca de maior eficiência e de ativos tecnológicos. Já Bresser Pereira e Marconi (2010) relacionam a perda de valor agregado na indústria brasileira com a sobrevalorização cambial, ocorrida especialmente na última década com a alta dos preços de *commodities* no mercado internacional.

O exemplo brasileiro se multiplica pela região latino-americana, estabelecendo para seus países um padrão de inserção na economia mundial que dificulta às economias nacionais a incorporação de valor por meio das inovações científicas e tecnológicas nos processos produtivos que as leva a deficiências de produtividade à baixa capacidade de geração de emprego e renda. Aí também se inclui o caso mexicano. Desde a década de 1980, o México passou por transformações em sua economia que modificaram as bases do padrão de acumulação ali existente em suas características mais determinantes. Abandonou-se, tal qual já estava ocorrendo ou viria a ocorrer no restante da América Latina, as políticas de substituição de importações e de participação direta do Estado para a promoção do crescimento econômico. Estas foram substituídas, sob o auspício político das recomendações neoliberais já em voga nesse período, por medidas macroeconômicas de estabilização monetária e promoveu-se a abertura comercial e financeira da economia. No caso mexicano, em particular, tais medidas não chegaram a impactar significativamente a participação da atividade manufatureira no produto nacional, e a indústria metal-mecânica - segmento estratégico da economia - chegou mesmo a elevar sua participação (Martins, 2011, pp. 333 e 334). A aparência de desenvolvimento destes indicadores, entretanto, esconde a existência de uma estrutura econômica marginalizada do comércio mundial e das inovações científicas e enclausurada em uma arquitetura macroeconômica que a torna vulnerável às oscilações internacionais. Com essas transformações, a economia mexicana

modificou radicalmente o perfil de seu comércio exterior, incorporando na

pauta exportadora componentes eletroeletrônicos, automóveis e suas peças e componentes. Mas não domina seus fundamentos científicos e tecnológicos. Esse padrão, que José Valenzuela (1990) chamou de secundário-exportador, está fortemente ligado a uma industrialização liderada pelas *maquillas*. Ele representa uma economia de anexação, como mencionou Ruy Mauro Marini. Cria-se um setor industrial desvinculado do mercado interno, com altas taxas de importação e exportação, cuja competitividade permanece fundada na superexploração do trabalho. O resultado é a baixa capacidade de agregar valor por parte do setor manufatureiro, que, apesar de seu crescimento, não consegue compensar a destruição dos segmentos industriais voltados para o mercado interno, nem elevar a participação do setor secundário no conjunto da economia ou melhorar os termos de troca da economia mexicana. O desempenho macroeconômico do México permanece medíocre e sujeito a fortes oscilações cíclicas devido a assunção do ideário neoliberal que supõe o modelo intensivo em exportação. (Martins, 2011, pp. 252 e 253)

Dessa forma, percebe-se que mesmo nesse caso (em que não houve de fato uma redução da participação da indústria no produto nacional, mas uma mudança de sua estrutura produtiva, de seus mercados e de seu padrão tecnológico) observou-se a permanência de altos custos sociais concomitantemente ao funcionamento dos mecanismos de acumulação capitalista.

Nota-se, por outro lado, que já há uma literatura crítica das transformações desse período e de seus desdobramentos, a exemplo das referências aqui brevemente mencionadas. Apesar disso, entende-se no presente trabalho que essa tarefa ainda está inconclusa. É necessária a produção de estudos que enfoquem as mudanças estruturais passadas na América Latina a partir de perspectivas teóricas que articulem aspectos determinantes das economias latino-americanas *enquanto economias subdesenvolvidas, periféricas e dependentes*. Estas categorias permitem aprofundar o entendimento da marginalização da América Latina na economia mundial relacionando-a a características históricas de longo prazo da região e levantar conjecturas acerca de como este processo implica mudanças e continuidades no padrão de acumulação de capital e de exploração do trabalho. Esta dissertação tem exatamente essa pretensão. No caso, pretende-se, tendo como objeto de estudo o México enquanto unidade social e econômica, interpretar como, no caso mexicano, a perda na formação de valor agregado pelos setores de mais alta tecnologia sob o signo de sua inserção na economia globalizada a partir de um paradigma neoliberal de desenvolvimento alterou e/ou solidificou os principais aspectos que constituem, segundo parte da literatura que trabalha com tais categorias, sua situação de dependência e subdesenvolvimento.

Para tanto, entende-se que há duas perspectivas sobre o padrão de acumulação em estruturas socioeconômicas subdesenvolvidas e dependentes como a do México que servem como um instrumental útil para a análise.

A primeira delas é a leitura do estruturalismo latino-americano sobre o padrão de acumulação

nas estruturas socioeconômicas da América Latina após o auge do período de substituição de importações, a qual tem Celso Furtado como um de seus principais formuladores. Como se sabe, ainda na década de 1960, Furtado protagoniza o debate sobre essa temática. O autor identifica a condição de subdesenvolvimento com a existência de uma estrutura de distribuição de renda altamente desigual nas economias periféricas, nas quais uma ampla parcela da população encontra-se marginalizada do mercado de trabalho e dos ganhos de produtividade da economia. Esta situação estrutural é acompanhada da mimetização dos padrões de consumo, por parte da elite e dos setores médios das economias periféricas, daqueles presentes nas sociedades dos países centrais, as quais, por sua vez, dotam de forças produtivas não desenvolvidas na periferia do mundo. Assim, o padrão de consumo originado na concentração de renda é que induz os tipos de processos técnicos utilizados nos países periféricos, gerando um ciclo vicioso entre desigualdade de renda, crescimento e heterogeneidade na estrutura produtiva (Furtado, 1974). Fomentando, em outras palavras, o que Furtado define como a própria *dependência* das economias periféricas, “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior”(idem, *ibidem*; p. 84). Com a transnacionalização de empresas e das finanças, as bases internas dos centros nacionais de decisão da periferia e a coerência interna de seus sistemas econômicos são fragilizadas sobremaneira, pois a capacidade do Estado de controlar as forças do mercado é enfraquecida, debilita-se a correlação de forças do trabalho frente ao capital e cresce a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Sampaio Jr., 1997).

A segunda perspectiva útil para a análise do padrão de acumulação periférico é aquela apresentada pela teoria marxista da dependência, sobretudo a partir da leitura de Ruy Mauro Marini em torno do “ciclo do capital” próprio das economias dependentes. Marini defende que a experiência de industrialização latino-americana, direcionada para o atendimento de uma demanda preexistente fomentada pela classe capitalista no período exportador anterior, engendra um modo de circulação baseado na “separação entre a esfera alta e a esfera baixa de circulação no interior da mesma economia”(Marini, 2011, p. 164): na esfera alta, composta pelo consumo das classes “não produtoras”(capitalistas e “setores médios”), circula boa parte das manufaturas e para ela é conduzido o processo de industrialização, enquanto na esfera baixa se dá o consumo popular comprimido, que não inclui em sua cesta os produtos manufaturados tecnologicamente mais elaborados. O ciclo do capital nas economias dependentes passa a se caracterizar, dessa forma, pela reprodução ampliada da exploração do trabalho: como nelas o consumo das mercadorias mais elaboradas(e a extração de mais-valia) não depende da demanda e do poder de compra dos trabalhadores, cria-se a condição necessária ao aumento da exploração destes a ponto de remunerá-los abaixo do próprio valor de sua força de trabalho, fenômeno que Marini batiza de

*superexploração do trabalho*. Tal ciclo vicioso leva um longo tempo para ser desfeito, tendo em vista ainda que, como argumenta o autor, a ampliação do consumo dos setores médios - cuja renda é derivada do mais-valor - depende da compressão do nível salarial dos trabalhadores. A transição, contudo, é obstruída com a recorrência ao capital estrangeiro para seguir fomentando o setor industrial. Nesse processo, a transferência de tecnologia passa a ser orientada não internamente, mas pela dinâmica de acumulação mundial. As novas técnicas de produção são orientadas a partir de necessidades externas e a tipos de consumo que, se nos países “avançados” permite convertê-los em consumo popular, por aqui, com a acumulação baseada na superexploração, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese. O avanço tecnológico e o processo de acumulação em geral se volta somente ao consumo das classes médias, da burguesia e do Estado e ao mercado externo, conjugando-se, dessa forma, com a superexploração do trabalho.

Ainda que Furtado e Marini diverjam consideravelmente em relação ao instrumental teórico-metodológico utilizado em suas interpretações (o que implica em conclusões quase opostas inclusive sobre a viabilidade do desenvolvimento capitalista na América Latina), nota-se que suas perspectivas coincidem em boa parte de seus apontamentos no que se refere à formação de um padrão de acumulação de capital mantenedor da desigualdade de renda e de um alto nível de exploração do trabalho. Em ambos, a problemática da industrialização dependente, bem como a explicação de uma parte importante do subdesenvolvimento periférico, encontra-se na maneira como as condições de apropriação do valor na economia – as quais moldam o padrão de consumo mimetizado ou “modernizado” de Furtado e a “esfera alta da circulação” de Marini – produzem uma dinâmica econômica própria e contribuem para que a acumulação capitalista dependente não rompa com a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade.

A pesquisa proposta no presente trabalho procura investigar como este padrão de acumulação reprodutor do subdesenvolvimento passa a se comportar no México, utilizando como recorte temporal o decênio 1998-2008, no qual já estão consolidados boa parte dos desdobramentos advindos da assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – NAFTA) pelo governo de Carlos Salinas de Gortari. Como se sabe, o NAFTA foi instrumento central para a promoção da livre circulação de mercadorias na América do Norte e a proteção aos direitos de propriedade intelectual de empresas multinacionais, de maneira a consolidar a reinserção mexicana na economia mundial a partir da nova conformação da divisão internacional do trabalho promovida pela globalização neoliberal. É investigado, a partir da análise da estrutura produtiva, salarial e de consumo do México nesse período, se a lógica de acumulação dependente – nos termos de Furtado e Marini - se mantém de forma dominante após a promulgação do NAFTA e mesmo se ela se expandiu para outros setores da economia, como o setor de serviços,

acompanhada da crise dos setores de maior valor agregado da indústria mexicana. A seguir, apresenta-se o prognóstico que norteia essa análise.

### ***Hipótese***

A hipótese central lançada neste trabalho sugere a reprodução do padrão de acumulação dependente no México sob novas formas nas últimas décadas. Ela supõe que, com implementação do NAFTA, a conseqüente abertura comercial e financeira, a elevação do fluxo de investimentos estrangeiros diretos no país e a queda da participação dos segmentos de maior valor agregado da indústria, os setores produtivos mais intensivos em capital, cujo dinamismo se explica pela concentração de renda e pelo elevado grau de exploração do trabalho, teriam sido em grande medida atingidos pela concorrência de produtos importados. Assim, o setor industrial mexicano passa a obedecer, em grande medida, à lógica das maquiladoras, cuja característica central é a produção voltada às exportações sem a promoção de maiores avanços tecnológicos. Por outro lado, esse processo estaria acompanhado de uma maior mobilidade dos “fatores de produção” para as atividades direta e indiretamente relacionadas ao setor de serviços, fenômenos cuja explicação se dá a partir das próprias mudanças conjunturais que levaram à precarização dos setores de maior valor agregado da economia e ao aumento dos investimentos estrangeiros no setor terciário, como a arquitetura macroeconômica construída nesse período e as mudanças institucionais determinadas pela abertura comercial e financeira mexicana. O padrão de acumulação, condicionado a padrões de consumo mimetizados a partir de uma estrutura de distribuição de renda fortemente concentrada que não se alterou significativamente ao longo do tempo poderia estar, dessa maneira, se reproduzindo para outros setores da atividade econômica com todos os seus desdobramentos, especialmente tendo em vista as novas possibilidades de acesso a serviços ofertados a partir dos avanços informacionais e comunicacionais característicos da globalização. Entre os resultados desse processo, estariam a consolidação de uma dinâmica de acumulação incapaz de garantir postos de trabalho suficientes à classe trabalhadora e a formação um “modo de circulação” baseado, de modo geral, na *superexploração do trabalho* e, além disso, na exclusão de uma parte importante dos trabalhadores ao acesso de bens e serviços para os quais contribuem na produção.

De fato, a possibilidade lançada neste estudo relaciona-se com uma perspectiva crítica ainda mais abrangente, a qual não pode ter veredito num único estudo empírico, mas que, a depender de um conjunto de pesquisas e resultados encontrados, pode se fortalecer no debate da economia política: tanto antes como após o advento do padrão neoliberal, a dependência financeira, tecnológica e cultural poderia ser considerada um elemento-chave na explicação do subdesenvolvimento latino-americano. O controle da tecnologia pelas corporações multinacionais e

países centrais - fortalecido com a precarização das estruturas produtivas periféricas - e o aumento da vulnerabilidade financeira sustentados a partir de políticas apoiadas pelas coalizões de poder beneficiadas pela financeirização e reprimarização da economia, não permitiria um efeito de encadeamento nas economias latino-americanas que levasse à absorção suficiente da força de trabalho nos processos produtivos, a uma elevação dos salários e mesmo da produtividade geral. Essa perspectiva levanta uma vez mais o dilema de um desenvolvimento econômico insuficiente, se realizada de maneira dependente e subordinada a centros decisórios descolados das realidades econômicas e sociais periféricas.

### ***Metodologia***

Para a verificação da conjectura lançada neste projeto – *a de que houve, com o advento das políticas de abertura comercial e financeira, a cristalização de um padrão de acumulação caracterizado pela diferenciação das esferas de consumo, a formação e expansão de uma estrutura produtiva incapaz de absorver suficientemente a força de trabalho e pela tendência à exclusão dos trabalhadores do acesso ao consumo de bens e serviços para os quais participam na produção* – é necessária uma metodologia que verifique:

- (1) a formação ou ampliação de uma estrutura “modernizada” e baseada na acumulação por meio de um alto grau de exploração do trabalho no conjunto das atividades econômicas;
- (2) as variações na importância na produção de valor e na mobilização de fatores de produção entre a indústria e o setor de serviços, de forma a caracterizar também este último pela baixa remuneração aos trabalhadores e pela impossibilidade destes possuírem padrões de consumo condizentes com as mercadorias e serviços que produzem e prestam, relacionando as variações nesse índice nos diferentes setores da economia com o período que contou com a adoção de políticas comerciais e macroeconômicas exigidas pelo NAFTA.

A apuração da ocorrência desses fenômenos na estrutura econômica do México exige, paralelamente, a busca por variáveis e dados estatísticos capazes de dar respostas a cada um dos pontos colocados. Nos capítulos III e IV, serão expostas em detalhes as variáveis pesquisadas para a obtenção de indicadores importantes, bem como os dados estatísticos a elas referentes e as interpretações que deles se pode fazer.

### ***Disposição dos capítulos da dissertação***

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução. No Capítulo I, são expostas em maiores detalhes as perspectivas teóricas que guiam a pesquisa realizada. Apresenta-se as interpretações de Ruy Mauro Marini e de Celso Furtado sobre o padrão de

acumulação capitalista dependente em perspectiva comparada e é feita uma breve leitura do conceito de *superexploração do trabalho*, desenvolvido por Marini, à luz das mudanças na economia mundial ocorridas com a globalização neoliberal das últimas décadas.

No Capítulo II, discorre-se brevemente sobre a história política, econômica e das relações internacionais do México, com foco nos fenômenos ocorridos a partir da Revolução Mexicana(1910), os quais moldaram de maneira importante as alternativas políticas que teriam as elites governantes deste país ao longo do século XX, culminando na ascensão da proposta político-econômica neoliberal encabeçada pelo próprio Partido Revolucionário Institucional(PRI) na década de 1980, e na posterior assinatura do NAFTA, processos que legaram ao México a função de um dos principais baluartes do neoliberalismo na América Latina até os dias atuais.

No terceiro capítulo, faz-se a descrição do trabalho empírico realizado, com a coleta de dados secundários sobre renda, produção, salários e consumo da economia mexicana. Levanta-se alguns indicadores mais importantes que sugerem a maneira como o padrão de acumulação capitalista mexicano se comporta, especialmente em relação à separação entre as esferas de consumo da economia e seu reflexo nos níveis ocupacionais e salariais dos trabalhadores.

Por fim, no Capítulo IV, realizo uma interpretação em torno das estatísticas encontradas. Busca-se nessa parte trazer os elementos teóricos descritos no capítulo I e associá-los às transformações históricas pautadas no capítulo II, de maneira que os resultados encontrados pela pesquisa empírica aqui apresentada sejam observados em perspectiva histórica. Dessa maneira, a separação das esferas de circulação e a situação da exploração do trabalho no caso mexicano podem ser analisados tendo em vista a própria maneira como se constituiu, ao longo das décadas, o capitalismo mexicano, imbricado nas relações de dependência e sujeito ao subdesenvolvimento.

## CAPÍTULO I

### **Dependência, Superexploração e Esferas de Circulação : Uma Abordagem Comparada De Celso Furtado e Ruy Mauro Marini**

A discussão sobre desenvolvimento na América Latina teve como um de seus principais referenciais teóricos, a partir de meados do século XX, os enfoques da “dependência”. Surgidas a partir de uma fase crítica da teoria cepalina do subdesenvolvimento e do ocaso das experiências desenvolvimentistas latino-americanas, as perspectivas dependentistas se expandiram e conquistaram projeção regional e internacional nas décadas de 1960 e 1970, quando, ao final desta última, a liderança liberal-conservadora na redemocratização dos países da região, num ambiente sociopolítico de crise do socialismo (Martins, 2006) levam a sua marginalização. Essas interpretações buscavam explicar a situação de subdesenvolvimento latino-americana a partir da posição subordinada em que se encontrava a região diante da dinâmica capitalista global, na qual a divisão internacional do trabalho estruturava as relações entre países do centro e da periferia, subordinava as elites internas dos países periféricos à dinâmica do mercado mundial e da acumulação de capital e aumentos de produtividade do centro e estabelecia a forma de exploração da força de trabalho na periferia. O objetivo do presente capítulo é resgatar duas das principais abordagens produzidas a partir desses enfoques – as de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini - e apresentar alguns pontos de convergência e divergência entre eles. Serão também apresentadas algumas interpretações feitas em relação à atualidade da dependência latino-americana, de maneira a elencar alguns elementos teóricos que apontam para a continuidade das relações que a alimentam e sua aparição sob novas formas nas economias contemporâneas, tendo em vista as transformações econômicas globais e regionais testemunhadas recentemente.

Antes de iniciarmos a abordagem comparada, cabe expor as razões pelas quais privilegiou-se, nesse trabalho, as obras de Marini e Furtado como horizonte teórico para as pesquisas realizadas em relação a outras perspectivas que trabalham com o conceito de dependência. Estas são diversas em seus enfoques e conclusões. Uma classificação útil às pretensões deste trabalho distingue essas abordagens em três interpretações, separadas de acordo com sua metodologia e os desdobramentos que observam no desenvolvimento do capitalismo dependente (Bresser-pereira, 2010): uma vertente marxista, na qual se formula o conceito de “superexploração do trabalho” a partir da teoria do valor-trabalho de Marx; uma vertente do “desenvolvimento associado”, identificada com Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e uma vertente de tradição estruturalista chamada de “nacional-dependente”, formulada por autores ligados à tradição de pensamento econômico da Cepal dos anos 1940 que reveem algumas de suas posições a partir dos anos 1960, como Celso Furtado. A vertente marxista e a “nacional-dependente”, apesar de diferenças marcantes, assemelham-se em buscar

explicar a situação de subdesenvolvimento e dependência das periferias em geral e da América Latina em particular a partir da maneira própria como as economias dependentes se inserem no mercado mundial e como essa inserção é orientada internamente pelas frações de classe dominantes de modo a perpetuar as relações desiguais entre as regiões do mundo. Tais abordagens dão preponderância ao funcionamento do sistema econômico, em suas estruturas ou ciclos, o qual é alimentado e reproduzido pelas relações políticas de poder e dominação. A perspectiva do “desenvolvimento associado” de Cardoso e Falleto, por outro lado, pesquisa as formas como se articula historicamente a dominação das elites nas instituições e seus vínculos e relações formadas nas estratificações sociais latino-americanas com as estruturas econômicas definidoras de determinado modelo de inserção na economia mundial. Dessa forma, a prioridade a ser considerada nessa abordagem são as relações de poder articuladas em âmbito interno, com a formação de consensos e embates, e externamente entre elites transnacionais, explicativas da própria maneira como se manifesta o capitalismo nas regiões periféricas<sup>1</sup>.

O objeto de estudo deste trabalho - as mudanças nas esferas de circulação e nos setores de produção em um contexto de abertura comercial e financeira de uma economia dependente- exige instrumentos teóricos capazes de conceitualizar determinadas estruturas econômicas como características do subdesenvolvimento capitalista e de seus desdobramentos. As obras de Furtado e Marini são ideais nesse sentido: sua busca pelo *modus operandi* econômico que justifica as relações de poder e dominação, as quais, por sua vez, reproduzem e sustentam o caráter dependente da periferia, se aprofunda na identificação de padrões de produção e consumo próprios do capitalismo dependente, ausente na interpretação ligada ao “desenvolvimento associado”. Esta última, ao privilegiar certos aspectos sociopolíticos e históricos sem que haja uma sistematização da dependência que a explique pelo funcionamento dos mecanismos econômicos que subjagam as economias dependentes, não apresenta, do ponto de vista aqui colocado, conceitos e formulações teóricas suficientes para o entendimento dos principais aspectos da produção e circulação de mercadorias e serviços nas periferias, em especial nas latino-americanas.

As escolhas teóricas feitas são tratadas nesse capítulo de modo comparativo. Assim, nas duas próximas sessões, procura-se expor algumas das principais questões levantadas nas obras de Furtado e Marini que tratam diretamente do tema da dependência. Na sessão seguinte, é feita uma comparação de seus elementos, buscando salientar suas convergências e divergências. Por fim, na última sessão faz-se algumas ponderações sobre a agudização da exploração do trabalho à luz dos

---

1 Martins(2011) classifica as interpretações da dependência pelo viés teórico-metodológico, distinguindo-as entre a corrente marxista e a corrente weberiana. Nessa classificação, da mesma forma que aqui, observa-se a prioridade dada por cada uma das interpretações à manifestação das formas materiais, de produção e circulação, ou às relações de poder e dominação na origem da dependência política e econômica.

acontecimentos das últimas décadas na economia mundial, que significaram mudanças importantes na forma de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, agora sob as determinações da globalização neoliberal.

### ***1.1- Ruy Mauro Marini e a tese da superexploração do trabalho***

A teoria marxista da dependência foi uma das principais correntes dentre as leituras que trabalharam com o conceito de dependência. Nascida como um contraponto às visões mecanicistas dos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional e às teorias do subdesenvolvimento da Cepal (Tanspadini & Stedile, 2011), essa corrente contou com Marini como um de seus principais expoentes. A obra de Marini se destaca pela maneira original como o autor utiliza as categorias e conceitos marxistas, pela tese da superexploração do trabalho como elemento fundamental da relação de dependência entre a América Latina e os países centrais e por propor o rompimento com o modo de produção capitalista como via de superação da dependência, e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento.

Nessa sessão, dividimos o pensamento do autor em cinco tópicos: no primeiro, tratamos das principais críticas metodológicas que Marini faz a interpretações marxistas e/ou dependentistas rivais, a partir das quais defende seu próprio método marxista de investigação; no segundo, descrevemos o conceito de “dependência” defendido pelo autor e como esta se desenvolve historicamente na sua análise; no terceiro e no quarto; descrevemos o conceito de *superexploração do trabalho* de Marini e apontamos alguns importantes delineamentos que o autor faz sobre a relação entre superexploração, mais-valia relativa e aumentos de produtividade; por fim, no quinto tópico apontamos os desdobramentos observados por Marini na impossibilidade de superação do subdesenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente.

#### ***1.1.1 - Marini e o marxismo “não-dogmático”***

A utilização de categorias marxistas nas teses defendidas pelos partidos comunistas da América Latina para a interpretação sócio-histórica da região foi, por certo tempo, acusada de mecanicismo, ahistoricismo e indiferença quanto à necessidade de sua adequação a realidades diversas para as quais foram inicialmente pensadas. No Brasil, essas abordagens costumavam considerar como problemas urgentes a serem combatidos as relações de produção “feudais” ou “pré-capitalistas” e o imperialismo. Diante de uma situação histórica incompleta, seria necessário aprofundar o desenvolvimento das forças de produção antes de lutar pelas transformações que levariam ao socialismo. Esse aprofundamento, devido às características da elite conservadora, deveria ser perseguido com a aliança dos trabalhadores e da burguesia nacional, promovendo a “união

nacional” contra o latifúndio feudal e o imperialismo (Transpadini & Stedile, 2005; Bielschowsky, 2004)

A teoria marxista da dependência rompe com o esquema tradicional de interpretação dos partidos comunistas, buscando mediar e adequar de maneira original algumas categorias centrais da teoria de Marx à realidade latino-americana. A perspectiva de Marini conta com essa nova postura, contrária ao “dogmatismo” que, como coloca o autor, ao utilizar categorias de forma a “mistificar” ou “substituir” os fenômenos reais a que se aplicam, limitam o próprio processo de investigação (2005, p. 133).

Por outro lado, este autor defende que o “dogmatismo” oriundo da aplicação não ponderada de categorias não pode desembocar num “ecletismo” pouco rigoroso conceitualmente e metodologicamente. Esses são os dois principais “desvios” que Marini observa e critica nas análises marxistas: a negação da realidade com uma aplicação mecânica e descuidada dos conceitos marxistas originais e a negação do próprio marxismo com o subterfúgio em outros enfoques teóricos e metodológicos que terminam por não garantir um instrumental sólido e preciso para a análise da realidade. São esses equívocos teóricos e conceituais que, ao não conseguirem adequar o instrumental marxista às particularidades latino-americanas, levam às noções de pré-capitalismo na região. Segundo Marini,

ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção [pré-capitalismo] se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (Marini, 2005, p. 132)

O etapismo e universalismo das análises marxistas tradicionais é posto em xeque. Não se pode localizar o caráter das relações de produção das sociedades latino-americanas industriais em uma mesma posição histórica pretérita e já ultrapassada pelas economias capitalistas “avançadas”, dentro de um *continuum* universal que supõe o desenvolvimento unívoco das relações de produção em diferentes contextos sociais e históricos. As “insuficiências” e “deformações” das relações capitalistas da América Latina devem ser analisadas do ponto de vista do contexto global marcadamente capitalista na qual ela se insere e para o qual seu desenvolvimento se volta, situação muito diversa daquela enfrentada pelas economias “clássicas” no passado. Marini advoga como solução conceitual e metodológica um marxismo “ortodoxo” e “não dogmático”, rigoroso na utilização das categorias marxistas a partir de seu real significado e de maneira a não deformá-las

ao longo de sua aplicação, mas que não dispense a mediação e a ponderação com a realidade, de forma a se obter sucesso em uma análise homogênea, que aplique as categorias teóricas à realidade observada sem que se deturpe nem uma, nem outra.

A exemplificação dos principais conceitos desenvolvidos por Marini para analisar a situação histórica de dependência da América Latina pode facilitar o entendimento de sua defesa metodológica. Pode-se dizer que dois conceitos centrais da contribuição de Marini para os estudos da dependência – o conceito de *superexploração* e o de *subimperialismo* – são um retrato fiel do compromisso metodológico “ortodoxo” e “não-dogmático” em sua teoria. A categoria de *superexploração*, descrita em mais detalhes nas próximas sessões, é formulada pela situação particular da América Latina de inserção no mercado mundial como fornecedora de alimentos e matérias-primas, o que faz com que a mesma, por um lado, não tenha problemas de realização de seus produtos no mercado interno, os quais exigiriam um maior poder de compra dos trabalhadores, e, por outro, cumpra uma função essencial de permitir o deslocamento inicial na Europa do eixo de acumulação capitalista da produção de mais-valor absoluto para mais-valor relativo, por meio do fornecimento e barateamento de produtos agropecuários e matérias-primas no comércio internacional. O *subimperialismo*, por sua vez, é um conceito da tese de Marini utilizado com a pretensão de entender a maneira como a instalação de empresas transnacionais em um país funciona como “base de expansão para outros mercados a serem controlados” (Transpadini & Stedile, 2005, p. 44). Trata-se de uma subcategoria do próprio imperialismo, na medida em que, no mais das vezes, explica “o papel complementar na lógica de dominação do imperialismo sobre as nossas economias, sobre as nossas riquezas e sobre os nossos mercados” (idem, p. 43). O que se observa em ambos os conceitos é que Marini, a partir da utilização de categorias-chave do marxismo – como a de mais-valor relativo e absoluto e a de realização da produção, no caso da *superexploração*, e a de imperialismo, no caso do *subimperialismo* – chega a formulações originais e particulares ao processo histórico latino-americano. Soluciona, dessa maneira, o mecanicismo que tanto se fez presente em muitas das teses marxistas originais sobre nossa região.

### ***1.1.2- Divisão internacional do trabalho e dependência***

A situação de dependência em Marini confunde-se historicamente e se explica pela consolidação da divisão internacional do trabalho no momento do surgimento da grande indústria e da articulação dos países da América Latina à metrópole inglesa, para a qual, em função de seus requerimentos, passam a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas e de dívidas. O autor ressalta que a formação inicial dessa relação se dá ainda antes, durante o período colonial latino-americano, mas a originalidade da dependência decorre da plena articulação da América Latina com a

economia mundial, ocorrida quando se estabelecem, com a grande indústria, as bases sólidas da divisão internacional do trabalho.

Mas de que maneira a divisão internacional do trabalho consolidada no Século XIX dá origem à formação de uma situação de dependência? Marini aprofunda, nesse ponto, a função e os desdobramentos da inserção da América Latina no mercado mundial. Em primeiro lugar, aponta para o papel que a especialização da região na exportação de alimentos e matérias-primas cumpre, como contrapartida, para a especialização da produtiva da indústria na Europa. O crescimento desta última, com o incremento da classe operária e da população urbana em geral, supôs uma grande disponibilidade de produtos primários e o rebaixamento do valor da força de trabalho, ou seja, de seus custos de reprodução. Caso as nações europeias tivessem de contar apenas com a produção interna de bens agrícolas, esse processo se veria fortemente obstaculizado: a necessidade quantitativa de aumento da oferta de matérias-primas e alimentos proveniente da industrialização, bem como de seu barateamento necessário à formação de mais-valia relativa nos centros industrializados, faz com que as economias exportadoras da América Latina tornem-se indispensáveis à plena industrialização das nações europeias. Este barateamento é explicado pelo autor tendo-se em vista os mecanismos de transferência de valor que operam no comércio internacional: diante da capacidade de apropriação de mais-valia extraordinária pelos capitais detentores de maior produtividade (e das nações nas quais operam esse capitais), justamente por meio de seus maiores investimentos em capacidade produtiva, as nações desfavorecidas desse processo buscam compensar suas perdas de mais-valia oriundas do comércio aumentando a intensidade e prolongando a jornada de trabalho e elevando quantidade produzida, fatores que, em conjunto com a desvalorização das matérias-primas e alimentos proveniente da elevação do capital orgânico nas economias dependentes, a partir das últimas décadas do século XIX, acarreta e agrava cada vez mais o rebaixamento dos preços e a deterioração dos termos de intercâmbio<sup>2</sup>.

Como se verá na próxima sessão, o comércio internacional entre países industriais e primário-exportadores a certa altura se conforma, dessa maneira, de maneira desigual e desvantajosa para a América Latina, gerando uma situação em que, ao contrário do que acontece com as economias industriais, nas quais o eixo de acumulação passa a depender cada vez mais do aumento da

---

2 E o que explica que o rebaixamento dos preços de bens-salário não tenha ocorrido via de regra por meio da produção interna dos próprios países industriais, com a elevação de produtividade no setor produtor de bens primários? Marini, em *Plusvalia extraordinaria y acumulacion de capital* (1979), seguindo em sua interpretação d' *O Capital* de Marx, pontua que os aumentos de produtividade nas economias capitalistas em geral - com a consequente redução do valor das mercadorias - tende a se orientar na direção dos bens de consumo suntuário em detrimento dos bens-salário, em virtude da necessidade dos capitais individuais de realização das mercadorias evitando o rebaixamento de seus preços. Disso pode-se prever naturalmente uma maior lentidão no barateamento da força de trabalho necessário à formação de mais-valia relativa, caso as nações industriais tivessem de contar apenas com sua produção interna, de maneira que buscam encontrar os produtos que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora nas nações dependentes.

capacidade produtiva do trabalho, a acumulação latino-americana cresce fundamentalmente e compensa suas perdas comerciais com o aumento da exploração dos trabalhadores. Essa é a contradição fundamental, a essência da dependência latino-americana.

Contudo, a dependência surgida por meio da vinculação ao mercado mundial precisa, ainda, de uma explicação em relação a sua reprodução sobre novas bases. Nesse sentido, Marini pontua que a constituição de um setor industrial na América Latina em meados do século XX, dentro de uma conjuntura de uma nova divisão internacional do trabalho, leva finalmente à manifestação plena das “leis de desenvolvimento” do capitalismo latino-americano, na medida em que, com o estabelecimento de um mercado interno comprador dos produtos industriais, “os fenômenos de circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a problemas de realização da nação industrial para se tornarem cada vez mais problemas de realização referidos ao próprio ciclo do capital” (Marini, 2005, p. 176). Esse ciclo do capital, no entanto, contém particularidades essenciais determinadas pela condição histórica fundamental do desenvolvimento e da dinâmica da dependência – a superexploração do trabalho -que explica sua reprodução sob novos fundamentos.

### ***1.1.3 - A dinâmica da dependência: troca desigual, superexploração, e separação entre esferas de circulação***

Marini defende que a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente deve ser analisada partindo da esfera da circulação de mercadorias, prosseguindo para a de sua produção e recolocando, sob outros termos, o problema da circulação. Isso se dá, sobretudo, pelo próprio processo histórico de inserção dos países e regiões dependentes no capitalismo: ela ocorre por meio de seu papel inicial de satisfazer o mercado mundial. É a partir dele que se engendram, então, os processos produtivos no interior da economia dependente. Configura-se, portanto, uma dinâmica que se inicia na esfera internacional de circulação e determina os principais aspectos da esfera interna de produção da economia. Por fim, com a internalização da circulação a partir da criação de um mercado interno e de um setor industrial - “uma vez convertida em centro produtor de capital”, o que ocorre sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Marini, 2005, p. 154) – a economia dependente passa a apresentar uma esfera da circulação também internalizada e com características próprias, distintas do modo de circulação engendrado pelas economias industriais “avançadas”. Por meio dessa metodologia, o autor apresenta sua análise sobre o comércio desigual internacional, partindo dele para interpretar as causas e desdobramentos do fenômeno de superexploração do trabalho na América Latina, para então analisar como esses elementos consolidados no período primário-exportador contribuem para condicionar a forma como a esfera

da circulação se constitui com a internalização da produção industrial.

Em seu ensaio “Sobre a dialética da dependência”(2005), produzido em resposta às críticas ao clássico “Dialética da dependência”(2005), Marini desenvolve em mais detalhes sua interpretação histórica do comércio internacional, complementando algumas questões já colocadas no ensaio original. O autor interpreta a ascensão dos termos de troca da América Latina até a década de 1870 e sua posterior e progressiva queda a partir de então a partir da perspectiva marxista da taxa de lucro. Segundo ele, numa primeira fase, a menor composição orgânica do capital nos países latino-americanos permitia uma participação maior destes no valor global do comércio internacional, enquanto forçava os países industriais, de maior composição orgânica, a investirem no aumento de sua capacidade produtiva como forma de rebaixar o valor individual de suas mercadorias em relação ao valor médio, e assim usufruírem de uma parte maior do valor realizado (de forma semelhante ao que acontece, em Marx, com os investimentos em capacidade produtiva pelos capitalistas individuais). Por outro lado, a elevação da demanda por matérias-primas e alimentos pelos países industriais não levou a um aumento de produtividade nas economias exportadoras da América Latina, mas a um aumento da exploração intensiva e extensiva da força de trabalho. Essa tendência se manteve até a década de 1870, quando as exportações de capital para as economias dependentes leva ao aumento da composição orgânica do capital nestes países e, conseqüentemente, à redução do valor de suas mercadorias. Paralelamente, a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, comercialização e produção dos países dependentes leva a transferências crescentes para os países industriais. Agrega-se a estas tendências outra que Marini pontua em “Dialética da dependência”: as transações entre nações que trocam classes distintas de mercadorias permitem, simplesmente pelo fato de umas produzirem bens que as outras não produzem, que seus produtos sejam vendidos acima de seu valor. Nessa relação, aquelas nações que dotam de uma maior produtividade saem favorecidas, pois auferem um lucro extraordinário maior pela diferença entre seus preços de mercado e seus preços de produção. Ocorre, dessa maneira, uma “transferência gratuita” de valor dos países menos produtivos aos mais produtivos.

Seguindo com a utilização das categorias marxistas, Marini aponta como as transferências e a oferta de produtos primários cada vez mais baratos no mercado mundial pela América Latina permitem aos capitalistas das economias industriais contornar a tendência à queda da taxa de lucro inerente à acumulação capitalista, por meio do barateamento de seus custos com capital variável e capital constante. Se assim o é nas economias “avançadas”, nas dependentes a contraposição a essa mesma tendência assume outra forma: a formação histórica da América Latina permite que por aqui os capitalistas buscam remediar suas perdas no comércio internacional com o aumento da exploração do trabalho. Esse é o desdobramento central da relação de dependência. É a partir dele

que Marini desenvolve o conceito de *superexploração do trabalho*, o mais importante de toda a sua análise. A superexploração do trabalho é a forma como as economias dependentes reagem à sua inserção desfavorável no mercado internacional. Ela consiste, essencialmente, na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, e portanto do mínimo necessário para sua reprodução, e pode se dar pela prolongação extensiva e intensiva do trabalho e pela redução do consumo individual dos trabalhadores (salários). Com ela, a economia dependente engendra seu ciclo do capital específico, que consiste em dois elementos básicos: (1) Na esfera da circulação, a realização do capital não depende (como ocorre nas economias industriais) de um aumento do consumo dos trabalhadores, pois está orientada não para o mercado interno, mas para a demanda do mercado internacional; (2) Na esfera da produção, a ausência da necessidade do capital se realizar internamente permite que a superexploração se sustente: os capitalistas podem remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, deprimindo drasticamente o consumo individual dos trabalhadores, sem que isso prejudique suas vendas.

A “acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (Marini, 2005, p. 164) é o que condiciona a forma da industrialização da América Latina. Com ela, ainda no período exportador, cria-se uma demanda das classes não-produtoras satisfeita por meio de importações. Com a industrialização, esta demanda se desloca para a produção interna. O que seria de se esperar, se se tivesse como base a industrialização nas economias “avançadas”, é que a concorrência e a necessidade de realização das mercadorias levaria os capitalistas a buscarem seu barateamento por meio da produtividade, ampliando a cesta de consumo dos trabalhadores. Nas economias dependentes, no entanto, a acumulação baseada na superexploração engendra uma contradição que obstaculiza esse processo: como forma de promover a realização do capital, incrementa-se a renda das camadas médias, para as quais a produção passa também a se voltar. Entretanto, como as rendas dessas camadas são também derivadas do mais-valor não acumulado, seu incremento depende justamente de um aumento do mais-valor, o que é conseguido por meio de uma intensificação ainda maior da superexploração. A dissociação entre produção e circulação da economia exportadora transforma-se, dessa maneira, na separação entre a esfera “alta” de circulação- o consumo das classes não produtoras e camadas médias – e a esfera “baixa” de circulação – o consumo dos trabalhadores – de maneira muito mais extrema que nas economias “avançadas”.

Marini procura demonstrar, então, como a aproximação entre essas duas esferas - extremamente lenta e obstaculizada no advento da industrialização nas economias dependentes - fica obstruída com a recorrência ao capital estrangeiro para seguir fomentando o setor industrial. O autor pontua como nesse processo a transferência de tecnologia é orientada não internamente, mas pela dinâmica de acumulação mundial. As novas técnicas de produção ampliam o exército industrial de reserva e

são orientadas para tipos de consumo que, se nos países avançados permite convertê-los em consumo popular, por aqui, com a acumulação baseada na superexploração, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese. O avanço tecnológico se volta somente ao consumo das classes médias e da burguesia – o qual cresce por meio do aumento do mais-valor e da intervenção do Estado - e às exportações, e se conjuga, dessa forma, com a superexploração do trabalho.

#### ***1.1.4– Produtividade e superexploração do trabalho***

Para os fins dessa pesquisa, cabe nos dedicarmos um pouco mais à interpretação de Marini sobre a relação existente, nas economias dependentes, entre os aumentos de produtividade e a intensificação da superexploração do trabalho. As razões pelas quais essa questão merece um tratamento particular são de ordem histórica e teórica. Do ponto de vista histórico, as economias latino-americanas – entre elas o México – passaram a recorrer de maneira cada vez mais determinante ao capital e tecnologias estrangeiros como meio de elevar sua produtividade a partir do período pós-guerra. Observou-se uma contínua incorporação aos processos produtivos da tecnologia e maquinário estrangeiros correspondentes a processos inferiores da produção industrial em escala internacional, de maneira que o entendimento de como se dão as relações de dependência nas décadas atuais não pode se furtar a conhecer como estas se desenvolveram quando se tornam acessíveis tecnologias que de fato formaram um setor “moderno” nas economias dependentes industrializadas<sup>3</sup>.

Do ponto de vista teórico, o esquema montado por Marini para justificar a tese da superexploração do trabalho precisa demonstrar precisamente a correlação entre aumentos de produtividade e da exploração do trabalho, entre outras razões, por ser este é um fator distintivo da teoria marxista da dependência quanto a sua leitura do ciclo do capital nas economias dependentes em relação a outras perspectivas da dependência rivais. Ademais, a demonstração de seus nexos lógico-teóricos se faz necessária, dentro de uma perspectiva política, para a própria constatação da inviabilidade de superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo dependente, leitura própria do marxismo dependentista.

A leitura de Marini em relação aos efeitos contraditórios dos aumentos de produtividade nas economias dependentes obedece, antes de tudo, à consideração da divisão internacional do trabalho que se forma na economia mundial a partir dos anos 1950. Nesse período, testemunha-se um grande

---

<sup>3</sup> “É um fato conhecido que, na medida em que avança a industrialização latino-americana, altera-se a composição de suas importações, por meio da redução do item relativo a bens de consumo e sua substituição por matérias-primas, produtos semielaborados e maquinário destinados à indústria. Entretanto, a crise permanente do setor externo dos países da região não havia permitido que as necessidades crescentes de elementos materiais do capital constante pudessem ser satisfeitas exclusivamente pela troca comercial. É por isso que adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimentos direto na indústria”.(Marini, 1973, p. 166)

e acelerado desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias desenvolvidas, o que as leva a buscar novos mercados e a procurar transferir equipamentos que rapidamente se tornavam obsoletos para o setor secundário das economias dependentes, fatores que, em conjunto com a lucratividade oferecida pelas últimas em virtude da superexploração do trabalho, levam à importação de tecnologias e à elevação dos fluxos de capital estrangeiro no setor industrial. Dessa forma, a adoção de tecnologias pelas economias dependentes passa a obedecer prioritariamente não às suas preferências internas, mas à lógica de acumulação do mercado mundial em sua nova configuração da divisão internacional do trabalho, na qual os processos produtivos industriais mais atrasados são transferidos às periferias e as etapas mais avançadas, com o correspondente monopólio das tecnologias aí utilizadas, permanece nos centros imperialistas. Os efeitos dessas transferências sob o modo de produção capitalista, da mesma maneira como ocorre a aplicação de tecnologia nos países centrais, caracterizam-se pela redução da população produtiva e aumento da população não produtiva. Entretanto, estes aparecem modificados “pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente”:

É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo necessário nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última. Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia.  
(Marini, 1973, p. )

Em outras palavras, o cerne da questão em Marini está na maneira como a formação do capitalismo dependente baseado na superexploração do trabalho leva à orientação da tecnologia para processos produtivos destinados ao consumo das classes dominantes e setores médios, a qual não contribui para que ocorra aumentos na extração de mais-valia relativa nas economias por meio do barateamento dos bens-salário. Isso permite, tal qual ocorreu em todo o processo de industrialização das economias dependentes, conjugar os aumentos de produtividade em

determinados setores com a manutenção da remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Como a incorporação de tecnologia sob o modo de produção capitalista implica na redução da população produtiva, esse processo vem acompanhado do aumento do exército industrial de reserva nas nações dependentes e de uma maior pressão sobre os salários e sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores, resultando no aguçamento das contradições nas quais se sustenta a superexploração do trabalho.

Entretanto, esses efeitos não são sentidos da mesma maneira no conjunto da economia dependente. Em *Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital*(1979), Marini investiga com maior profundidade como se dá a acumulação de capital entre os setores produtores de bens de capital e setores produtores de bens de consumo necessário e de luxo, e de que maneira se dá a tendência de que os aumentos de produtividade se concentrem neste último setor e no setor de bens de capital a ele destinado em detrimento daquele destinado ao consumo necessário. A partir de uma reinterpretação dos esquemas de reprodução apresentados por Marx no Livro II do Capital, Marini chega à conclusão de que há uma tendência característica do modo de produção capitalista em favorecer o crescimento do setor produtor de bens de consumo de luxo e do setor de bens de capital a ele destinado em detrimento do setor produtor de bens de consumo necessário e seu correspondente produtor de bens de capital. Isso se dá devido à capacidade de geração de mais-valia extraordinária entre os diferentes setores e às condições de mercado daí derivadas: o setor produtor de bens de luxo e seu correspondente setor de bens de capital conseguem sustentar que suas mercadorias mantenham seus valores(sociais) mais elevados que os valores individuais rebaixados com os aumentos de produtividade de maneira mais efetiva que nos setores ligados à produção de bens necessário, devido ao fato de sua demanda ser formada pela própria mais-valia não acumulada dos capitalistas, ou seja, dela depender, em última instância, dos próprios aumentos na apropriação de mais-valia dos quais são responsáveis. Assim, conseguem vender toda sua produção de mercadorias “burlando” a lei do valor. A mais-valia dos setores ligados à produção de bens necessários, por sua vez, depende para ser realizada do consumo dos trabalhadores. Como o valor total do consumo dos trabalhadores só aumenta com uma queda na taxa de mais-valia<sup>4</sup>, o que não seria rentável do ponto de vista dos capitalistas, tais setores necessitam baixar os preços de suas mercadorias de acordo com os aumentos de produtividade como maneira de realizar todos os valores de uso que produzem no mercado, e mesmo assim não elevam o valor total realizado. A consequência disso é uma desproporção na economia e uma tendência a que os aumentos de produtividade se concentrem nos setores ligados à produção de bens de luxo, únicos capazes a gerar

---

4 - Com os aumentos de produtividade e de mais-valia relativa, mais mercadorias podem ser consumidas mas o valor total das cestas de consumo não se eleva.

mais-valia extraordinária de forma sustentada. Esta tendência, contraposta historicamente nas economias desenvolvidas por fatores já apontados anteriormente, torna-se exacerbada nas economias dependentes. Nelas,

*Por um lado, el aumento de la productividad, en el sector III[setor produtor de bens de consumo de luxo], se puede traducir más fácilmente en sobreganancias, debido a que la productividad media en los otros dos[setores produtores de bens de capital e de bens necessários] es baja (y aun cuando sea alta en ciertas ramas del sector I, parte de ella se transfiere a los demás, en lo que juega papel importante el Estado). Por otro lado, dada la superexplotación del trabajo, es decir, el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor; la necesidad de desvalorizarla no se impone con la misma fuerza que en los países capitalistas avanzados; los mecanismos económicos que engendran la superexplotación y que la refuerzan, en particular el crecimiento del ejército industrial de reserva, actúan naturalmente en el sentido de elevar la cuota de plusvalía y crean, además, a nivel político, condiciones para que los trabajadores sufran presiones que van en el mismo sentido. En consecuencia, el aumento de la productividad, que normalmente se traduce em sobreganancias en el sector III, tiende a orientarse de manera aún más decidida en su dirección (y, con él, la acumulación), provocando su hipertrofia. La producción de sobreganancias en el sector III, ante un sector II[setor produtor de bens de consumo necessário] que no ofrece estímulo significativo al aumento de productividad, y las diferencias de composición orgánica que median entre ellos, acentúan el drenaje de plusvalía hacia aquél y sesgan toda la estructura productiva, traduciéndose, en el plano de la circulación, en la diferenciación creciente entre su esfera alta y su esfera baja, es decir, la que corresponde al consumo de la plusvalía y la que corresponde al consumo de los salarios.*  
(Marini, 1979, p. 14)

As características próprias das economias dependentes fazem com que nelas ocorra, mais que nas economias desenvolvidas, uma transferência de mais-valia dos setores ligados à produção de bens necessários para aqueles produtores de bens de luxo semelhante a que ocorre na troca desigual entre nações, quando nações com níveis de produtividade diferentes comercializam entre si. Da mesma forma que nela, a maneira que os primeiros encontram para compensar essa perda de valor é a intensificação da superexploração do trabalho: com o aumento da exploração do trabalho não proporcional ao aumento da remuneração da força de trabalho, os capitalistas do setor de bens necessários e do setor de bens de capital a ele ligado conseguem aumentar a massa de valor e de mais-valia produzida. Assim, dentro da economia dependente, opera um sistema que leva à conjugação entre aumentos de produtividade e superexploração no qual os setores e as frações de trabalhadores mais vitimadas são aqueles ligados à produção dos bens necessários à reprodução da força de trabalho.

As interpretações de Marini permitem-nos fazer algumas constatações sobre as relações

existentes entre os aumentos de produtividade e a superexploração do trabalho a partir de sua perspectiva teórica, as quais serão importantes na análise que faremos da estrutura produtiva e de consumo do México, justamente pelas diferentes características que apresentam quanto à sua destinação às esferas alta ou baixa de consumo:

a) Marini observa uma tendência geral à reprodução da superexploração do trabalho nas economias dependentes com a incorporação de tecnologia e os aumentos de produtividade. Essa tendência se deve às características que a incorporação tecnológica possui no modo de produção capitalista, contribuindo para a redução da população produtiva, e à formação histórica particular de economias que, devido à superexploração, já possuem uma estrutura de consumo própria e na qual a demanda se concentra na esfera alta de consumo, de maneira a permitir a incorporação de processos produtivos que se utilizam da superexploração. Dessa forma, toda a produção latino-americana, incluído tanto aquela orientada à esfera alta como a orientada à esfera baixa de consumo, pode se dar por meio da elevação da exploração do trabalho, ainda que esta, como se verá em seguida, adquira maior gravidade nos segmentos produtores de bens de consumo necessário.

b) No setor produtor de bens de consumo de luxo e no setor produtor de bens de capital a ele destinado, que compreendem, via de regra, os ramos da produção de bens intensivos em tecnologia, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor ocorre devido à sua própria inserção em economias dependentes que contam com uma formação histórica caracterizada por grandes exércitos industriais de reserva e uma alta concentração da propriedade, situações que evidentemente pressionam os salários para baixo e fragilizam o trabalho frente ao capital. Entretanto, devido à sua maior capacidade de sustentar uma apropriação de mais-valia extraordinária, esses setores encontram possibilidades de aumentar a massa de mais-valia produzida para além do recurso à superexploração do trabalho, de maneira que, em tese, não implicaria uma incoerência teórica a observação de uma menor intensidade dela ou mesmo a ausência desse recurso em alguns ramos da produção, especialmente naqueles em que seja necessário conhecimentos técnicos mais elevados e raros no conjunto da força de trabalho;

c) No setor produtor de bens de consumo necessário e em seu setor de bens de capital correspondente, a baixa produtividade em relação ao setor “avançado” acarreta na drenagem de mais-valia para este último por meio dos mecanismos de mercado. Essas perdas só podem ser compensadas com o recurso à superexploração do trabalho como forma de gerar mais valor e mais mais-valia. Dessa forma, é nestes setores que se encontram as formas mais extremas de exploração do trabalho, não mediadas por nenhum outro mecanismo de elevação da taxa de lucro pelos capitalistas individuais.

### ***1.1.5 - A reprodução da dependência e o rompimento com o capitalismo***

Como acreditamos ter sido possível demonstrar, a interpretação da dependência de Marini supõe, ao longo da história, a sua reprodução contínua sob novas bases. Consolidada na inserção da América Latina no mercado mundial, ela se reproduz internamente com a industrialização e ainda com o advento do capital e tecnologias estrangeiras como seus promotores. Nas palavras do autor, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (Marini, 2005, p. 135). Por outro lado, a dependência – e, conseqüentemente, a superexploração – não constituem “acidentes históricos”, mas são formas particulares de manifestação da lei capitalista de acumulação, que não podem ser solucionadas com a mera ampliação da capacidade produtiva do trabalho. Sua leitura leva à conclusão de que a superação da dependência se confunde necessariamente com a superação do modo capitalista de produção. Este engendra o aumento da exploração do trabalhador tanto pelo aumento do mais-valor absoluto quanto do relativo, de maneira que suas contradições não permitem alternativa.

### ***1.2- Celso Furtado e a modernização dos padrões de consumo***

Como um dos principais expoentes do pensamento estruturalista da Cepal, Celso Furtado não é costumeiramente classificado como um autor dependentista. Entretanto, é nítido na evolução de sua obra a presença cada vez mais forte do enfoque da dependência. O aprimoramento de sua perspectiva provavelmente é fruto de uma revisão do autor em relação as abordagens estruturalistas iniciais (o estruturalismo como um todo, cabe ressaltar, passa no mesmo período por revisões e reformulações de seus pressupostos teóricos), tendo em vista o relativo insucesso do processo de substituição de importações na América Latina, especialmente na dimensão social. É provável que o diálogo com outras perspectivas da dependência também tenham influenciado a obra do autor. De toda forma, o importante é que a originalidade do seu pensamento sobre o subdesenvolvimento da América Latina passa a contar com novos elementos, que a aprimoram ainda mais e a adequam às reflexões contemporâneas sobre dependência, entre elas a que propomos fazer neste trabalho.

O pensamento de Furtado dos anos 1960 e 1970 é herdeiro, em boa parte de seu instrumental metodológico e de suas preocupações, da essencial contribuição cepalina para produção das ciências sociais latino-americanas. Inaugurada por Raúl Prebisch em 1949, com seu seminal “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” (Prebisch, 2000) a perspectiva estruturalista iria ao longo das décadas se complexificar, ampliar suas preocupações teóricas, seu alcance político e intelectual e se visitar a partir de novas críticas e

novos problemas, mantendo, contudo, características fundamentais ao logo do auge e ocaso. Prebisch, já no referido texto, traz teses que se opõem frontalmente as perspectivas ricardianas e liberais clássicas de um pensamento eurocêntrico que então dominava as concepções de intelectuais e funcionários públicos na região. Destacam-se aí, sobretudo, a tese da *deterioração dos termos de troca*, que demonstrava as desvantagens para a América Latina na sua especialização na exportação de matérias primas e alimentos em relação às economias industriais do hemisfério norte, e a tese da *industrialização problemática* pela qual necessariamente passariam as economias latino-americanas em virtude de sua vulnerabilidade externa e da heterogeneidade interna de suas atividades econômicas. Acompanhadas dessas teses, estariam novas orientações teóricas e normativas fundamentais para uma reviravolta no pensamento latino-americano. Por um lado, a ideia de que a economia mundial abarcava relações de centro-periferia, nas quais as vantagens do livre comércio internacional se concentrariam exclusivamente nos países industriais, em detrimento do desenvolvimento das economias periféricas. Em segundo lugar, e como consequência direta dessa perspectiva, a defesa de que o desenvolvimento da economia latino-americanas não poderia seguir a mesma trajetória das economias “clássicas”: os países latino-americanos estavam imersos em novas relações e se formaram a partir de trajetórias históricas particulares. O entendimento dos determinantes de seu subdesenvolvimento não poderiam ser “importados” de teses voltadas a realidades alheias às nossas. Era necessária a construção de um novo arsenal teórico voltado a nossos principais problemas (Bielschowsky, 2000).

Essa nova proposta intelectual e suas orientações normativas, como se pode notar, seriam determinantes inclusive para o desenvolvimento posterior da teoria da dependência. Entretanto, importantes teses do estruturalismo inicial também seriam revistas ao longo das décadas. A defesa inicial da industrialização enquanto meta suficiente para a superação do desenvolvimento, ou mesmo como meta mais importante, passou a ser sucessivamente criticada dentro do próprio estruturalismo a partir dos anos 1960, na medida em que, entre as realidades das economias latino-americanas, percebia-se que o relativo sucesso industrial de alguns países não havia trazido soluções para problemas históricos e estruturais, como o desemprego, a dependência na exportação de matérias-primas e alimentos e a baixa produtividade das economias, além de não ter apresentado soluções para problemas como os déficits nos balanços de pagamentos e as tendências inflacionárias. É nesse contexto que as obras apresentadas por Celso Furtado à época introduzem uma abordagem a qual – ainda que caracterizada pelo método estruturalista – revisa a forma como este encarou inicialmente a industrialização e procura apontar os limites desta dentro da situação de dependência própria dos países latino-americanos.

A seguir, apresentamos alguns aspectos do pensamento de Furtado de maneira similar a como

foi feito com Marini: na primeira subseção, observamos sua abordagem metodológica; nas duas subseções seguintes, discutimos seu conceito de dependência e as inter-relações teóricas e históricas entre dependência, modernização e subdesenvolvimento; na última subseção, expomos brevemente a conjuntura e as possibilidades que Furtado observa de superação da dependência nas nações subdesenvolvidas.

### **1.2.1 – O método “histórico-indutivo”**

Conhecido, entre outras obras, pelo clássico “Formação Econômica do Brasil”(2007), não se trata de novidade o reconhecimento da hábil utilização da história, por Celso Furtado, para a apreensão dos fenômenos econômicos determinantes da realidade. Furtado apresenta em suas obras uma perspectiva “histórico-indutiva”, no sentido de que busca identificar na realidade histórica os principais fatos e dados com os quais podem-se fazer inteligíveis as estruturas e processos econômicos(Bresser-Pereira, 2004). No entanto, ao recorrer à história, não busca por meio dela simplesmente descrever a economia, mas interpretá-la por meio do reconhecimento das regularidades e padrões que se impõem diante do processo histórico mutável. Como descreve Bresser-Pereira, ainda tratando de “Formação Econômica do Brasil”,

*incluso como historiador económico, Furtado es por sobre todo un economista y no un historiador. No narra la historia de la economía de Brasil, la analiza. Nadie ha utilizado la teoría económica en forma más brillante que Furtado para comprender la evolución de la economía brasileña*

(Bresser-Pereira, 2004, p. 26)

A fidelidade de Furtado ao método histórico-indutivo se destaca diante da predominância, mesmo que provavelmente com maior equilíbrio em sua época, do enfoque lógico-dedutivo utilizado pelas perspectivas neoclássicas da economia. Em um ensaio em que trata particularmente da questão metodológica na ciência econômica, Furtado procura posicionar esta enquanto ciência social, rebatendo a metodologia da economia como ciência exata, que busca isolar os fenômenos do seu contexto e persegue a verificação e a previsão a partir da aplicação da análise matemática. Furtado explica que esse procedimento é inviável na economia pois, ao contrário do objeto de estudo das ciências naturais, que é “de natureza que permanece idêntica a si mesma e é totalmente exterior ao homem”(Furtado, 1974, p. 111),

toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo. Essas decisões encontram sua coerência num *projeto* que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o *projeto* do agente, considerá-la fora do tempo e em seguida adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos, como se se tratasse de elementos

homogêneos, é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico.  
(Furtado, 1974, pp. 112 e 113)

O método histórico-indutivo é aqui justificado e incrementado, portanto, com a percepção da necessidade de uma análise em que se observem os fenômenos a partir da orientação que adquirem em conjunto com outros aspectos da realidade. A análise que Furtado faz da dependência e do desenvolvimento nas economias periféricas, como se verá nos próximos tópicos, é construída a partir dessa metodologia. Conceitos apresentados pelo autor como o de “modernização”, por exemplo, são próprios de um esforço analítico que procura entender como uma série de práticas e processos se articulam em um sentido comum, os quais só dessa maneira podem ser apreendidos em todo seu significado.

### 1.2.2 – *Subdesenvolvimento, modernização e dependência*

A perspectiva da dependência em Furtado apresenta uma inovação teórica marcante: o autor relaciona o processo econômico com um aspecto que ultrapassa a esfera da produção e troca material. Indo direto ao ponto, a dependência é aqui entendida especialmente como situação produzida a partir de um *padrão sociocultural*, que engendra a lógica do processo produtivo nas economias periféricas. Certamente, sua dinâmica alimenta processos de dependência tecnológica, financeira, etc, mas seu núcleo fundamental está no comportamento cultural arraigado nas formas de consumo das elites das economias dependentes.

O subdesenvolvimento dos países periféricos, em Furtado, é como a assimetria de capacidade de introdução e difusão do progresso técnico engendrada pela desigualdade entre centro e periferia. Sampaio Jr. explica a perspectiva do autor:

“A discrepância na capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e na capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem a cópia do estilo de vida dos países centrais” (Sampaio Jr., 1997, p. 195).

No entanto, a tentativa de “cópia do estilo de vida dos países centrais” pelas elites locais apresenta uma contradição fundamental. Na medida em que, nos países subdesenvolvidos, seu “grau de acumulação de capital” é inferior ao dos países centrais, e segue a tendência a ficar cada vez mais distante destes com a aceleração do progresso técnico no centro, a perseguição de um padrão de consumo “mimetizado”, que não tem correspondência no desenvolvimento das forças produtivas locais, necessita, para ser satisfeita, da concentração progressiva do excedente nas mãos das elites dominantes. Isso se faz com a expansão das exportações ou com o aumento da taxa de

exploração, ou seja, com a concentração de renda nos países periféricos. Ao “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados[...] sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”(Furtado, 1974, p. 81), Furtado dá o nome de *modernização*. À “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior” (idem, p. 84), ou seja, ao conjunto dos fenômenos engendrados a partir e por meio do padrão de consumo modernizado, Furtado denomina *dependência*. Esta situação é engendrada desde o momento do advento da divisão internacional do trabalho, na fase de economia exportadora dos países periféricos. Entretanto, sua plena manifestação ocorre com o processo de substituição de importações. Neste momento histórico, a estrutura de demanda criada com a modernização e a concentração de renda se transmuta para a esfera interna de produção: importam-se tecnologias e processos produtivos do centro, especializados na produção de bens sofisticados (oriundos do nível de acumulação de capital do centro) para o espaço interno dos países periféricos. “Dessa orientação do progresso técnico e da falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado” na estrutura subdesenvolvida resulta a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital que não são compatíveis com a geração de escassez relativa do trabalho, abrindo as portas para que os salários reais “se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, *para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho*”(Furtado, 1974, p. 82; grifos meus).

Formada a partir dos padrões de comportamento e consumo das elites modernizadas, a dependência orienta, dessa forma, todo o processo de acumulação que se desenvolve nos países periféricos em geral, e na América Latina em particular. Com a fase de transnacionalização do capitalismo, a perda do controle pelos países periféricos de seus “centros internos de decisão” - ou seja, o recuo no papel dos Estados latino-americanos em sua gestão de política econômica e a incorporação dos processos produtivos locais a corporações multinacionais cujas políticas e estratégias são decididas em matrizes localizadas nos países centrais -, a desarticulação da posição do mercado interno como centro dinâmico da economia e a “intensificação do processo de difusão de valores do centro capitalista”(Sampaio Jr. 1997, p. 227) exacerbam e intensificam os desdobramentos da dependência e do subdesenvolvimento no conjunto dos sistemas econômicos nacionais, levando a uma cristalização ainda maior dessa situação histórica.

### ***1.2.3 – Conformação histórica da dependência***

Esquemáticamente, Furtado explica a conformação histórica da dependência da seguinte maneira: com a formação do capitalismo industrial e da divisão internacional do trabalho, estabelecem-se as relações centro-periferia, nas quais a especialização na produção manufaturada

pelos países centrais, fomentada com o progresso técnico e a colocação de novos produtos no mercado, tem como contrapartida a especialização da periferia em produtos primários, cuja produtividade é elevada não com o desenvolvimento das forças produtivas, mas “pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional”(Furtado, 1974, p. 78). Diante desta situação de evidente desigualdade, alinham-se dois aspectos históricos: por um lado, a matriz institucional (estrutura da propriedade da terra, contingente populacional, etc.) dos países periféricos determina suas relações internas de produção e, dessa maneira, define as formas de apropriação do excedente gerado pelo comércio exterior; por outro, a forma de utilização do excedente reflete o processo de dominação cultural dos países centrais. Em outras palavras, o excedente gerado pelo comércio exterior irá dar acesso às elites locais a padrões de consumo diversificados, bens produzidos a partir do progresso técnico nos países industriais. Para tanto, ampliam a taxa de exploração do trabalho, que precisa então crescer à medida que as disparidades tecnológicas entre centro e periferia vão se aguçando e fomentando novas formas de consumo mimetizadas pelas elites locais. Cria-se, assim, o “embrião” da relação entre dependência e subdesenvolvimento, baseado (1) no baixo desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação interna e (2) na mimetização dos padrões de consumo do centro pelas elites locais de forma independente do nível dessa acumulação. São estas condições que orientam o processo de industrialização das economias periféricas. Com ela, sabe-se que o “eixo de acumulação” se desloca para o mercado interno. Entretanto, trata-se de um mercado fortemente concentrado, de modo que o setor industrial se instala para abastecer a demanda diversificada destas mesmas elites dominantes, e seu dinamismo passa a depender da capacidade de consumo desses grupos. Assim, passam a depender também do aumento da taxa de exploração e da elevação das desigualdades sociais. Consolida-se, dessa maneira, o mecanismo pelo qual o crescimento econômico se traduz em elevação das desigualdades. Furtado, então, faz referência à crescente internacionalização da economia. O progressivo aumento do custo da tecnologia e a aceleração do progresso técnico facilita a penetração de grandes empresas internacionais, estabelecendo sucursais nas economias periféricas e ampliando os laços de dependência. Por sua vez, diante das dificuldades que passam a apresentar com os custos crescentes em moeda estrangeira, os países periféricos promovem por meio do aumento da taxa de exploração a “exportação de mão de obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados”(idem, p. 94), ou seja, a entrada de investimentos estrangeiros que buscam, por meio da utilização de mão de obra barata dos países dependentes, baixar os custos de produção dos seus produtos comercializados mundialmente.

#### ***1.2.4- Os caminhos tortuosos do desenvolvimento nacional***

A fase de transnacionalização da economia, último dos períodos analisados por Furtado, coloca grandes dificuldades à superação do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período, o Estado se torna cada vez mais débil para controlar as forças do mercado, progressivamente orientadas do exterior, a correlação de forças do trabalho frente ao capital é enfraquecida e cresce a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Sampaio Jr., 1997, p. 228). Por outro lado, as limitadas saídas para os países dependentes, diante da ausência de controle do progresso técnico desde os momentos iniciais da substituição de importações, limitam-se a procurar “mudar a qualidade de suas 'necessidades sociais'”, por meio de rupturas socioculturais, escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou mais atrasadas, modificar sua participação no sistema capitalista mundial e/ou alterar parâmetros sociais e institucionais que propiciem mudanças no mundo do trabalho (idem, p. 204). Contudo essas alternativas se veem ainda mais restritas com a perda de autonomia decisória observada no período de transnacionalização

Observam-se portanto dificuldades crescentes de ação e superação. Entretanto, ao contrário de autores marxistas como Ruy Mauro Marini, Furtado nunca se propôs a extrapolar os limites do capitalismo em suas proposições políticas e teóricas. Esse “otimismo” é o que faz com que Sampaio Jr. critique o modo do autor de “pensar a autonomia relativa dos centros internos de decisão” que o levaria a “ignorar que o raio de manobra da política econômica é prisioneiro da correlação de forças que sustenta o Estado”, “subestimar a força dos grupos econômicos e sociais umbilicalmente comprometidos com o subdesenvolvimento”, e, como consequência, “superestimar as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia no desenvolvimento nacional” (Sampaio Jr., 1997, p. 231) Ainda assim, pode-se dizer, como aspecto positivo, que a visão de Furtado o leva a não apenas apontar os problemas, mas a prever possibilidades conjunturais de seu enfrentamento. A superação da ideologia do liberalismo econômico, nesse sentido, é uma das mais urgentes necessidades que ultrapassa o campo do debate científico para adquirir fundamental importância no campo da política pública:

“A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo - poder que se manifesta sob a forma de superestados nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no controle da técnica e da informação e em instrumentos de intervenção aberta ou disfarçada de âmbito planetário - coloca a América Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões dos mercados nacionais. Dessa observação podemos inferir dois corolários. O primeiro é que o reencontro dos povos latino-americanos em um destino comum se imporá cada vez mais como ideia-força a todos aqueles que pretendam lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência de nossos países. O segundo é que a

ideia de reproduzir nesta parte do mundo a experiência de desenvolvimento econômico no quadro das instituições liberais, se configura cada vez mais como uma quimera para os observadores lúcidos de nosso processo histórico. Em face da transnacionalidade da economia, a opção do *lassidez faire* significa hoje em dia, em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação traz consigo o agravamento das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, marginalização de amplos segmentos da população, enfim, crescentes custos sociais" (Furtado, 1976, p. 136 *apud* Sampaio Jr., 1997, p. 229)

### 1.3- Marini e Furtado: breves comparações

Nesta sessão, são comparados alguns aspectos que se destacam nas interpretações da dependência dos dois autores tratados nesse capítulo. Tal qual foi feito nas abordagens em separado de cada um deles, a sessão é dividida em uma série de tópicos. No primeiro, procura-se comparar os principais aspectos metodológicos das interpretações. No segundo, as diferentes definições e aspectos principais que atribuem ao conceito de dependência. No terceiro, a dinâmica da dependência e sua abordagem histórica. Por fim, na quarta e última, os principais desdobramentos políticos e econômicos que supõem em consonância com seus pressupostos teóricos e históricos. Logo abaixo, é apresentado um quadro (Tabela 1) com os principais aspectos discutidos nas sessões anteriores, no intuito de facilitar a análise comparativa.

Autores/aspectos dos estudos da dependência	Metodologia dos estudos	Definição da dependência	Dinâmica da dependência	Desdobramentos da dependência
Ruy Mauro Marini	Análise histórica e dialética a partir de categorias-chave da teoria do valor-trabalho marxista	Contradição histórica fundada na divisão internacional do trabalho no século XIX, e reproduzida sobre novas bases com a manutenção da superexploração do trabalho enquanto consequência direta dessa relação	Superexploração p/ garantir mais-valia do centro desdobra na superexploração p/ garantir esfera superior de circulação	Dependência se retroalimenta; rompimento é radical, contra o próprio modo de produção capitalista
Celso Furtado	Método "histórico-indutivo": análise indutiva das estruturas socioeconômicas e políticas formadas	Situação criada a partir de padrão sociocultural modernizado de consumo das elites locais, que engendra, com a insuficiência na acumulação de capital	Formação de uma minoria modernizada a partir da dominação cultural e do comércio internacional, industrialização	Inviabilidade de superação do subdesenvolvimento pela via dependente. Necessário fortalecer os "centros internos de decisão". Autonomia com

	historicamente	da economia dependente, a perpetuação da estrutura subdesenvolvida	para minoria e aprofundamento da dependência com internacionalização	desenvolvimento capitalista nacional
--	----------------	--	--	--------------------------------------

Tabela 1- Quadro comparativo dos autores(Ruy Mauro Marini, F. H. Cardoso & Enzo Faletto e Celso Furtado)

### 1.3.1- O viés metodológico: dialética, indução e busca de regularidades

Em uma análise comparativa das metodologias adotadas pelos autores, destaca-se aqui dois aspectos nos quais apresentam convergências e divergências entre si: a trajetória do raciocínio que utilizam para captar o fenômeno da dependência e seus principais desdobramentos – se histórico-indutiva ou dialética – e o intuito que suas investigações apresentam em identificar regularidades específicas características da dependência, que a definam enquanto um fenômeno *a priori* delimitado.

A trajetória de raciocínio dialética, típica do marxismo, na qual são observadas as manifestações dos fenômenos na realidade empírica, interpretadas em diálogo com categorias gerais e, por fim, postas à prova pela perspectiva histórica, é o método utilizado por Marini em sua leitura da dependência. Enquanto uma perspectiva marxista, ela parte de fenômenos particulares relacionados à inserção histórica da América Latina no mercado mundial, interpreta-os por meio das categorias gerais desenvolvidas por Marx e por outros autores marxistas - exploração do trabalho, mais-valor relativo e absoluto, tendência à queda da taxa de lucro, imperialismo – e das conexões estabelecidas entre elas que garantem o nexo da interpretação marxista do capitalismo, para voltar à realidade histórica e empírica de maneira a encontrar seu nexo e sentido particulares, os quais, ainda que sejam variações daqueles para as quais as categorias foram inicialmente formuladas, não chegam a subverter os significados, pressupostos e desdobramentos que possuem na perspectiva teórica original. É assim que Marini formula o conceito de superexploração do trabalho a partir dos conceitos marxistas de exploração e mais-valia, o conceito de subimperialismo a partir do imperialismo e estabelece interpretações em relação aos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro e das conexões entre as esferas da circulação e da produção nas economias avançadas e dependentes, por exemplo. Como ressaltamos, Marini entende essa abordagem como um marxismo “ortodoxo” e “não-dogmático”.

A perspectiva histórico-indutiva – partindo da análise empírica e histórica para nela encontrar os elementos e categorias que dão nexo ao fenômeno que se quer explicar – é a opção metodológica de Furtado. Este autor, ainda que evidentemente precise se utilizar da noção de dependência como um fenômeno originado das relações entre o centro e a periferia do mercado mundial, procura defini-la concretamente com a observação histórica da forma de articulação dos grupos e

comportamentos sociais com o sistema econômico. Furtado investiga como a matriz institucional prévia das economias periféricas e a relação de dominação cultural engendra um tipo específico de processo produtivo e acumulação capitalista e leva dessa maneira ao subdesenvolvimento e à situação de dependência.

Por outro lado, um importante aspecto nos quais as metodologias dessas perspectivas apresentam semelhanças é na pretensão que possuem em estabelecer um padrão de dependência com características conceitualmente pré-definidas. Nesse quesito, Marini e Furtado coincidem em definir a dependência como uma situação com aspectos delimitados e desdobramentos previsíveis, ainda que sua forma de manifestação possa mudar ao longo do tempo. Para Marini, uma contradição historicamente fundada na troca desigual do comércio internacional que se compensa com o aumento da exploração dos trabalhadores. Para Furtado, uma situação criada com a modernização do padrão de consumo das elites locais, que condiciona o processo produtivo das economias periféricas. Esse aspecto diferencia essas interpretações de outras abordagens dependentistas rivais, que definem a dependência sem pressupor um conjunto de práticas ou fenômenos que a caracterizem de forma específica e exclusiva. Um exemplo disso é a abordagem do “desenvolvimento dependente e associado” de Cardoso e Falleto (1981) Para estes autores, a dependência é, de forma geral, entendida como a falta de autonomia dos grupos dominantes das nações periféricas em relação aos ditames do mercado e da economia mundial. Entretanto, esta definição não pressupõe qualquer conjunto de práticas ou fenômenos específicos e recorrentes através dos períodos históricos. Ela se manifestou historicamente por meio de diferentes arranjos político-sociais e, com a internacionalização do mercado, passa a apresentar um novo caráter inclusive conciliável com o desenvolvimento capitalista.

### ***1.3.2- As definições: produtividade e aumento da exploração***

Em um nível conceitual, as definições de dependência de Marini e Furtado apresentam semelhanças que levarão, em ambos os casos, a enxergar a dependência como fenômeno aliado e alimentado pelas transformações nas forças de produção . A caracterização da dependência como um fenômeno por definição alimentado pelo aumento da exploração, inclusive com o aumento da produtividade do trabalho, será um importante ponto de convergência em suas interpretações

Na interpretação de Marini, como vimos, a situação de dependência engendrada no mercado mundial no período exportador implica diretamente na superexploração de trabalho como forma de compensação pelos capitalistas das economias dependentes. Com a substituição de importações, a “esfera da circulação”, antes concentrada na demanda por importações pelas classes não-produtoras, se transfere para o mercado interno mas não é interligada com a esfera da produção: a produção

capitalista fundada na superexploração é orientada para as classes dominantes e por isso mesmo não necessita, num momento inicial, baratear suas mercadorias por meio da produtividade para atingir novos mercados. No entanto, a certo momento esta demanda se torna saturada e os capitalistas locais passam então a investir em produtividade e alcançar as camadas médias de consumo. Mas chega-se a um novo impasse: a renda das camadas médias, oriunda do mais-valor, precisa da superexploração para ter acesso aos produtos manufaturados. Assim, a produtividade não só não resolve o problema da superexploração, como precisa dela para a realização do capital e a ampliação na medida em que pressiona para cima o contingente da força de trabalho integrante do exército industrial de reserva. Esta contradição não é formalmente impossível de ser resolvida, mas Marini pontua que o recurso à tecnologia estrangeira (com a transnacionalização do capital) ao elevar a intensificação do trabalho sem incidir na produção dos itens de consumo dos trabalhadores e ampliar e reduzir o contingente da população produtiva, coloca o mesmo problema sobre novos patamares. Celso Furtado chega a conclusões surpreendentemente similares às de Marini partindo de um outro ponto de vista. Assim como em Marini, o padrão de consumo mimetizado das elites locais (que neste caso é o próprio núcleo da definição de dependência) leva a um processo de industrialização orientado para o consumo da minoria abastada. Aqui, no entanto, a análise não está centrada na ausência de um mecanismo de ampliação do consumo dos trabalhadores por meio do aumento da produtividade, como em Marini, mas na importação de processos produtivos que não geram escassez relativa de trabalho devido baixo nível de acumulação característico das economias dependentes. É por isso que, no caso de Furtado, pode-se inferir que ao menos entre os postos de trabalho de mais alta produtividade da economia (os segmentos internacionalizados) o alto nível de exploração do trabalho não é um aspecto recorrente. Os efeitos nefastos da incorporação de novos processos produtivos encontram-se justamente nos segmentos que não são capazes de fazê-lo, de maneira que, também nesse caso, pela acumulação insuficiente das economias dependentes, a incorporação de novas técnicas – e o aumento da produtividade do trabalho – concilia-se perfeitamente com o aumento da taxa de exploração na economia como um todo.

Esse ponto em comum entre Marini e Furtado é de relevância especial para a pesquisa realizada no presente trabalho, na medida em que a investigação da estrutura de consumo e de produção, bem como os níveis salariais dos trabalhadores que participam dos processos produtivos no México, discriminará entre setores destinados a padrões de consumo de luxo ou de bens necessários, o que compreende, em boa parte dos casos, ramos de produção mais ou menos intensivos em tecnologia e produtividade. Assim, a constatação de que a elevação de produtividade pode se conciliar com um distanciamento entre as esferas ou padrões de consumo é de grande valor para a análise setorial que faremos.

### **1.3.3- Dependência no campo econômico e “cultural-econômico”**

Tanto em Marini como em Furtado, a dependência se inicia ou se consolida com o advento da grande indústria e das independências latino-americanas, no século XIX. Ainda que haja importantes processos históricos da época colonial que condicionam a forma como a dependência se manifesta, os autores reconhecem esse período como inaugural dessa relação, seja porque é o momento em que a América Latina se insere no mercado mundial sem as antigas restrições do período colonial ou porque é nesse período em que se consolida a divisão internacional do trabalho e a relação entre o centro industrial e a periferia primário-exportadora.

Destacam-se também os diferentes enfoques históricos e conceituais utilizadas pelos autores. Ruy Mauro Marini, na “Dialética da dependência”, aborda a história dentro de uma perspectiva essencialmente econômica. Utiliza as categorias marxistas para a análise da inserção latino-americana no mercado mundial, do período de substituição de importações e do processo introdução de tecnologias estrangeiras. Centra-se, portanto, no estudo das forças de produção e das trocas materiais que envolveram a América Latina com o resto do mundo e internamente. Furtado, pode-se dizer, apresenta uma perspectiva “interdisciplinar”. Estabelece um enfoque que parte de aspectos tanto socioculturais como socioeconômicos - a modernização dos padrões de consumo e as bases institucionais das sociedades latino-americanas - para tratar de como estes se desdobram em situações de subdesenvolvimento e de dependência.

### **1.3.4- Socialismo e “desenvolvimento nacional”**

Expomos como as diferenças de interpretação levam a diversas perspectivas sobre as limitações do desenvolvimento dependente e mesmo do desenvolvimento sobre bases capitalistas. As conclusões são divergentes nesse quesito: Celso Furtado se alinha à proposta de um desenvolvimento capitalista de bases nacionais, e Marini postula a necessidade de superação do capitalismo como alternativa de superação do subdesenvolvimento.

A perspectiva de “desenvolvimento nacional” de Furtado baseia-se, sobretudo, na visão do autor em relação à “relativa autonomia” do Estado frente à situação de subdesenvolvimento e dependência. Como foi colocado, o autor não nega o aprofundamento da dependência com a transnacionalização capitalista, muito menos aceita a crença em uma possibilidade desenvolvimento dependente. Nesse sentido, apenas uma mudança importante nos rumos da política pública e das transformações institucionais e sociais poderia garantir a libertação dessa condição. Ainda assim, não faz o questionamento sobre a viabilidade capitalista do desenvolvimento. Sua preocupação, talvez como intelectual atuante na vida pública que foi, é pragmática diante do modo de produção e

das relações estruturais sob as quais vivemos.

A perspectiva de Marini, por sua vez, diz respeito a sua posição política e intelectual enquanto marxista de maneira geral, mas não se resume a isso. Por um lado, Marini, como marxista, não acredita na resolução das contradições do modo de produção capitalista. Nem nas economias centrais, nem nas periféricas. Isso fica claro quando, em “Sobre a dialética da dependência”, o autor trata da acumulação capitalista baseada na produção de mais-valor relativo, tal qual ocorre nos países centrais, ressaltando sua tendência ao aumento da intensificação do trabalho como contrapartida à diminuição da jornada de trabalho. Por outro lado, entretanto, a perspectiva teórica sobre o modo de produção capitalista de forma geral também é acrescida de sua leitura específica sobre as economias dependentes. Nesse caso, a situação de dependência não é tratada como um “acaso histórico” ou um processo remediável no passado(e no presente) caso algumas condições fossem outras. Trata-se, em sua visão, de um aspecto indissociável da “lei de acumulação capitalista”. A superexploração do trabalho, assim, não se resolve a partir da elevação da capacidade produtiva do trabalho ou mesmo com a implementação de políticas reformistas. Ela é uma manifestação da maneira como a dinâmica de acumulação própria do capital se manifesta na economia dependente.

#### ***1.4- Globalização, neoliberalismo e superexploração do trabalho***

Como foi possível observar, as produções teóricas de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini datadas da década de 1970 apostam na continuidade de relações de dependência as quais trazem como consequência imediata o aprofundamento das disparidades sociais e da exploração do trabalho, caso não haja a ascensão de forças e processos políticos que passem a questionar e minar a lógica subordinada na qual a América Latina se insere internacionalmente. Por outro lado, é justamente por volta desse período que economia mundial passa por importantes transformações, entre as quais estão o surgimento e a generalização do paradigma microeletrônico nos processos produtivos e financeiros, a promoção de ampla desregulamentação das relações de trabalho e a progressiva financeirização da economia mundial.

O desenvolvimento das forças produtivas testemunhado a partir do pós-guerra - cujo reflexo na arquitetura da política econômica e institucional global foram o crescimento econômico nos moldes das políticas keynesianas de fortalecimento dos mercados internos das economias centrais e a criação de uma série de instituições multilaterais sob hegemonia dos Estados Unidos – dá origem, a partir dos anos 1970, a uma crise de sobreacumulação por parte dos capitais monopólicos dos países centrais, especialmente norte-americanos. Iniciam-se profundas transformações nos padrões de acumulação internos às regiões centrais e periféricas da economia mundial que desembocam na

formação de uma nova divisão internacional do trabalho. Esta última é caracterizada, em termos gerais, por duas dimensões centrais: observa-se, por um lado, a tendência à *extensão da superexploração* também aos países centrais, como reflexo da generalização dos processos produtivos, da agudização da concorrência intercapitalista e do aumento do exército industrial de reserva diante da elevação do nível de capital orgânico e da consequente exclusão do trabalho vivo da produção; por outro, no que se refere à América Latina, testemunha-se o surgimento de novos padrões de superexploração na região, caracterizados pelo reforço de suas características mais agudas. Descrevemos brevemente a seguir o primeiro desses movimentos e delineamos algumas características do segundo deles, importante para o propósito de atualização da temática da dependência que aqui temos presente.

#### **1.4.1– A tendência à generalização da superexploração**

O entendimento dos padrões de exploração do trabalho surgidos e desenvolvidos nas últimas décadas e da sua tendência à se caracterizarem como superexploração exige, tal qual no caso das economias dependentes, uma investigação a respeito dos mecanismos de geração de valor e de mais-valia que passam a ganhar importância na acumulação capitalista dos países centrais ao longo das últimas décadas.

Ainda na década de 1950, como vimos, observa-se um movimento de progressiva internacionalização do capital, sobretudo estadunidense, o qual ganha forte projeção no imediato pós-guerra sob a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos e a arquitetura institucional por ela sustentada. Este movimento se caracteriza, no âmbito da economia nacional norte-americana, pela saída de capitais que resultou em déficits no balanço de pagamentos e no progressivo esgotamento das reservas de ouro do país (Marques, 2013).

A Guerra da Coreia (1953) trouxera consequências inflacionárias, enquanto uma saída massiva de capitais privados para o exterior originou uma série de déficits na balança de pagamentos, situação que, na década posterior, levaria à crise monetária que redundou na inconvertibilidade e desvalorização do dólar frente ao ouro. Paralelamente à expansão veloz da circulação internacional do dólar em papel moeda, as reservas norte-americanas em ouro progressivamente baixavam. Com a emergência do mercado de eurodólar, ampliava-se consideravelmente a circulação monetária internacional, cujo controle passava a ser exercido cada vez mais por bancos privados. Nesse contexto de expansão e transformação do mercado de capital-dinheiro, acompanhado pela expansão de filiais de bancos norte-americanos no exterior, o reordenamento da economia capitalista mundial e a expansão monetária formaram as bases para que o capital privado norte-americano ampliasse seu raio de acumulação, integrando, sob seu controle, outros aparatos produtivos nacionais (MARINI, 1977). (Marques, 2013, p. 88)

Esse processo, que tem o sentido de avanço da monopolização do capital no movimento de sua reprodução, soma-se ao alto dinamismo das inovações tecnológicas, as quais permitem elevar a intensidade da exportação de bens de capital obsoletos nos centros capitalistas para as regiões periféricas e elevam a velocidade da circulação de capital dinheiro, aspecto essencial à financeirização no seu descolamento relativo da produção e da geração de valor (Marques, 2013). Tal movimento leva à eclosão de uma crise de sobreacumulação, a partir da qual importantes mudanças na arquitetura macroeconômica global vêm à tona.

A crise de superacumulação de capital já no final dos anos 1960 espalhava sobre as economias capitalistas avançadas os sinais da chamada *estagflação*, uma combinação, inesperada pelos economistas e estadistas, de recessão, desemprego e inflação, que perduraria por boa parte dos anos 1970. Naquela oportunidade, vários Estados ocidentais, inclusive o Reino Unido, passavam por graves crises fiscais e o sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods, lastreadas em reservas de ouro, alcançava seus limites. O fluxo de dólares escapava ao controle norte-americano e inundava o mercado europeu, o que acabou por pressionar aquele modelo cambial, levando ao abandono da paridade ouro-dólar em 1971. O arranjo político-institucional do chamado liberalismo embutido (Estado de bem-estar social), alicerçado no compromisso entre Estado, trabalho e capital, chegava ao esgotamento e, com ele, ruíam as altas taxas de crescimento experimentadas depois de 1945 nos países capitalistas desenvolvidos. (Marques, 2013, pp. 89 e 90)

Com a derrocada do pacto de longa duração dos Estados democrático-liberais, representado pelo acordo de Bretton Woods, a retomada da acumulação deu-se sobre outras bases, cujos pilares principais são a valorização financeira do capital fictício e a elevação da concentração de capitais. O capital fictício, ainda que possa centralizar frações de mais-valia, não possui a propriedade de criar por si só valor e riqueza. Seus ganhos, para se manterem, necessitam da extração de mais-valia baseada em fundamentos reais. Por outro lado, a crescente concentração de capitais em um pequeno grupo de empresas monopolísticas, que comandam os processos globais de inovação, gera desemprego em massa como reflexo do poder que detém estas unidades de perseguir mais-valia extraordinária repassando os prejuízos desta nova distribuição de valor para as pequenas e médias burguesias nacionais dos países centrais, as quais concentram a maior parte da força de trabalho dessas regiões (Martins, 2011, p. 303). A nova necessidade de valorização do capital e das condições criadas com a extensão do exército industrial de reserva levam, dessa forma, à generalização dos mecanismos de superexploração até então restritos às economias dependentes. Tornam-se aspectos comuns e até mesmo considerados como “naturais” a ampliação das desigualdades sociais, do desemprego e o desmonte de políticas de bem-estar social nas regiões de capitalismo avançado.

#### ***1.4.2 – A acentuação da superexploração na América Latina***

O neoliberalismo na América Latina pode ser dividido em duas fases distintas de acordo com o momento de reinserção e readaptação da região à divisão internacional do trabalho. Nos anos 1980, as nações latino-americanas sofreram, de maneira geral, com uma forte saída de capitais atraídos pela elevação das taxas de juros norte-americanas, levando à crise da dívida externa de dos países da região após o alto nível de endividamento alcançado nos anos anteriores de elevada liquidez monetária internacional. A reinserção da região no mercado internacional vai se dar sobretudo nos anos 1990, com a implementação das políticas sugeridas pelo Consenso de Washington, tais quais a liberalização das relações comerciais e a valorização monetária. Martins resume o reflexo destas etapas na extração do excedente econômico e nas condições de superexploração do trabalho na região:

Na primeira etapa, cujo auge deu-se nos anos 1980, a expropriação de capitais associada à crise da dívida externa reduz a massa de mais-valia e, como tal, as taxas de lucro e a mais-valia não acumulada na região. A centralização de capitais, nos anos 1980, acrescentou aos problemas de realização do capitalismo dependente latino-americano aqueles derivados de uma enorme expropriação de mais-valia, agudizando os primeiros, ao restringir a expansão da esfera do consumo suntuário e impulsionar a crise do Estado. Nesse período, decaíram as taxas de investimento, paralisou-se o desenvolvimento do setor produtivo e o aprofundamento da substituição de importações em direção ao segmento de bens de capital, gerando-se um excedente de força de trabalho que alimentou uma superexploração, traduzida na redução salarial e no aumento relativo e absoluto das famílias abaixo da linha de pobreza (Cepal, 1996, p. 37).

Na segunda etapa, cujo auge foi nos anos 1990, a liberalização tarifária e a sobrevalorização cambial praticada pelos governos latino-americanos reinseriram amplamente os padrões de acumulação capitalistas latino-americanos no mercado internacional. O movimento de direcionamento desses padrões ao mercado internacional, que se fazia pela via do subimperialismo, foi superado em seu ritmo e extensão pela reestruturação dos padrões mundiais da acumulação de capital.

(Martins, 2011, pp. 303 e 304)

A liberalização comercial e a sobrevalorização do câmbio testemunhadas nessa última fase levaram à abertura dos mercados latino-americanos para a realização da produção dos países centrais e dissolveram as diferenças entre mercado interno e internacional. No cenário macroeconômico, os países da região passam a apresentar déficits em conta corrente equilibrados temporariamente com ingressos de capitais. Entretanto, o aumento exponencial das dívidas interna e externa levaram a crises que exigiram, para sua estabilização, uma enorme transferência de patrimônio público e privado e o recurso à superexploração. Dissolveu-se, com este conjunto de transformações, parte dos processos materiais de acumulação da região desenvolvidos nas décadas anteriores, levando tendencialmente à reespecialização da região na produção de mercadorias de menor valor agregado (Martins, pp. 304 e 305)

Diante da reconfiguração da América Latina na divisão internacional do trabalho promovida pela globalização neoliberal, Carlos Eduardo Martins aponta quatro “novas determinações e novos desenhos da superexploração do trabalho na etapa de dependência que se desenvolve no continente”(Martins, , pp. 305 e 306):

- a) desde fins dos anos 1970 até a crise de 2001-2002, o setor financeiro absorve a maior parte da mais-valia expropriada, impulsionando por essa via a superexploração do trabalho com a desarticulação do do setor produtivo – *o que permite elevar o excedente de força de trabalho necessário para pressionar para baixo os preços da força de trabalho* – e a implementação de uma regulação econômica necessária ao período de concentração de capitais que viria logo em seguida;
- b) Os setores de ponta da economia latino-americana *perdem a capacidade de se apropriarem de mais-valia extraordinária*, tal qual ocorria no período de substituição de importações, devido à inserção subordinada dos processos produtivos latino-americanos na economia mundial nesta fase neoliberal, resultando na deterioração dos termos de troca e o aumento da depreciação de suas mercadorias;
- c) *Aumenta a heterogeneidade tecnológica inter-ramos* em virtude da internacionalização da circulação e da produção no mercado latino-americano, com o estabelecimento de setores de ponta internacionalizados que se apropriam da mais-valia dos ramos e empresas mais atrasados;
- d) a conjunção entre a *absorção de tecnologias intensivas em ciência e subjetividade* e o *aumento do excedente de força de trabalho* sujeito a uma regulação que favorece superexploração leva à precarização do trabalho e ao desemprego, reduzindo o fundo de consumo do trabalhador e elevando o grau de instabilidade no trabalho.

As perdas de mais-valia oriundas da nova inserção da América Latina no mercado mundial e a elevação da capacidade de geração de desemprego tecnológico, contribuem, nessa perspectiva, para a agudização da superexploração na região. Isso se reflete no reforço de suas formas mais extremas, *sobretudo através da redução do fundo de consumo dos trabalhadores*, e pode ser observado através de diversos indicadores, como o aumento dos índices de desigualdade e de pobreza nos anos 1980 e 1990 em uma série países latino-americanos,, a insuficiência da elevação do grau de instrução da força de trabalho para uma elevação salarial equivalente e a perda da participação do trabalho nas rendas frente ao capital. Como já foi adiantado, na presente pesquisa investigaremos mais a fundo como se dá esse processo no caso do México a partir da implementação do Nafta, sobretudo no que se refere ao aumento das disparidade dos processos produtivos e padrões de consumo que indicam, sob o ponto de vista teórico aqui adotado, o aprofundamento da dependência e da superexploração do trabalho.

A análise concreta do caso mexicano necessita, por outro lado, de uma contextualização

histórica desse país em sua formação econômica dependente e em relação aos recentes acontecimentos envolvendo a guinada neoliberal do país, na qual um dos marcos mais importantes é a adesão ao Nafta. Só por meio dela conseguiremos entender as categorias teóricas inseridas em particularidades históricas. É o que será feito no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Revolução Mexicana ao NAFTA: Política, Economia e Relações Internacionais no México do Século XX**

A trajetória histórica do México no século passado, compreendendo as opções políticas tomadas e a inserção da economia mexicana no contexto internacional, tem muito a revelar a respeito das grandes problemáticas e armadilhas enfrentadas pela classe trabalhadora dessa nação na atualidade. Esta constatação, generalizável para virtualmente qualquer país, região ou território, ganha contornos dramáticos no caso mexicano em razão do forte e desvirtuado legado da Revolução Mexicana, ocorrida em 1910, ao longo de todo o século XX. Este legado se traduz politicamente, entre outros aspectos, na permanência do Partido Revolucionário Institucional (PRI) por longas décadas no poder, monopólio rompido temporariamente apenas nos anos 2000 com a ascensão do Partido da Ação Nacional (PAN) e sua agenda de ultradireita na política nacional. Décadas que contaram com a adoção de diferentes modelos de política econômica e com uma atuação internacional marcada muitas vezes pela contradição e o distanciamento entre discurso e prática.

Neste capítulo, faz-se um breve relato histórico das décadas que se seguiram à Revolução Mexicana até a entrada em vigor do NAFTA, em 1994 e alguns desdobramentos nos anos subsequentes. Como colocado, o entendimento das particularidades históricas mexicanas mostra-se necessário para uma boa avaliação de como se manifesta, neste país, o padrão de acumulação típico do capitalismo dependente, já que este padrão, ainda que formado por uma lógica comum que perpassa as regiões periféricas da economia mundial, pode se manifestar de maneira mais ou menos intensa tendo em vista as formações históricas, institucionais e as opções políticas tomadas em cada país. Dividimos o capítulo em duas sessões, de acordo com o período histórico. Na próxima sessão, trataremos de alguns importantes momentos e processos da política, das relações internacionais e da economia mexicana da Revolução Mexicana até o ano de 1982, quando se inicia uma mudança profunda na política econômica e no modelo de Estado mexicanos com a ascensão de Miguel de la Madrid(1982-1988) à presidência do país. Na sessão seguinte, descrevemos o progressivo aprofundamento na implementação de um modelo neoliberal de política e de Estado a partir deste período, o qual teve como um de seus aspectos mais determinantes a abertura comercial e financeira do México que culminou na assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte na década de 1990 e resultou em mudanças importantes na estrutura econômica do país.

#### ***2.1– A Revolução Mexicana e seu legado: política, relações internacionais e economia em 1910-1982***

O século XX se inicia no México exibindo importantes contradições expressas nas mudanças

econômicas e sociais pelas quais passava o país. Por um lado, a ditadura de Porfírio Diaz e seu projeto de modernização autoritária promoviam obras de infra-estrutura, a expansão de atividades econômicas importantes e conquistavam a confiança do capital internacional.

No despertar do novo século, o país se perfilava com a fórmula ditadura e modernização. No México porfiriano, tinha-se conseguido cristalizar o antigo sonho de sulcar o país de trilhos; a mineração renascia com vigor e estreitava vínculos com a economia dos Estados Unidos; as primeiras gotas de petróleo brotaram precisamente com o novo século e se converteriam numa verdadeira cornucópia para os britânicos e os norte-americanos; restabeleceu-se o crédito internacional mediante o pagamento da dívida externa que havia mais de meio século acumulava juros de mora; em suma, o México deixava para trás a opinião desfavorável de um país impossível de domesticar e de fazer frutificar as riquezas extraordinárias que o naturalista Alexander von Humboldt tinha elogiado em 1803.  
(Rajchenberg, 2006, s/ p/)

Entretanto, essa aparência de “progresso” escondia uma escalada de conflitos e ofensivas no campo e da insatisfação de segmentos de classe média e mesmo das elites oligárquicas. Os camponeses, que em muitos casos viviam em glebas sob uma institucionalização política própria e baseada em fortes vínculos comunitários, sofriam com a mercantilização da terra em uma conjuntura de expansão da população urbana e aumento do mercado interno, bem como dos aumentos especulativos da terra originados com a expansão da malha ferroviária no país. Elevou-se a concentração da terra nas mãos de antigos latifundiários e novos empresários agrícolas. A classe média urbana, que havia crescido no último quarto do século XIX com a “modernização oligárquica” porfirista e a expansão da burocracia estatal e do setor de serviços, via-se cerceada com a intolerância do regime à liberdade de expressão e os bloqueios colocados à mobilidade social com a manutenção de privilégios nas teias de poder do regime e a adoção do padrão-ouro, em 1905, que retraiu suas receitas reais. Por fim, as elites provincianas hesitavam cada vez mais em seu pacto com o governo diante das concessões oferecidas ao capital estrangeiro nos negócios mais rentáveis, temendo pela sua marginalização do centro da dinâmica econômica do país(Rajchenberg, 2006). Tal conjuntura contraditória, que aliava progresso e modernização com o crescimento da insatisfação e da revolta só pode ser explicada considerando a instabilidade nas relações políticas e econômicas tradicionais criadas por tal situação:

a revolução desencadeada por Madero não foi filha da miséria e da estagnação, e sim da desordem provocada pela expansão e mudança: (1) o investimento estrangeiro desenvolveu cidades e criou impérios produtivos, mas também gerou a inflação, que afetou o salário real dos trabalhadores e da classe média; (2) a vinculação ao mercado norte-americano abriu oportunidades de emprego e aumentou as exportações(seis vezes entre 1880 e 1910), mas vulnerabilizou o país às flutuações da economia norte-americana, cuja recessão de 1907, por exemplo, levou ao repatriamento de

milhares de trabalhadores mexicanos que tinham sido demitidos do outro lado da fronteira; (3) o boom da mineração criou cidades e pagou altos salários, mas alterou regiões inteiras, criou populações flutuantes, instáveis e turbulentas e semeou um nacionalismo explosivo resultante da discriminação anti-mexicana do emprego; (4) a ferrovia encurtou distâncias, reduziu o custo dos transportes e unificou mercados, mas também multiplicou o preço das terras ociosas, facilitando sua expropriação, e segregou, ao não alcançá-los, os centros tradicionais de produção e comércio, assim como as oligarquias que deles se beneficiavam; e (5) a modernização agrícola consolidou um setor extraordinariamente dinâmico, mas contribuiu para a destruição da economia camponesa, usurpou os direitos das aldeias e comunidades rurais, atirando seus habitantes à inclemência dos mercados, da fome, da peonagem e da migração.

(Camín & Meyer, 2000, pp. 15 e 16)

Da tensão originada desse conjunto de ataques, insatisfações e revoltas contidas, surgiram movimentos com o objetivo de derrubar o governo de Porfírio Díaz. Os projetos e ideias presentes no limiar revolucionário, entretanto, não eram homogêneas entre si, e respondiam aos interesses de classe presentes na trama política.

### ***2.1.1 – Da Revolução ao período cardenista***

A derrubada do governo de Porfírio Díaz teve como um dos protagonistas Francisco Madero, membro de uma poderosa dinastia familiar do estado de Coahuila, e levada à frente pelas frações das elites provincianas insatisfeitas, intelectuais, camadas médias, operários e camponeses. Este movimento heterogêneo contou com a participação e o apoio, que logo se dissiparia, das frentes de batalha de Emiliano Zapata e Francisco Villa. Bastou que Madero assumisse o poder para que as divergências e os consequentes conflitos violentos permanecessem: o novo presidente hesitava em cumprir com a reforma agrária e entre suas primeiras ações estava um acordo assinado com os porfiristas comprometendo-se a entregar as armas dos grupos sublevados, o que significava a manutenção do Exército federal e a ameaça de reconstrução da política repressiva do porfirismo, de maneira a radicalizar o conflito entre o novo governo e o movimento revolucionário de Zapata. A movimentação em resposta dos zapatistas morelenses foi a assinatura do Plano de Ayala, documento que tinha como princípio revolucionário a tomada imediata dos “terrenos, montes e águas” usurpados, o qual foi visto, por sua vez, como uma ameaça crescente pelos grupos mais conservadores da sociedade. A escalada do protesto popular uniu essas frações de classe aos capitalistas estadunidenses, preocupados com a ameaça no país vizinho, que dessa forma teceram um complô que resultou no assassinato de Madero, em 1913, e a ascensão efêmera do general Victoriano Huerta ao poder (Rajchenberg, 2006; Boersner, 1996).

Huerta foi combatido desde o início por um conjunto heterogêneo de forças formado, por um

lado, pelos exércitos camponeses de Villa e Zapata e, de outro, pelo movimento do ex-governador de Coahuila Venustiano Carranza, e foi derrubado em julho de 1914. A conjunção de forças vitoriosas que levou Carranza à presidência dissolveu o Exército federal e a estrutura administrativa, pondo um fim à estrutura do Estado oligárquico porfirista, mas logo trouxe à tona a existência de divergências inconciliáveis: instaurou-se uma guerra civil entre zapatistas - defensores da propriedade coletiva da terra - e carrancistas - partidários de reforma agrária que não atingia a estrutura da propriedade da empresa privada agrícola, mas propagandeava apenas a redistribuição das terras inutilizadas aos camponeses sem-terra e a formação campos coletivos - levando a destruições em todo o país e resultando no assassinato de Zapata em 1919, de Villa em 1923 e do próprio Carranza em 1920. Não obstante, a nova correlação de forças dos anos revolucionários significou o necessário reconhecimento pelo poder político, nesse momento, de direitos sociais e garantias coletivas para os camponeses expressa na Constituição de 1917, a qual contemplava, por exemplo, o direito à greve e a legalidade de um regime de propriedade comunitária da terra, ainda que a partilha agrária tenha sido sancionada propondo a dotação e a restituição de terras por meio de um “complexo procedimento administrativo gerenciado pelo Estado”, ponto essencial para “aquilatar a rachadura que separava o texto constitucional da proposta zapatista” (Rajchenberg, 2006, s/ p/). Dessa forma, o documento constitucional deu garantias iniciais para um processo importante de lutas sociais que prosseguiriam nas décadas subsequentes.

A Constituição de 1917 foi a peneira pela qual passaram os conteúdos populares do levante revolucionário. Nas condições políticas em que então se encontravam as classes subalternas, era impensável recomeçar a luta pela realização plena de suas exigências. Mas, pelo menos, principiou a luta para validar os princípios constitucionais. Esta não seria reprimida sempre e quando, como insistiu o cientista político Arnaldo Córdova, transitasse pelas sendas institucionais. Às vezes, foi desbordada e, conseqüentemente, reprimida.

(Rajchenberg, 2006, s/ p/).

Durante toda a primeira década da Revolução Mexicana, a atuação e interferência dos Estados Unidos no país latino-americano, com o apoio a golpes, ameaças e cerco armado, foi intensa e importante para muitos dos acontecimentos. Ela já ocorre com o enfraquecimento do apoio que até então Washington oferecia a Díaz, diante da tentativa, nos últimos anos do seu governo, de diversificar as relações econômicas do México com países como França, Inglaterra e Alemanha, outorgando concessões petrolíferas e estreitando relações financeiras com o capital desses países. Dessa maneira, quando Madero adquiriu armas no sul dos Estados Unidos, Washington não viu com maus olhos a sublevação mexicana. A ascensão de Huerta contou, como colocado, com o apoio de importantes setores econômicos do vizinho do norte, ansiosos com a volta dos tempos do porfirismo e veementes inimigos da Revolução. Por outro lado, o presidente estadunidense

Woodrow Wilson, agindo contra as pressões dos interesses econômicos, se colocou ao lado de Carranza, visto como mais moderado que Zapata e Villa e disposto a permitir que o capital estrangeiro seguisse participando da vida econômica mexicana. Em 1914, após o agravamento de uma bandeira dos Estados Unidos por forças ligadas ao governo de Huerta e a negativa do governo mexicano de disparar 21 tiros de canhão como forma de retratação exigida por Washington pelo incidente, tropas da infantaria da marinha estadunidense cercaram e desembarcaram no porto de Veracruz, fazendo inclusive com que Huerta, Carranza e Zapata tivessem uma trégua momentânea e uma unidade na condenação do ocorrido e na exigência de saída imediata das tropas do território mexicano, levando a um rompimento das relações diplomáticas entre México e EUA que seria revertido após um acordo de conciliação mediado por Brasil, Argentina e Chile. Ainda, em 1917, após o atentado contra 35 cidadãos estadunidenses no território norte-americano encabeçado por Pancho Villa diante da hostilidade dos EUA com a Revolução Mexicana, o presidente Wilson, pressionado pela opinião pública estadunidense influenciada pelos consórcios capitalistas, ordena a invasão do país vizinho para dar fim ao caudilho. Pancho Villa se desloca para o sul do país e consegue escapar da conspiração(Boesner, 1996)

Em 1920, Álvaro Obregón assume a presidência do México após o assassinato de Carranza e um governo interino de Adolfo de la Huerta. Seu governo foi marcado por dar continuidade às reformas sociais e às iniciativas nacionais iniciadas por Carranza, com ações que promoveram o progresso da reforma agrária, o aumento da importância dos sindicatos nos processos de tomada de decisão e a aplicação de medidas nacionalistas que amedrontaram o capital estrangeiro e fortaleceram o controle do Estado sob as atividades produtivas. As ações tomadas pelo governo eram encaradas com uma sistemática hostilidade pelas autoridades, imprensa e capitalistas estadunidenses. Os dirigentes mexicanos eram acusados de “bolcheviques” e pedia-se a intervenção norte-americana no país vizinho. Os meios políticos e midiáticos norte-americanos alardeavam de forma exagerada a escalada da violência no México e provocavam a comunidade de católicos a se revoltarem contra o Estado mexicano pela sua laicidade e pelas suas tentativas de reduzir o poder do clero. Em 1924, Plutarco Elías Calles é eleito presidente e conduz um governo tendente à direita em relação ao seu antecessor. Seu governo acentua a centralização e o autoritarismo dentro do poder revolucionário, desacelera a reforma agrária e alivia a posição em relação ao capital estrangeiro. Por outro lado, radicaliza a luta anticlerical, culminando no sangrento conflito com os católicos conservadores chamado de “Guerra Cristera”, em que um segmento de camponeses fanáticos é alçado contra a Revolução sob o comando de sacerdotes católicos. Apesar das concessões, as tensões entre México e EUA não se aliviam durante o governo Calles, situação que perduraria até 1933 com a mudança de postura norte-americana sob o governo Roosevelt(Boesner, 1996).

De 1928 a 1934, o México testemunha o período conhecido como Maximato, no qual se implementam aspectos importantes da institucionalização característica do país nas décadas subsequentes. Este período é caracterizado pela influência determinante do ex-presidente Calles sobre as principais decisões do país, minando consideravelmente o grau de autonomia dos três presidentes que assumiram o governo nesses anos (Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio e Abelardo Rodriguez). Nele foi criado o Partido Nacional Revolucionário(PNR) como instrumento de Calles para manter e fortalecer sua base política. Após anos caracterizados pela modernização e pela formação um novo arranjo institucional formalizado no país, Ernesto Cardenas é escolhido pelo PNR para dar continuidade ao projeto de poder de Calles, saindo vitorioso nas eleições. Entretanto, o novo presidente desafiaria o Maximato e passaria a representar, por meio de ações fundamentais em seu governo, um marco na história política mexicana.

Em termos econômicos, as primeiras décadas revolucionárias foram marcadas pelo estancamento da economia em meio à alta instabilidade política do país e à depressão econômica mundial a partir de 1929. Observou-se uma escalada inflacionária e a deterioração dos salários e do emprego. Ainda assim, na década de 1920 logrou-se uma recuperação de alguns segmentos da economia que colocou o país em condições mais favoráveis.

*Los acontecimientos políticos de 1920 a 1930, como la caída del gobierno de Carranza en 1920, la revuelta de la huertista en 1923, los conflictos entre la iglesia y el estado entre 1926-1928, la revolución de los cristeros entre 1927-1929 y la depresión mundial de 1929 a 1931, hicieron difícil la recuperación de la economía en el primer cuarto del siglo XX. A pesar de estas limitaciones, entre 1920 y 1930 el producto interno bruto se elevó en más de 20 por ciento de manera que, para 1925, el producto de todos los sectores, excepto la agricultura, habían alcanzado niveles similares de antes a los de la revolución. En la segunda mitad de los años 20 se observó una expansión en los sectores manufacturero y comercial causada, en parte, por las transferencias de capital de las zonas rurales a las urbanas. La caída de los mercados de exportación, ocasionada por la depresión económica mundial, llevó a una recesión en la industria, la minería, el petróleo y la agricultura comercial. Estos acontecimientos disminuyeron la capacidad de importación de la economía y explican porqué los ingresos del gobierno disminuyeron también dado que parte importante de ellos venía de los impuestos a las importaciones. Entre 1930 y 1933, los ingresos del gobierno disminuyeron 25 por ciento dando lugar a un drástico descenso del gasto público.*

(Gollás, p. 10, 2003)

O governo Cardenas, de 1934 a 1940, representa um marco da Revolução Mexicana. É o auge de seu viés reformista e considerado por alguns historiadores como o último período revolucionário. Além disso, esse período é marcado pela recuperação econômica mundial e pelo crescimento econômico do país. Entre 1935 e 1939, Cardenas intensificou a partilha agrária, de modo que no

final de seu mandato quase metade da superfície cultivável do país havia sido repartida, atingindo não apenas porções de terra marginais, mas também propriedades de grandes capitalistas do campo. Por outro lado, em 1938, o presidente determinou a nacionalização das companhias petrolíferas estrangeiras e foi fundada a empresa paraestatal Petróleos Mexicanos, que teria uma contribuição fiscal ao orçamento federal importante nos anos posteriores. Na gestão econômica, deu-se atenção e especial aos gastos com políticas de desenvolvimento econômico e social e foi posto em marcha um processo de industrialização orientado à substituição de importações em conjunto com um apoio decisivo ao setor agrícola, distinguindo-se de outras experiências latino-americanas que desde o início priorizaram a indústria em relação à agricultura (Rajchenberg, 2006).

*Durante la administración de Cárdenas se realizaron obras importantes de infraestructura en el sector agrícola, y se llevaron a cabo programas masivos de distribución de tierras. Aún cuando se aceptaba que el crecimiento industrial era la meta más importante de la política económica, se pensaba que el desarrollo económico debería apoyar, ser sobretodo, en el sector agropecuario. Los instrumentos de política agrícola incluían recursos crediticios a través de instituciones especializadas; el establecimiento de precios de garantía y, en particular, inversiones en irrigación y comunicaciones en las zonas rurales. Para finales del periodo Cardenista, la inversión agropecuaria representaba casi el 30 por ciento de la inversión pública total.*

(Gollás, p. 10, 2003)

Essas decisões e os bons ventos da economia fizeram com que o governo alcançasse um grande apoio popular e ficasse marcado na história mexicana. Em 1940, a Revolução havia se institucionalizado e alcançado seu máximo ímpeto reformador, o qual não rompeu com uma série de limitações, mas tolerou e se aproximou dos interesses capitalistas desde que aceitassem seus principais ditames.

Depois de mais de duas décadas de mobilização popular, de enfrentamentos armados, de disputas sangrentas entre membros da classe política, a Revolução havia se institucionalizado e seus conteúdos, adaptados aos códigos permissíveis do novo poder, tinham sido completados. A reforma agrária havia desmantelado a quadrisseccular fazenda e suas terras tinham sido divididas entre os camponeses; a soberania nacional afirmara-se mediante a expropriação petrolífera de 1938; diluiu-se a longa disputa entre a Igreja e o Estado, que vinha desde a época das reformas bourbonistas do século XVIII e que atravessara uma conjuntura de auge na década de 1920; o conflito entre as elites políticas se encaminhou através do partido quase único, mediante a instituição presidencial, árbitro supremo das contendas, e da regra de ouro da não reeleição. As classes dominadas ficaram enquadradas pelo regime corporativo que reconhecia suas demandas enquanto aceitassem e se submetessem à ordem político-econômica. Nessa medida, suas organizações seriam não somente admitidas, como também patrocinadas. Pouco a pouco, o Estado nascido das cinzas da longa ditadura porfiriana estava conseguindo estabilidade política e até mesmo crescimento

econômico, tão admirados em um continente de golpes de Estado e frequentes insurreições. Apesar do discurso estatal acerca do cumprimento dos objetivos revolucionários, e não obstante o desmantelamento das estruturas oligárquicas, tanto operários quanto camponeses prosseguiram com suas mobilizações e confrontos, às vezes em surdina, às vezes fazendo muito barulho.

(Rajchenberg, 2006, s. p.)

### ***2.1.2- De 1940 a 1970: Reviravolta na Revolução, substituição de importações e “desenvolvimento estabilizador”***

A política e a economia mexicanas testemunham uma reviravolta em suas orientações a partir dos anos 1940, . Ela conta com uma mudança nas relações entre México e Estados Unidos que passam a se estreitar cada vez mais, e com uma orientação da política econômica que dá maior prioridade a programas industrializadores em relação à agricultura. Por outro lado, o Estado mexicano passa a construir e manter uma estrutura corporativista, que domina e controla a combatividade das organizações dos trabalhadores. Não menos importante, testemunha-se uma considerável desaceleração no ritmo da reforma agrária.

A política econômica aplicada por sucessivos governos conferiu à agricultura uma função subordinada e subserviente à indústria, bem como priorizou o latifúndio em relação às propriedades menores.

À agricultura foi conferida uma tripla função: a de proporcionar divisas para a compra de bens intermediários e de capital para a indústria; a de vender a baixos preços matérias-primas; e, por último, a de baratear os alimentos da força de trabalho urbana. O crédito agrícola favoreceu a propriedade privada, que obteve rendimentos elevados, fornecendo argumentos aos detratores das terras coletivas. Mas não se levou em conta que, enquanto a propriedade privada da terra se dedicou a cultivos de alta rentabilidade, de preferência para a exportação, a propriedade camponesa coletiva o fez para o mercado interno e a preços controlados pelo governo. Entre 1940 e 1952, o crédito para a propriedade coletiva aumentou 24,52%, ao mesmo tempo que as duas fontes de financiamento da propriedade privada, um banco estatal e a banca privada, cresceram 800% e 100% respectivamente.

(Rajchenberg, 2006, s/ p/)

Nos anos 1940, o governo concentrou seus esforços de política econômica na construção de infraestrutura física e energética que garantisse ao setor privado a gestão de insumos baratos. Dessa maneira, objetivava assegurar à indústria incipiente lucros elevados, mantendo sob controle os preços dos fatores de produção capital e trabalho. Esses foram anos caracterizados pela alta inflação e pela queda dos salários reais(Gollás, 2003). Para isso contribuiu o compromisso das centrais sindicais de não decretar greves nem exigir aumentos salariais. A operacionalização desse acordo se deu por meio da imposição de líderes sindicais próximos à cúpula governamental, incorporando as

organizações de trabalhadores nas estruturas do Partido Revolucionário Institucional, que seria criado em 1946 e venceria todas as disputas eleitorais do país até o ano 2000, sendo necessário para tanto um longo histórico de impugnações, perseguições e exclusões políticas(Rajchenberg, 2006).

No que tange às relações entre México e o vizinho do norte, observou-se, com a entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial, uma reaproximação entre os países após o distanciamento causado pela expropriação petrolífera em 1938. Os EUA se dispuseram a apoiar atividades técnicas e financeiras úteis a sua economia de guerra. Com o fim do conflito, os acordos e compromissos entre vizinhos não cessaram. O governo Miguel Aleman(1946-1952), por exemplo, ainda que não tenha se comprometido com a política estadunidense do macartismo, aceitou promover o afastamento de comunistas dos cargos públicos e sindicatos, seguindo a orientação geopolítica norte-americana.

O perfil do comércio exterior mexicano ilustra bem essa aproximação. Já a partir de 1939,

*comenzó a darse un cambio en la distribución geográfica del comercio exterior de México. Mientras que en 1937, aproximadamente el 37 por ciento de las exportaciones se canalizaban hacia Estados Unidos, para 1940 ya representaban el 90 por ciento. La misma lógica de concentración se tuvo con las importaciones que em 1939 fueron de 58 por ciento, para incrementarse al 78.8 por ciento en 1940, dando un gran salto hasta el 90 por ciento en 1944, el año previo a la culminación del conflicto bélico (Torres, 1979:195). Esto implicó un cambio en la relación con Europa y América Latina: en 1940 las exportaciones a Europa significaron el 5.5 por ciento del total, mientras que las importaciones fueron del orden del 13.7 por ciento. Para 1946 las exportaciones habían disminuido al 4.6 por ciento, mientras que las importaciones de ese continente sólo representaban el 2 por ciento del comercio exterior total. En contrapartida, durante esse lapso – 1940 – 1946 – el intercambio comercial con América Latina se incrementó al pasar las exportaciones de 1.4%, durante el primer año, al 15 por ciento en el segundo, mientras que las importaciones pasaron de 1.5 por ciento en 1940 a 10 por ciento en 1946(Ibid: 193).*

(Ruiz, 2006, pp. 31 e 32)

Por outro lado, nessas décadas a entrada de capital norte-americano na indústria também foi aceita de bom grado e incentivada pelo governo. A presença dos investimentos estadunidenses se tornaria um elemento marcante e determinante da economia mexicana, situação que se mantém e se aprofunda na atualidade.

Em 1950, o capital norte-americano representava algo em torno de 70% do total do investimento estrangeiro no México. Vinte anos depois, a cifra se elevou a 80%. Ainda assim, se em 1950, 45% do capital norte-americano investido no México estava na indústria, vinte anos depois sua proporção chegava a 75%. Não obstante, tentou-se limitar a presença do capital estrangeiro, fixando sua participação acionária máxima em 49%, medida frequentemente transgredida com o recurso de nomear proprietários mexicanos fictícios para atuar como testas de ferro. A burguesia mexicana prosperou ao abrigo do protecionismo alfandegário, da limitação das importações e, em geral, da política de substituição de importações e da

repressão dos conflitos sociais, mas seu grau de dependência em relação ao exterior se fez evidente nos momentos de crise econômica. Assim foi em 1977-1978 e em 1982, quando a escassez de divisas impediu a aquisição, no exterior, de insumos de bens tão elementares como a pasta de dente, cuja produção se deteve imediatamente.

(Rajchenberg, 2006, s. p.)

O período 1940-1970 contou com uma elevada taxa anual de crescimento da economia, oscilando entre 6 e 7 por cento em termos reais. Por outro lado, também foi um período de elevado crescimento demográfico, de forma que a taxa de crescimento da renda per capita seguiu em torno dos 3 por cento ao ano. Esse crescimento, entretanto, não significou a ampliação do mercado de trabalho na medida que o crescimento populacional requeria. O modelo de industrialização adotado no México contou com a incorporação de tecnologias e técnicas de produção na indústria que não geraram a escassez de trabalho necessária. Na agricultura, a taxa de “desemprego encoberto”, ou subemprego, alcançou cerca de 60% da população economicamente ativa. O intenso movimento migratório das zonas rurais para as cidades, por sua vez, levou à subocupação de trabalhadores no setor de serviços e em atividades de baixa produtividade (Gollás, 2003).

Ainda que com uma série de características comuns, pode-se subdividir, em termos de modelos e políticas de desenvolvimento e de uma série de desdobramentos daí advindos, o período 1940-1970 em dois distintos: o primeiro de 1940 a 1954 e o segundo de 1955 a 1970. Essa divisão é marcada sobretudo na maneira como se financiou o investimento público. De 1940 a 1954, esta se deu por meio da poupança interna para financiar o déficit público, enquanto entre 1955 e 1970 buscou-se o financiamento externo. O primeiro período foi caracterizado por um movimento inflacionário, e o segundo pela estabilidade de preços.

*La política de financiamiento deficitario (cuando el gobierno gasta más de lo que capta por concepto de impuestos) de 1940 a 1954 se aplicó cuando la relación entre la carga fiscal y el PIB (Producto Nacional Bruto) (lo que se produce anualmente en la economía bienes y servicios) era muy baja (9 por ciento). El déficit público era entonces muy grande y difícil de disminuir con financiamiento externo, ya que en esos años el gobierno mexicano tenía acceso limitado a recursos financieros del exterior. La posición de México en el mercado internacional de capitales era entonces precaria debido, entre otras razones, a las políticas nacionalistas que se habían seguido como la de expropiar el petróleo en 1938, por ejemplo. Ante esta situación el gobierno acudió a otras medidas para cubrir el déficit del gasto público. Entre estas sobresalían las políticas monetarias expansionistas de carácter inflacionario como era la de aumentar la oferta monetaria.*

(Gollás, 2003, p. 12)

Como forma de reduzir a escassez de recursos financeiros, o governo passou então a aplicar políticas que elevaram as taxas de juros reais da economia e a poupança, além de instituir uma tributação moderadamente progressiva para algumas rendas que provinham da poupança. O

resultado dessas políticas foi o aumento da propensão a poupar. A poupança interna captada pelo setor público foi canalizada, por meio de uma série de mecanismos institucionais, para o investimento produtivo. Criou-se dessa forma um novo padrão de financiamento que perduraria até a década de 1970.

Esse período iniciado nos anos 1950 ficaria conhecido como de “desenvolvimento estabilizador”, ou, de maneira mais enfática, como o “milagre mexicano”. Seria caracterizado em termos macroeconômicos pela conjunção, não tão comum na América Latina, entre alto crescimento econômico e baixa inflação, além de uma taxa de câmbio estável. O governo possuía um déficit controlável em grande medida graças às receitas do petróleo, que contribuíam no financiamento do elevado gasto público. A economia havia se tornado consideravelmente dependente das receitas deste recurso natural. O crescimento econômico se centrou na indústria mediante políticas de protecionismo como barreiras alfandegárias (Gollás, 2003). Na década de 1960, testemunhou-se a expansão do emprego, o aumento dos salários e da produtividade. Os bens de consumo duráveis, como a televisão, se incorporavam progressivamente à cesta de consumo das classes média e popular. Por outro lado, a ausência de conflitos sociais e políticos importantes em tamanho completavam “a imagem de um país latino-americano harmonicamente coeso e em deleite pela nostalgia das canções rancheiras de Jorge Negrete, as lições morais dos filmes de Pedro Infante e a falsa elegância musical de Angélica María”(Rajchenberg, 2006, s/ p/).

A imagem de progresso que predominava ocultava, entretanto, a exclusão da maioria da população dos frutos do desenvolvimento. Se bem que durante essas décadas tenha se formado uma numerosa classe média que ganhava acesso à casa própria, a um automóvel e a eletrodomésticos símbolos do status da época, as classes populares “os viu como se olham as vitrines, ou seja, de fora”(Rajchenberg, 2006, s. p.). O crescimento do emprego na indústria de fato ocorreu, mas não foi maior que o crescimento da força de trabalho. Aumentava o “mercado informal” nos grandes centros urbanos e conseqüentemente a população excluída dos padrões de consumo ascendentes. As disparidades entre campo e cidade se tornaram cada vez maiores e a desigualdade se acentuava.

*En México, en el periodo 1950-1970 que estamos estudiando, la distribución de lo que se producía en el país, esto es, la repartición del PIB entre los mexicanos en un año cualquiera, era marcadamente desigual. En 1950, por ejemplo, el 20% más pobre de las familias recibió el 6.1% del ingreso, esto es, el 6.1% de lo que se produjo en México en bienes y servicios en ese año. Para 1977 la posición de ese 20% había empeorado, ya que, en este año, sólo recibió el 3.5%. Se ha calculado que el ingreso real anual del 20% de las familias más pobres disminuyó, de 381 dólares en 1963, a 266 dólares en 1975*  
(Gollás, 2003, p. 18)

### ***2.1.3– Décadas de 1960 e 1970: Fissuras no regime e crise do modelo econômico***

As contradições que se acumulavam na economia e sociedade mexicanas não tardariam a se tornarem evidentes e impactantes. Ainda na década de 1960, no auge do “desenvolvimento estabilizador”, uma série de movimentos organizados fizeram-se presentes em atos, manifestações e rebeliões, culminando no famoso movimento estudantil de 1968 e na tragédia que a ele se seguiu.

Já em 1962, o líder camponês Rubén Jaramilo foi assassinado após ter organizado o movimento armado zapatista no Estado de Morelos. A década de 1960 seria de exaustão para os camponeses, obrigados a aumentar a produção devido ao intercâmbio desigual campo-cidade, para o qual contribuiu enormemente a fixação dos preços dos alimentos pelo governo sem mecanismos de contrapartida. Mas este estado das coisas e o assassinato de Jaramilo não calariam os camponeses. No início dos anos 1970, multiplicaram-se as ocupações e a resistência ao governo Echeverria, que levava a cabo a perseguição desenfreada dos líderes camponeses, com sequestros e assassinatos. O movimento camponês conseguiria mobilizar para 1984 uma grande marcha que desembocou no centro da capital mexicana. A importância política desse ato seria considerável, dado que o movimento camponês havia sido desde sempre o ator social no qual se sustentara o processo revolucionário mexicano(Rajchenberg, 2006).

Nas cidades, uma série de categorias de trabalhadores movimentava-se. Professores, ferroviários e médicos iniciaram suas reivindicações por aumentos salariais. Rapidamente, chocaram-se com a estrutura dos sindicatos e seus movimentos converteram-se em impugnações ao corporativismo e autoritarismo dessas organizações, erguendo a bandeira de sua democratização. No caso do movimento ferroviário, a ameaça às velhas estruturas se deu porque os trabalhadores, além de conseguirem deslocar por certo tempo a direção consolidada do sindicato, fizeram por meio de sua mobilização com que desencadeassem reivindicações parecidas em outras organizações. Como resultado, o Estado lançou mão de uma feroz repressão ainda em 1959(idem, ibidem).

O movimento que mais impacto causou à sociedade mexicana, entretanto, foi o de 1968. Inicialmente circunscrito a demandas estudantis, tornou-se rapidamente a crítica a todo o sistema político, exigindo a renúncia de funcionários públicos. Seu trágico término se deu com o que seria conhecido como o massacre de Tlatelolco, quando a feroz repressão do Estado terminou com centenas de mortos segundo os cálculos da imprensa internacional. Tentou-se ocultar a responsabilidade do então presidente Diaz Ordaz(1964-1970) e de seu secretário de governo, Luis Echeverria, futuro mandatário da nação. Entretanto, ainda hoje os dirigentes das manifestações de 1968 aportam provas do envolvimento de Echevarria no caso e pedem sua prisão(idem, ibidem). A brutal repressão desse acontecimento, entretanto, não aplacou os ânimos dos estudantes, que

seguiram manifestando seu descontentamento.

Nesse período surgiram também guerrilhas rurais e urbanas, fruto da interpretação de muitos de que após 1968 eram ínfimas as possibilidades de disputa política legal. O país vivia um momento de escalada do autoritarismo e forte repressão política similar aos que passavam muitos dos vizinhos da América Latina. Ainda, a partir dos anos 1970, os operários eletricitistas encabeçaram a luta por democratização sindical, a qual, ganhando o apoio de muitos sindicatos e associações, pôs em evidência o recurso ao corporativismo e as condições reais da classe operária mexicana.

Todos esses movimentos ocorriam dentro de uma conjuntura política e econômica que demonstrava ser, especialmente a partir dos anos 1970, cada vez mais frágil e instável. A recessão econômica mundial que se seguiu à crise do petróleo afetou a economia mexicana. O governo Echevarria(1970-1976) respondeu elevando o gasto público e aumentando o grau de intervenção na economia. O efeito imediato dessa política foi a elevação do déficit fiscal, que passou a ser financiado com empréstimos externos. Por outro lado, continuava-se com a tentativa de manter fixa e sobrevalorizada a taxa de câmbio, o que, entre outros problemas, levava à perda de competitividade das exportações do país. Concretamente, o que se observou foi o agravamento de uma série de problemas macroeconômicos. O déficit fiscal se elevou de 2,5% do PIB em 1971 para 10% em 1975, o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos cresceu de 0.9 bilhões de dólares em 1971 para 4.4 bilhões de dólares em 1975, a dívida pública cresceu de 6.7 bilhões de dólares para 15.7 bilhões no mesmo período e a taxa de inflação aumentou de 3.4% em 1969 para uma média de 17% ao ano entre 1973 e 1975(Gollás, 2003, p. 22).

A esta situação, em 1976, o governo respondeu com medidas adicionais para manter a taxa de câmbio fixa e acudindo a mais empréstimos do exterior para amortiguar a fuga de capitais que ocorria em alto grau.

*Desafortunadamente, también se empezaron a derrochar las reservas de moneda extranjera que podrían haber servido para pagar las deudas contraídas en nuestro comercio externo. Así, poco tiempo después, y como era de esperarse, las reservas se agotaron y, por primera vez en la historia de la nación, el peso empezó a flotar en el mercado de cambio.*

(Gollás, 2003, pp. 22 e 23)

Passado pouco tempo da aplicação da medida, o peso mexicano se desvalorizou 40%, o PIB diminuiu seu crescimento e a inflação se elevou. A gravidade da situação levou o governo, pela primeira vez em 20 anos, a pedir ajuda para o Fundo Monetário Internacional(FMI). A conjunção de fatores externos com políticas internas incapazes de sanar uma situação macroeconômica insustentável levaram, dessa forma, a que a economia chegasse a um novo patamar crítico e desse fim ao período de “desenvolvimento estabilizador”, época de ouro do capitalismo mexicano.

Não obstante, se é verdade que o “milagre mexicano” havia ficado para trás, também o é que a

recessão de 1976 duraria pouco. O México, como já foi dito, tinha já há algumas décadas o petróleo como recurso natural de grande importância para o equilíbrio de suas contas externas e para o crescimento da economia. Na década de 1970, a chamada crise do petróleo, que acarretou no aumento incontrolável dos preços do óleo cru, tornou rentável a exploração de jazidas inexploradas já conhecidas e novas explorações, as quais

levaram à convicção de que o México estava assentado em um oceano de riquezas que apenas precisavam ser trazidas à superfície. As empresas petrolíferas texanas correram para explorar e vender a infraestrutura tecnológica necessária, enquanto os bancos, dizia-se, faziam fila para emprestar ao México. A bonança petrolífera permitiu adiar a revisão da estrutura econômica. As receitas fiscais derivadas da exportação do óleo cru reforçaram os gastos e a corrupção e provocaram uma passageira e indelével reativação econômica. A chamada “petrolização” da economia mexicana implicou que 75% das exportações repousassem no setor energético, assim como parte substancial das finanças públicas.

(Rajchenberg, 2006, s./p/)

. O presidente Lopez Portillo(1976-1982) confiou durante seu mandato no crescimento ininterrupto das receitas do petróleo e no financiamento externo para cobrir o crescente déficit fiscal, dada a elevação que se promovia do gasto público. Inicialmente, os resultados foram positivos: o PIB, o emprego e os investimentos cresceram a elevadas taxas, ainda que o peso tenha voltado a se sobrevalorizar.

*Durante los primeros años de la administración López portillista el déficit fiscal no era excesivo, alrededor del 7% del PIB, y algunos esquemas correctivos podían haberse aplicado para reducirlo. El problema, sin embargo, se agudizó, y ante los aumentos temporales en el precio del petróleo que entonces se dieron, el gobierno conjeturó, erróneamente, que seguiría haciéndolo indefinidamente ya armados con esas expectativas, se siguió gastando más y más. Para finales de 1981 el déficit ya era de más del 14% del PIB.*

(Gollás, 2003, p. 23)

A elevação do déficit público, conjugado com o peso novamente sobrevalorizado, levaram a crescentes desequilíbrios no balanço de pagamentos, alimentados, ainda, pela reduzida importância das exportações não petroleiras e do setor industrial.

A partir de 1981, os preços do petróleo cru iniciam um severo declínio. Como era de se esperar, esta nova situação seria drástica para a economia mexicana. Numerosas empresas privadas quebraram em virtude das dívidas contraídas em dólares devido às facilidades da moeda sobrevalorizada e às expectativas que criava a fantasia petroleira. Seguiu-se a isso uma fuga maciça de capitais, a que o governo respondeu sem sucesso com uma nova tentativa de manter fixa a taxa de câmbio e buscando se apoiar em empréstimos externos de curto prazo. Já em 1982, com o agravamento da situação, decidiu-se desvalorizar drasticamente a moeda. A medida, aliada a outras

infelizes, gerou um descontrole financeiro de graves consequências. Neste mesmo ano, numa tentativa de sanar o problema, decidiu-se promover uma “conversão forçada” de contas em dólares no país a contas em pesos, porém com uma taxa de câmbio muito mais baixa que a do mercado – de fato, foi uma forma de confisco disfarçada. Tal medida irritou a classe média, proprietária de boa parte dessas contas, incentivou a saída de capitais e erodiu a aliança histórica entre governo e setor privado. A fuga de capitais não cessava e os empréstimos externos foram interrompidos. Em agosto, o México declarou moratória do pagamento de sua dívida. Um mês depois, o câmbio se desvalorizou novamente e, numa ação surpreendente, o governo Portillo nacionalizou os bancos (Gollás, 2003).

A [...] medida foi tomada com o objetivo de reordenar o sistema bancário, cujos lucros repousavam nas comissões cobradas pela compra e venda de divisas numa conjuntura de acelerada fuga de capitais e dolarização da poupança. Progressivamente, nos anos seguintes, os bancos nacionalizados foram cedidos a proprietários privados, que, por sua vez, tempos depois venderam suas propriedades aos grandes grupos financeiros espanhóis, franceses e norte-americanos. Com o objetivo de evitar que a crise financeira se agravasse, os Estados Unidos estenderam um empréstimo multimilionário de cerca de US\$ 9 bilhões e o México aceitou as recomendações do FMI para sanear suas finanças. Tratava-se, entre outros itens, de contenção dos salários e supressão do controle de preços e dos subsídios a certos bens. Alguns analistas comentam que desde essa data funcionários norte-americanos se instalaram nos ministérios mexicanos para avaliar de perto o cumprimento dos ditames do FMI (Rajchenberg, 2006, s/ p/)

A crise estabelecida em 1982 apresentava, dessa forma, variáveis críticas que levariam a profundas mudanças no caráter da política econômica nos anos subsequentes. De toda forma, nem mesmo o *boom* petrolífero, mal aproveitado durante a década de 1970, havia servido para melhorar as condições de vida da maioria dos mexicanos. Pelo contrário, levou o país a uma grave crise econômica e ao aumento da pobreza e desigualdade na população.

## ***2.2 – 1982-2010: Transformação neoliberal, novos movimentos de resistência e o NAFTA***

A eleição de Miguel de la Madrid (1982-1988) à presidência do México marca uma nova fase na história política e econômica do país. A partir desse período o México iniciaria uma nova orientação de política pública que contemplaria tanto sua política econômica como seu modelo de Estado. O país seria um dos precursores na América Latina a adotar as práticas e reformas neoliberais, embasadas, entre outros pilares, no discurso ideológico que advoga a redução do papel do Estado nos ditames da economia e na provisão de serviços públicos, sob a suposição de que os mecanismos de mercado são mais eficientes na gestão econômica e na resolução dos conflitos sociais.

Nessa sessão, dividimos a análise do novo período em dois tópicos. No primeiro, tal qual foi feito nas sessões anteriores, apresenta-se brevemente algumas políticas e fatos que caracterizaram os governos do período e faz-se um panorama político e econômico geral de alguns fenômenos importantes das décadas em questão. No segundo, foca-se mais especificamente no NAFTA, em vigor a partir de 1994, nas suas propostas e nos desdobramentos que obteve enquanto política de desenvolvimento.

### **2.2.1- A partir de 1982: Neoliberalismo no México, maquiladoras, fim do monopólio do poder e a resistência zapatista**

O sexênio do governo de De la Madrid caracterizou-se pela execução de dois “pactos” ou programas pelo governo, que visavam superar o cenário crítico que estava a economia e pelo início da liberalização comercial .

O primeiro deles, chamado PIRE(Programa Imediato de Reorganização da Economia) foi adotado em dezembro de 1982 e possuía um corte claramente ortodoxo: visava reduzir a demanda global da economia como meio de baixar a inflação.

*Como reacción a la amenaza de una moratoria, y con una inflación de más de 200%, la política económica del gobierno[de De la Madrid] se volvió en extremo conservadora. La aplicación de estas políticas, debe reconocerse, las facilitó la caída del populismo económico en América Latina; el renacimiento de las ideas neoliberales en el comercio; la privatización, y la desregulación económica. Este cambio en la ideología, y en la filosofía económica, animó a los capitales a facilitarle a México algunos préstamos.*  
(Gollás, 2003, p. 27)

Foi acompanhado de uma carta de intenções assinada junto ao FMI, em que se estabelecia como condição para os empréstimos a realização de um estrito ajuste fiscal, e consistia na aplicação em duas etapas: uma inicial de “tratamento de choque”, que contaria com uma drástica desvalorização do câmbio, um aumento dos impostos e uma redução do gasto público, etapa na qual se esperava reduzir consideravelmente a inflação e o déficit em conta corrente ; e uma segunda “gradualista”, que tinha como objetivo baixar ainda mais os preços, elevar o excedente comercial e recuperar as taxas de crescimento da economia. Não ocorreu como esperado. A inflação não se reduziu no ritmo planejado, e logrou-se apenas reduzir o déficit público. Em 1984, o governo de De la Madrid relaxou a política fiscal, de maneira que a apreciação do peso que se seguiu levou à aceleração da deterioração do excedente comercial. Em 1985, uma nova baixa no preço do petróleo agravou a situação. Posto que o governo não havia cumprido com as condições impostas, o FMI suspendeu sua ajuda financeira tornando a conjuntura ainda mais crítica(Gollás, 2003).

O governo buscou estabelecer ainda em 1985 novamente políticas fiscais e monetárias mais

estritas. Foi também neste ano que se iniciaram uma série de medidas de abertura comercial, as quais seriam precursoras do futuro NAFTA. Em 1986, com a queda dos preços do petróleo, o país estava a ponto de declarar moratória. A ameaça levou os bancos a cooperarem na abertura de novos empréstimos e na renegociação das dívidas, dentro da série de acordos estabelecidos no Plano Brady, uma política estadunidense que buscava renegociar a dívida externa dos países da América Latina(idem; ibidem).

Em 1987, os preços do petróleo começaram a subir e se registrava uma lenta recuperação de quase todos os setores da economia, num novo contexto em que se dispunha de financiamento externo. Assim, o governo voltou seu foco sobre a inflação e lançou seu segundo programa, o Pacto de Solidariedade Econômica(PSE). Ao contrário do PIRE, este consistia numa estratégia heterodoxa de combate à alta dos preços. Basicamente, seu eixo principal se tratava de um acordo entre governo, os setores operários, camponeses e empresariais para não subirem preços, não exigirem demandas excessivas sobre salários nem elevar seus lucros.

*Con el fin de lograr el objetivo de una menor inflación, el Pacto de Solidaridad Económica fijó como meta disminuirla en 2% mensual. Otros objetivos del Plan eran reducir el déficit fiscal; continuar con la liberalización del comercio y, por primera vez en la historia económica de México, se aplicaría una política de ingresos (control de precios y salarios). El gobierno se comprometió a mantener fijos la tasa de cambio y los precios de los bienes públicos, y el sector privado, por su parte, a no aumentar los precios.*

(Gollás, 2003, p. 30)

O ponto mais controverso do PSE seria justamente a liberalização do comércio. O governo reduziu drasticamente as tarifas alfandegárias e eliminou as licenças de importação, alterando significativamente a partir daí a política comercial que o país passaria a adotar. O PSE logrou finalmente reduzir a inflação. Por outro lado, não contribuiu para retomar o crescimento econômico.

*El Pacto de Solidaridad Económica (PSE) redujo ciertamente la inflación, pero a la recuperación económica no se le veía por ningún lado. La experiencia de México, y de otros países, enseña que la disciplina fiscal, y ciertas reformas estructurales, son necesarias, pero no suficientes, para la recuperación económica. Las políticas para "enfriar" la economía, con el propósito de reducir la inflación, casi siempre desestimulan la inversión y, como consecuencia, luego llevan a un cambio en las prioridades de la política económica que ahora pone atención en cómo hacer para que la economía "arranque" nuevamente.*

(Gollás, 2003, p. 31)

O governo de De la Madrid iniciou, também, a onda de privatizações que tomaria o México especialmente na década de 1990. Seu governo se desfez de 118 empresas paraestatais, principiando um desmonte que nesse momento ainda seria localizado em empresas de pouca importância para as atividades industriais(Rajchenberg, 2006). Pode-se dizer, dessa forma, que o sexênio foi

caracterizado sobretudo por três políticas econômicas de grande transcendência: a liberalização do comércio, iniciada em 1985 e fortalecida com o PSE; o próprio Pacto de Solidariedade Econômica, que logrou resolver o problema inflacionário; e a progressiva redução da participação do governo na economia, com as privatizações, os ajustes fiscais e os cortes orçamentários(Gollás, 2003).

O sexênio seguinte seria marcado pelo aprofundamento e consolidação da virada neoliberal na política econômica e no modelo de Estado mexicanos. Salinas de Gortari foi eleito sob fortes acusações de fraude e com a cumplicidade de um legislativo corrupto, que ordenou destruir as cédulas de votação após o pleito(Gollás, 2003). Seu governo seria marcado pela assinatura do NAFTA em 1992(o acordo entraria em vigor apenas em 1994), pela privatização de áreas inteiras da economia pública e pelo aumento da desigualdade no país.

Já no início de sua administração, Gortari lançou um novo programa econômico que não teria sucesso, cuja uma das principais metas era atrair o capital estrangeiro novamente para o país diante da fuga de capitais que o México havia sofrido nos anos anteriores.

*Para revertir la fuga de capitales se establecieron estímulos que repatriarían capitales y atraerían nuevos. El objetivo sería convencer al sector privado nacional y extranjero de que la economía mexicana era viable. Una de las metas más importantes en este plan era mostrar al gobierno de Estados Unidos, y al mundo entero, todo lo que México había logrado en materia económica. De otra manera no se llegaría a ninguna parte. Desafortunadamente, y no obstante los programas, los esquemas y las estrategias de todo tipo, el crecimiento económico nos eludía, ya fuera porque las políticas que se aplicaron no fueron las apropiadas, o porque nuestro talento para persuadir era limitado.*

(Gollás, 2003, p. 33)

O governo tomou, então, em 1990, duas medidas de largo alcance: reprivatizou os bancos, numa tentativa de estimular a volta dos capitais ao país, e iniciou as negociações do acordo que viria a ser o NAFTA com o Canadá e os Estados Unidos. Por outro lado, prosseguiu-se com a onda de privatizações, agora em segmentos que trariam grande impactos estruturais.

*fue el gobierno de Carlos Salinas de Gortari quien llevó esta política[de privatizações] hasta sus últimas consecuencias vendiendo, cerrando, y a veces casi regalando, la mayoría de las empresas del gobierno. Siguiendo la moda ideológica de entonces, el gobierno adoptó la filosofía política y económica que recomienda reducir al mínimo la intervención del gobierno-propietario en la economía, excepto en las áreas "estratégicas", como se decía en el discurso oficial. Las estadísticas muestran la magnitud de este programa: en 1983 el gobierno controlaba, o era propietario, de 1155 empresas, pero para 1988, 130 de estas se habían vendido al sector privado, 526 se habían liquidado y 496 se encontraban en manos del gobierno, o en proceso de cerrarse o de venderse. Para 1993 la venta de esas empresas representaba para el gobierno recursos adicionales por más de 25 mil millones de dólares.*

(Gollás, 2003, p. 34)

O programa de estabilização aplicado no país, baseado em políticas macroeconômicas restritivas que compreendiam um estrito controle das finanças públicas e a redução da oferta monetária, logrou uma de suas principais metas que era o controle da inflação. Em 1993, a taxa de inflação estava em 8% anuais, bem menor que os 52% registrados em 1988. Entretanto, o governo não teve sucesso em sustentar um bom crescimento econômico, especialmente a partir de 1994, e tampouco gerar empregos suficientes para absorver a crescente força de trabalho. O nível dos salários reais e do subemprego indicavam o grave quadro social do México. De acordo com o Informe do Banco Interamericano de Desenvolvimento(1997), o México figurava entre os três países latino-americanos onde a presença da pobreza havia aumentado durante a segunda metade dos anos 1980 e a primeira dos anos 1990 (Gollás, 2003). Outra medida de grande envergadura implementada durante esse período, e que traria impactos políticos e sociais importantes, foi o fim do regime jurídico de propriedade coletiva da terra. Acabou-se com a inalienabilidade dos *ejidos* - as terras comunais - consagrada na Constituição de 1917, abrindo a possibilidade para a comercialização e alienação de todas as propriedades(Rajchenberg, 2006).

O NAFTA entraria em vigor em 1994, coincidindo com o início do mandato de Ernesto Zedillo. Tal qual seus antecessores, o governo Zedillo aplicou uma política macroeconômica ortodoxa e prosseguiu com as privatizações de larga escala. O acontecimento mais importante desses anos foi a crise financeira entre 1994 e 1995, de efeitos consideráveis para a economia do país, ilustrados pela drástica redução de cerca de 6% do PIB à época(Gollás, 2003).

O volume do comércio do país nestes anos cresceu consideravelmente como reflexo da abertura promovida pelo NAFTA. Entretanto, como se verá em mais detalhes, os indicadores comerciais e de investimentos decorrentes do NAFTA ocultavam a forte concentração e as disparidades desse relativo “sucesso”, além de que as próprias exportações foram acompanhadas também pelo aumento do volume em importações de bens de capital, não contribuindo para a resolução dos problemas históricos da balança comercial. O consumo privado em 1995, por sua vez, não seguiu ritmo distinto. A queda dos salários reais e a redução do emprego em meio à crise reduziram sua importância, e a desvalorização do câmbio no mesmo período fez com que muitas empresas reorientassem sua produção para as exportações. Tratava-se, de toda forma, da mudança de um modelo de desenvolvimento “para dentro”, fomentado pelo mercado interno, para um modelo “para fora”, cujo motor de crescimento, alegava-se com otimismo, seriam as exportações(Gollás, 2003).

Com o cataclismo de 1994, o México recorreu novamente à “ajuda externa” dos EUA, do Canadá e do FMI, sob o compromisso de refinar as dívidas existentes e fortalecer suas reservas em moeda estrangeira. Nos anos seguintes à crise, lentamente, o nível de demanda interna do país foi se recuperando. Entretanto, essa leve recuperação, aliada a uma nova queda dos preços do

petróleo em 1998, acarretou novamente em um déficit da balança comercial mexicana, o qual continuou crescendo apesar do aumento das receitas de exportação. Neste mesmo ano, o governo anunciou a transferência das faculdades de política cambiária da Secretaria de Fazenda e Crédito Público para o Banco do México, medida que serviria para insular as decisões de política monetária das demandas e necessidades de caráter político e governamental(idem; ibidem).

O governo Zedillo adotou ao longo dos anos uma política monetária restritiva, coerente com as mudanças institucionais e a venda de empresas públicas por ele promovidas e com a orientação geral da política econômica de seus predecessores. Procurava-se combater a inflação por meio de um conjunto de medidas que visavam reduzir quantidade de moeda em circulação. Caracterizou-se por uma persistente sobrevalorização da moeda, o crescimento mais rápido das importações em relação às exportações e pela obtenção de reservas por meio de capitais especulativos, uma combinação de aspectos que lembrava outras nações latino-americanas no mesmo período. Seu governo, por um lado, terminou com a melhoria de alguns indicadores macroeconômicos: o aumento dos níveis de poupança interna, a redução do déficit em conta corrente, a redução da dívida pública em relação ao PIB, o aumento das reservas em moeda estrangeira, entre outros. Por outro lado, tais políticas não foram capazes de trazer mínimas melhoras nos indicadores socioeconômicos do país. Na verdade, o que se observou foi um agravamento do drama social mexicano. O nível de emprego continuou a crescer menos que a população economicamente ativa, trazendo como consequências a informalidade e a subocupação. Os aumentos do salário mínimo na época foram consideravelmente menores que os aumentos nos preços da cesta básica, o que significou na prática uma expressiva perda do poder aquisitivo dos grandes grupos da população. Por outro lado, ao longo dos anos 1990 uma enorme parcela dos mexicanos continuava a possuir baixa escolaridade e qualificação(idem;ibidem).

Na virada do século, as décadas de neoliberalismo no México haviam deixado graves sequelas sociais e promessas de desenvolvimento que não se concretizaram. O quadro da pobreza no México não só não foi minimamente resolvido como se agravou ao longo das décadas de 1980 e 1990. Um outro fenômeno que ganhou grande importância no país foi a emigração. Ao longo da década de 1990, o número de emigrantes para os Estados Unidos cresceu 97%. Em 2005, o equivalente a um quarto da população do México vivia nos Estados Unidos, e suas remessas em dólares ultrapassavam o montante do investimento estrangeiro direto anual e as exportações petrolíferas. Essa condição, que no início era vivida sobretudo por camponeses, se alastrou e passou a atingir profissionais e técnicos urbanos.

A emigração constitui uma “saída” para o desemprego. É, dessa perspectiva, uma estratégia de sobrevivência, mas não pode ser analisada à margem de

seu impacto na economia norte-americana, beneficiária da chegada de milhares de trabalhadores com salários nitidamente inferiores aos da média do país. Tampouco pode ser separada da violência inerente ao êxodo. Os mortos na tentativa de atravessar a fronteira somam milhares a cada ano. Ademais, o fenômeno migratório deve ser visto também a partir das comunidades de origem, que vão se despovoando e ficam habitadas por mulheres, crianças e velhos, enquanto os adolescentes esperam impacientemente a maioria para cruzar o rio Bravo ou o deserto. (Rajchenberg, 2006, s/ p/)

Paralelamente, como sintoma da ruptura dos vínculos sociais, nesse período também surgiu e ganhou grande importância no México o problema da economia do crime, especialmente o narcotráfico, mas não apenas. Ela compreende também a prostituição infantil, o tráfico de mulheres e outras graves questões. Criaram-se estreitos laços entre a máfia do crime e o sistema político mexicano, e os cartéis do narcotráfico são um dos maiores distribuidores de drogas nos Estados Unidos (Rajchenberg, 2006).

Quanto as promessas não concretizadas, ganham destaque no México aquelas propagandeadas com as políticas de promoção das maquiladoras e o crescimento desse tipo de estabelecimento no país. O primeiro programa de maquiladoras surgiu ainda em 1965, com o objetivo de criar empregos na zona fronteira com os Estados Unidos. Elas caracterizam-se, fundamentalmente, por estarem livres de impostos de importação e direcionarem toda a sua produção para os mercados externos. Funcionam como fábricas de montagem de componentes importados com mão de obra barata, beneficiando sobretudo corporações multinacionais com linhas de produção globais.

A capacidade das maquiladoras de gerar empregos e divisas ao México fez com que rapidamente se expandissem nas décadas de 1980 e 1990. De fato, em 2005 trabalhavam nas empresas maquiladoras cerca de 1,2 milhão de operários, o dobro de 1995. Os salários médios das maquiladoras também são mais elevados que o restante da economia, ainda que consideravelmente mais baixos se comparados a países como Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura. Ainda assim, no início dos anos 2000 cerca de 60% dos trabalhadores da indústria maquiladora abandonavam seus empregos nos primeiros três meses por questão de salários. Caracterizam-se, ainda, pela sua alta concentração nos estados fronteiriços do norte do país, mesmo que tenham ao longo do tempo se movido mais ao sul, e tem estado em contínuo processo de transformação produtiva, passando de fábricas que se utilizavam baixa tecnologia e mão de obra pouco ou nada especializada, sobretudo feminina, para estabelecimentos que se utilizam de tecnologia avançada, processos produtivos intensivos em capital e mão de obra de ambos os sexos, ainda que as características da primeira geração nunca tenham se perdido (Gollás, 2003; Rajchenberg, 2006).

O rápido crescimento das maquiladoras fez com que fossem vistas por muitos como um

potencial catalisador de mudança tecnológica e de aumento de produtividade para o país. Entretanto, não há nenhuma evidência que confirme essa previsão. No início do novo século as maquiladoras adquiriam apenas 3% dos seus insumos no mercado nacional e estavam fortemente concentradas nas áreas fronteiriças do norte do país(Rajchenberg; Gollás, 2003). Não foram determinantes, dessa forma, na geração de encadeamentos produtivos internos e apresentam baixos resultados na agregação de valor e incorporação de tecnologia avançada. Os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento(P&D) no México - que podem servir como um bom indicador dos investimentos realizados no país que visem promover a mudança tecnológica - alcançavam apenas 0,4% em 1999(Martins, 2011). Sua forte vinculação à economia dos Estados Unidos, por outro lado, faz com que as maquilas se comportem muitas vezes mais em função desta última que dos próprios ditames e necessidades da economia mexicana(Gollás, 2003).

Ainda que nesses anos sucessivos governos tenham aplicado com sucesso seu programa político-econômico, o qual transformou radicalmente o Estado e o padrão de acumulação mexicanos, as contradições e tensões sociais aguçadas nos anos de neoliberalismo não se desenvolveriam sem que houvesse as devidas respostas da sociedade civil do país. Ainda em 1985, a população demonstraria, por ocasião do terremoto avassalador deste ano na capital mexicana, seu poder de mobilização e organização com a formação de brigadas de resgate das vítimas, contrastando com a morosidade das equipes de resgate do governo e sua indisposição para seguir nas buscas sob os riscos de se revelar a corrupção envolvida na concessão de licenças de construção às edificações que haviam tombado e causado um desastre. Seria, entretanto, no início de 1994, propositalmente em paralelo à entrada em vigência do NAFTA, que a mobilização social mexicana daria forma a uma organização de envergadura e potencial transformador, na figura do Exército Zapatista de Libertação Nacional(EZLN). Este viria a conhecimento público com a rebelião indígena em Chiapas, no primeiro dia do ano. O EZLN denunciava a exclusão da população indígena por meio do saque, do racismo e da exploração, colocando os indígenas como os próprios protagonistas de mudanças necessárias no sistema político e no modelo econômico do país. Defende, por outro lado, que a mudança deve acontecer não pela tomada do poder do Estado, como outros movimentos revolucionários da América Latina e do mundo, mas mediante a construção de um outro modo de produção da vida. Sua composição é majoritariamente de indígenas, mas simultaneamente à denúncia da condição dos índios no México, também se colocam contra outras formas de opressão como a homofobia, o sexismo, o antissemitismo, etc.

A luta dos zapatistas se processa na construção da autonomia, que também foi seguida pelos povos nativos de outras partes do país, das comunidades de apoio que vão tecendo novas formas de sociabilidade entre mulheres e homens, entre velhos, adultos e crianças, entre professores e alunos, ao

mesmo tempo que se conjugam tradição e apropriação de novos conhecimentos.

(Rajchenberg, 2006, s/p/)

Os zapatistas não tiveram, em seus anos de existência pública, uma trajetória política linear. Uma de suas aparições mais marcantes se deu em 2001, com uma grande marcha pelo país que angariou apoios em todo o caminho, culminando num comício histórico na Cidade do México. Após a recusa da Câmara dos Deputados em acolherem suas demandas na lei indígena que então era votada, o movimento optou estrategicamente por um prolongado silêncio, rompido apenas por alguns comunicados. Para além dos desafios políticos colocados ao EZLN, os indígenas zapatistas lograram tirar o estigma historicamente negativo imposto a sua identidade por parte de europeus e das oligarquias locais. O tema indígena ingressou novamente na política nacional(Rajchenberg, 2006).

A década de 1990 havia sido um período de retrocessos e reações na sociedade mexicana. Ainda assim, o início do século XXI deixaria para o projeto neoliberal adotado no México alguns desafios a mais para ser completado. Apesar da profundidade das mudanças nos anos anteriores, faltavam as reformas energética – que consistiria na privatização da PEMEX -, a reforma trabalhista – que legalizasse a famigerada “flexibilização do trabalho” - e a reforma tributária – cujo principal objetivo seria a tributação do consumo básico, até então isento de impostos(idem; ibidem).

O capital político do PRI à altura do ano 2000 encontrava-se desgastado com os efeitos persistentes da crise de 1994, que havia levado ao desemprego e à ruína de uma infinidade de pequenos e médios empresários, com as investigações não concluídas dos assassinatos políticos do período salinista e com a débil estratégia do governo diante do conflito de Chiapas. Nessa conjuntura, o Partido da Ação Nacional(PAN), uma agremiação da ultradireita que surgiu na década de 1930 como oposição ao cardenismo e cuja corrente mais forte, dos neopanistas, havia concluído acordos com o salinismo, apresentou a candidatura de Vicent Fox. Fox apresentava uma linguagem simples e direta, propondo soluções fáceis para as complexas questões do país. Obteve, ademais, o apoio eleitoral de uma fração da esquerda que queria o PRI derrotado de todas as formas nas urnas. Efetivamente, Fox e seu partido venceram as eleições(idem; ibidem). Terminava o monopólio do poder nas mãos do PRI, garantido por mais de 50 anos.

O governo de Fox(2000-2006) veria sua popularidade minguar rapidamente. As promessas fáceis de crescimento econômico, de resolução do conflito de Chiapas e de amenização da pobreza não ocorreram. O crescimento econômico no período foi baixo ou nulo e os níveis de pobreza aumentaram. Por outro lado, o governo não havia conseguido aprovar nenhuma das reformas propostas. Mais uma vez, as ilusões vendidas dentro do paradigma neoliberal se desmancharam rapidamente, e a consequência de suas políticas recaíram sobre a população mais

vulnerável(Rajchenberg, 2006).

### **2.2.2 – NAFTA: Promessas, fases e desdobramentos**

É comum no meio político mexicano que os programas, políticas e planejamentos oficiais sejam anunciados com grande e exagerado entusiasmo e otimismo, bem antes de que hajam indicadores reais de seu sucesso. Com o NAFTA não seria diferente. As bondades prognosticadas pelo governo de Carlos Salinas que viriam com o acordo foram acompanhadas de elogios do setor empresarial mexicano e de apologias do meio acadêmico. O Tratado comercial - um conjunto de normas que regulam o intercâmbio de bens, serviços, capitais, propriedade intelectual, regras de origem, contratação pública e solução de controvérsias entre México, Estados Unidos e Canadá, visando a liberalização dos fluxos comerciais e a proteção dos direitos de propriedade - era considerado não como uma mera política de comércio, mas como uma estratégia de desenvolvimento, a qual traria crescimento econômico e a geração de empregos cujas remunerações tenderiam a se homogeneizar com a dos Estados Unidos e propiciariam uma melhor qualidade de vida para os mexicanos. Lamentavelmente, a propaganda contrastaria fortemente com a realidade dos fatos subsequentes. Apenas os indicadores referentes ao volume de comércio e de investimentos, analisados por alto, responderam positivamente ao longo dos anos. São, entretanto, indicadores que necessitam um maior aprofundamento sobre quem foram e onde estão localizados os beneficiários dessas mudanças (Ruiz, 2016). De fato, o nível de subdesenvolvimento socioeconômico e os padrões de vida no México, questões em cuja resolução o NAFTA teria papel determinante segundo seus advogados, não testemunharam melhoras significativas. Em alguns casos, o que se viu foi o aprofundamento de velhos problemas.

Pode-se dividir o desenvolvimento do NAFTA em três momentos ou fases distintas. Uma primeira, de 1994 a 2000, onde se observa um aumento substancial nas variáveis ligadas a um processo de integração, comércio e investimento; uma de rompimento e relativo esgotamento da fase expansiva nos primeiros anos do século XXI; e um terceiro em que se acrescentam às variáveis clássicas de integração novos fenômenos como o emprego-imigração e questões de segurança. Na primeira fase, coincidente com o governo Zedillo, como já foi comentado, a economia mexicana obteve indicadores positivos na balança comercial e recebeu um fluxo importante de investimentos estrangeiros diretos(IED). Após a queda do comércio em 2001, uma nova expansão se inicia em 2002, menos importante que a primeira e caracterizada também pela entrada de novos atores no comércio da América do Norte, sobretudo a China(idem, ibidem)

Não obstante os diferentes ritmos das variáveis influenciadas pela arquitetura institucional do NAFTA ao longo dos anos, há aspectos presentes em todas as suas fases e que caracterizam de

forma definitiva o Tratado. Em primeiro lugar, está o alto grau de abertura da economia mexicana ao comércio internacional. O volume de importações e exportações do país, desconsiderando a estagnação temporária nos primeiros anos da década de 2000 e a queda oriunda da crise de 2008, vem seguindo em linha ascendente. Por outro lado, estão cada vez mais vinculadas aos Estados Unidos. Entre 1994 e 2011, as exportações mexicanas ao vizinho se multiplicaram por 5.3, enquanto as importações o fizeram em 3.1 por cento(idem, ibidem).

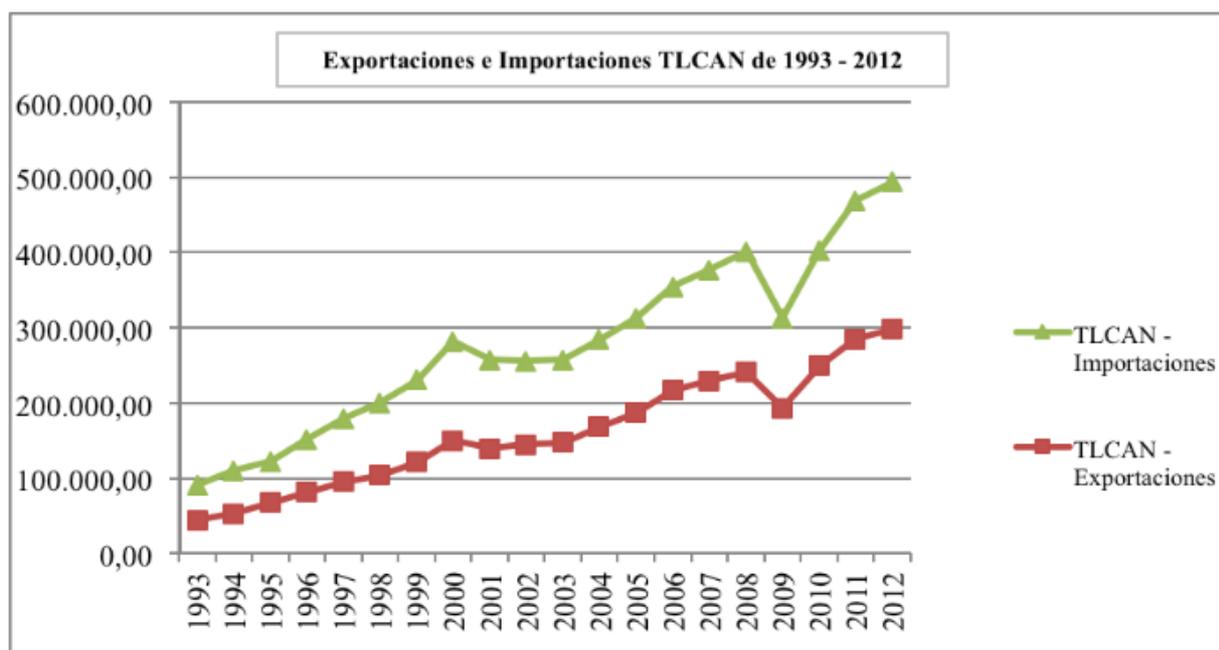


Gráfico I: Exportações e importações de 1993 a 2012. Fonte: Ruiz, 2016, p. 36

Um aspecto importante de tal fenômeno é o novo perfil que adquire o comércio do México. Depois de anos da chamada “petrolização”, durante as décadas de 1970 e 1980, as manufaturas passam a ocupar a primeira posição das exportações mexicanas, seguidas do petróleo, minerais e alimentos. As manufaturas se compõem majoritariamente de produtos da indústria maquiladora e da indústria automotiva, enquanto o petróleo é exportado para se importar gasolina. Percebe-se, ao se observar as variações no volume de exportações totais e no volume de exportações manufatureiras ao longo dos anos, uma semelhança temporal e quantitativa que denota a correlação entre essas variáveis(idem; ibidem).

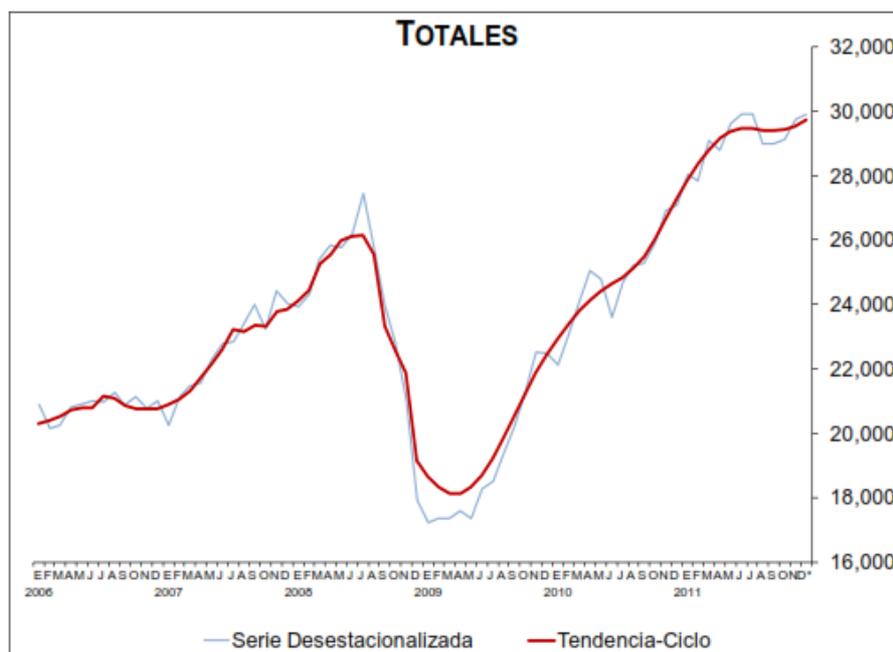


Gráfico II: México: Exportações de mercadorias(milhões de dólares). Fonte, Ruiz, 2016, p. 37

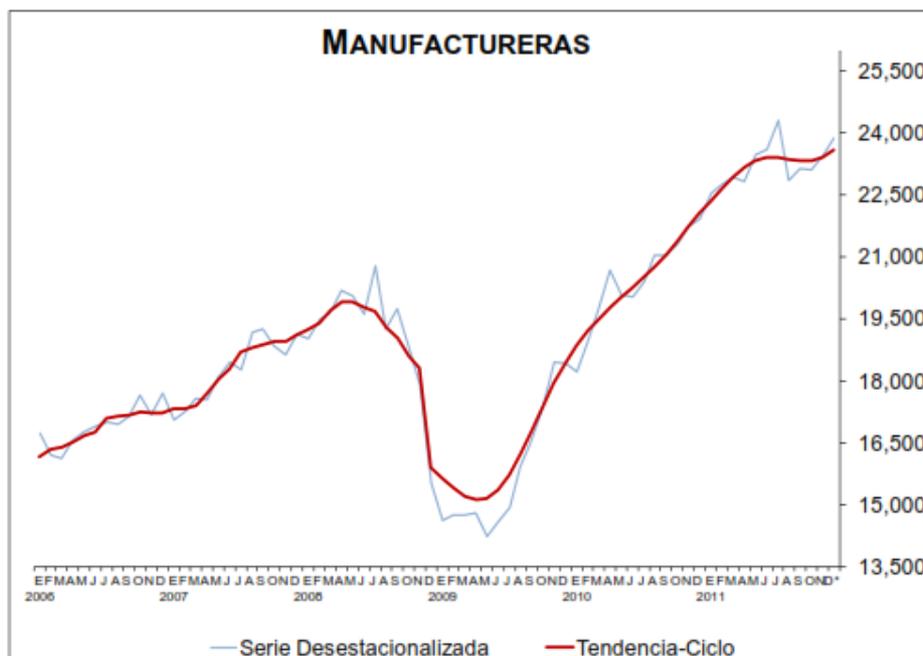


Gráfico III: México: Exportações de manufaturas(milhões de dólares). Fonte: Ruiz, 2016, p. 37

Se houveram mudanças no perfil das exportações mexicanas, não se pode dizer o mesmo em relação a sua diversificação. Ao contrário do que havia sido previsto, o NAFTA, adotado sobre uma estrutura econômica altamente concentrada, não contribuiu para uma melhoria qualitativa das exportações mexicanas nem para expansão de seus mercados.

*En sentido estricto, el sector externo muestra una tendencia hacia el estancamiento cualitativo en la conformación de sus exportaciones, especializadas en la lógica de las ventajas comparativas, no diversificadas en el sentido de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL). Lo*

*cual seguramente tiene relación con el grupo de empresas que son el soporte de la estructura exportadora del país: según datos del INEGI el 51 por ciento de las exportaciones de la industria manufacturera la llevan a cabo 100 empresas; asimismo el 54 por ciento de la producción de empresas con más de 500 trabajadores se exporta (INEGI)*  
(Ruiz, 2006, p. 39)

Por último em relação ao comércio, cabe citar a grande e crescente interferência dos produtos chineses no comércio da América do Norte. A China passou a apresentar na década de 2000 participação crescente tanto no mercado estadunidense tradicionalmente abastecido pelo México quanto no mercado mexicano até então tomado pelas importações dos EUA. Alguns autores veem nesse fenômeno um indicador de “desintegração do comércio da América do Norte”. De fato, há que se ponderar que a presença chinesa no comércio de ambos os países, significativa após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio(OMC), interfere e tende a reduzir os intensos fluxos comerciais estabelecidos com a vigência do NAFTA.

Juntamente ao comércio de bens e serviços, os investimentos estrangeiros diretos são a variável clássica dos processos de integração regional, e, tal qual o primeiro, foi um dos pontos mais levantados por aqueles que vislumbravam no NAFTA a solução de todos os problemas. O Tratado trata essa temática em favor da abertura total dos países membros aos fluxos de capital, não importando sua origem. Em seus artigos, determina que “nenhuma das partes poderá impor à outra alcançar um determinado grau ou porcentagem de conteúdo nacional”, e proíbe a transferência “a uma pessoa em seu território[dos países membros] de tecnologia, um processo produtivo ou outro conhecimento reservado”(Ruiz, 2016, pp. 40 e 41).

*En suma, en materia de inversión extranjera directa (IED), el TLCAN le da a todas las empresas - nacionales y extranjeras- el mismo tratamiento, sean básicas o estratégicas; así las exige de toda responsabilidad en materia de incorporación de insumos nacionales a su producción, en transferencia de tecnología, y facilita los medios para transferir sus beneficios fuera del país. Es decir, el origen no debe ser motivo de discriminación.*  
(Ruiz, 2016, p. 41)

Essa flexibilidade jurídica entre os sócios tem refletido ao longo dos anos em aumentos, não sem altos e baixos, do volume de investimento estrangeiro direto no México. Do total de IED acumulado entre 1994 e 2012 no país, 82.6 por cento corresponde ao período 2000-2012. Por outro lado, 54.6 por cento dos investimentos deste último período provém dos sócios do NAFTA(49.9 por cento dos Estados Unidos), o que demonstra uma relativa diversificação por país de origem de IED, já que pouco menos da metade dos investimentos não provém dos sócios do Tratado. A maior parte dos investimentos se concentra na indústria, sobretudo no segmento da indústria maquiladora de exportação e na indústria automotiva centrada no mercado norte-americano, seguidos logo atrás

pelo setor de comércio e serviços e com uma participação ínfima do setor agropecuário. Em relação aos investimentos no setor terciário,

*En comercio destaca el papel de las grandes cadenas transnacionales, como WalMart, que no solamente se ha convertido en un intermediario entre el consumo de los mexicanos y los proveedores extranjeros, sino que también ha posicionado la “cultura WalMart” entre los mexicanos. En el ámbito de los servicios, destacadamente es de dominio extranjero el sistema bancario, cuyas principales características son: no es de fácil acceso al crédito para obtener recursos para el desarrollo, es una de las bancas comerciales que cobran las más altas comisiones, en contraste con las del extranjero, no obstante su modernización en uso de instrumentos financieros y en tecnologías de la información y la comunicación.*

(Ruiz, 2006, pp. 42 e 43)

Percebe-se, dessa forma, como há um direcionamento, tanto no setor industrial quanto no comércio e nos serviços, a um tipo específico de consumo que, quando não está localizado fora dos limites territoriais mexicanos, imita os padrões e o estilo de vida material estrangeiros. Isto, como foi apresentado no capítulo I, é um fenômeno com desdobramentos tanto culturais quanto econômicos, e constitui um indicador de estruturas econômicas subdesenvolvidas e dependentes.

Os indicadores de comércio e investimento, por terem de fato vindo em uma curva ascendente desde a implementação do NAFTA, são a sua “face brilhante”, mesmo que com contradições expostas ao se analisar com mais minúcia cada uma dessas variáveis. Não obstante, os aspectos mais insatisfatórios do Tratado estão, sobretudo, no conjunto de indicadores relacionados ao desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, pode-se citar o próprio crescimento econômico nas últimas décadas. No período 1993-2010 o crescimento anual médio do Produto Interno Bruto mexicano foi de 2.2 por cento, uma taxa muito baixa se comparada, por exemplo, aos 6.9 por cento de crescimento no período 1970-1981. Se a essa conta acrescentamos o crescimento populacional, os que se observa é a mediocridade dos dados da renda per capita do país.

Uma segunda variável de relevância está relacionada com o mercado de trabalho. A taxa de desemprego aberto mexicana no transcurso do século XXI tem variado entre 4 e 5 por cento da população economicamente ativa (PEA). Esta cifra, entretanto, não expressa a dimensão real do mercado de trabalho mexicano. Como já foi mencionado, este se caracteriza por um alto grau de informalidade, com um nível de subocupação que alcança uma parcela determinante dos trabalhadores. O desemprego também é “disfarçado” com o fenômeno da migração, um aspecto que, no caso mexicano, ganha relevância absoluta. A subocupação e a informalidade não foram resolvidos com a adoção do NAFTA, enquanto os fluxos migratórios se intensificaram (idem; ibidem).

As promessas do NAFTA tinham como horizonte comum a convergência dos indicadores

econômicos e sociais mexicanos com os estadunidenses. Assim, vislumbrava-se uma progressiva aproximação dos salários médios em ambos os países. Entretanto,

*En la industria manufacturera, principal sector de exportación, los salarios son sumamente contrastantes: en el año 2000, en México se pagaban 2.21 dólares la hora, mientras que en Estados Unidos se remuneraba a 14.33 dólares la hora laborada; percepción que para el 2006 pasó a 2.79 dólares la hora en México, mientras que en Estados Unidos aumentó a 16.88 dólares la hora. El incremento de seis años em México fue de 0.58 centavos de dólar, mientras que en Estados Unidos de 2.55 dólares la hora. Es decir, la divergencia es evidente.*  
(Ruiz, 2006, p. 48)

Da mesma forma aconteceu com a renda per capita entre ambos os países.

*Los indicadores del Banco Mundial son elocuentes: en 1994, el ingreso nacional bruto per cápita de México representaba el 17.5 por ciento, respecto al de Estados Unidos; rumbo a los 20 años de vigencia del TLCAN, en el 2011, esta relación apenas se incrementó a un 20.88 por ciento (Banco Mundial, 2013). Otra manera de observarlo es las veces que en dólares es superior el ingreso nacional bruto per capita de Estados Unidos al de México, donde la tendencia también según se observa en el cuadro 4, ha variado de 4.3 a 3 veces.*  
(Ruiz, 2006, p. 48)

O salário médio real manufatureiro e o salário médio real estagnaram nos anos pós-NAFTA, enquanto o salário mínimo real testemunhou uma importante queda, como se pode observar no Gráfico IV. De toda forma, vale ressaltar a significativa queda nesses três indicadores desde a década de 1980, quando os governos adotaram o receituário neoliberal para a resolução dos problemas macroeconômicos do país.

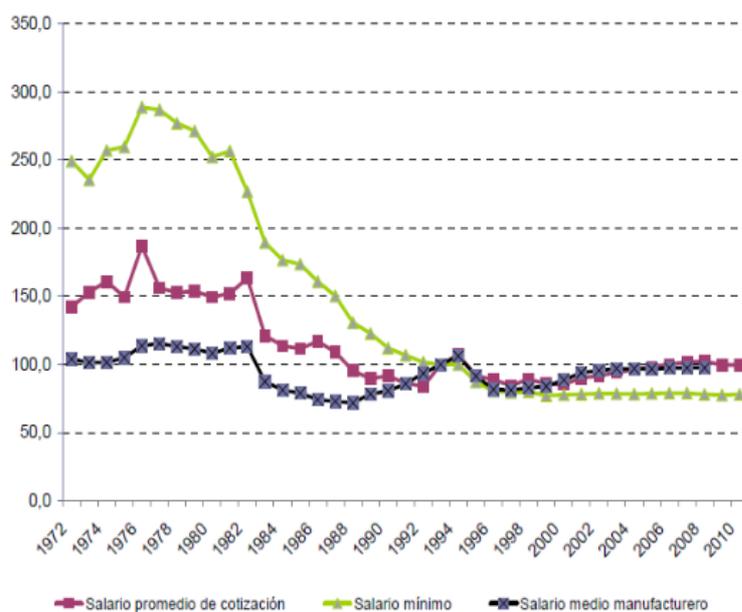


Gráfico IV: Salário mínimo real, salário médio real manufatureiro e salário real médio de cotização. Fonte: Ruiz, 2006, p. 49

Cabe, por fim, citar mais dois aspectos nos quais o NAFTA teve importante influência. Em

primeiro lugar, estão as divergências regionais historicamente estruturadas na economia mexicana. O México pode ser dividido em três regiões: o sul, rico em recursos naturais, produção de energia e petróleo, onde a maior parte da população vive em pobreza extrema; o centro onde fica localizada a velha estrutura comercial e industrial do país; e o norte, anteriormente uma região em que predominava a economia primária e que passou a se industrializar a partir da década de 1960 por meio do investimento estrangeiro direto representado pela indústria maquiladora, automobilística e aeronáutica. Esta última é a região “ganhadora” do NAFTA, em que se observaram seus melhores resultados. Não obstante, o que se viu no México como um todo foi o agravamento das diferenças regionais (idem; ibidem)

Em segundo lugar, e relacionado com a questão das disparidades regionais, está o considerável impacto da abertura comercial do NAFTA na agricultura mexicana. Esta passou a se encontrar, na década de 1990, em uma relação de competição sem regulações com a agricultura estadunidense. A realidade é que o campo, com pouco apoio oficial, corte de subsídios, escassa penetração tecnológica e baixos rendimentos por hectares não conseguiu superar a antiga estrutura dual da economia mexicana. O resultado é um déficit crescente na balança comercial agropecuária e um persistente abandono do meio rural por trabalhadores sem expectativas de melhora material de suas condições (idem; ibidem).

O conjunto de variáveis analisadas permite interpretar o NAFTA como uma política econômica que, ao menos para uma enorme parte da população mexicana, funcionou de fato como uma medida pouco significativa e mesmo nefasta, em alguns casos, com relação à melhoria de suas condições de vida. Os dados de comércio e investimento demonstram tanto a crescente internacionalização da economia mexicana quanto as disparidades e contradições existentes nos detalhamentos dessas variáveis, como a baixa diversificação dos fluxos comerciais e a alta concentração dos investimentos em atividades desvinculadas das necessidades da maioria da população do país. Os aspectos ligados ao desenvolvimento econômico, por sua vez, são decepcionantes para aqueles que apregoavam as grandes mudanças que trariam a suposta política de desenvolvimento. Como pano de fundo desse processo, está o significativo aumento da dependência econômica do México em relação ao seu vizinho do norte, de forma que o país latino-americano se encontra, na atualidade, numa posição de sucessividade e vulnerabilidade às flutuações e turbulências passadas na economia estadunidense e sobre as quais pouco pode fazer para se preservar.

## CAPÍTULO III

### Consumo, Produção, Níveis de Ocupação e Remunerações no México Pós-NAFTA

As mudanças estruturais na economia do México após a virada neoliberal na política econômica do país, como vimos, foram significativas e determinantes para a atual configuração de sua produção e de seu modelo de inserção na economia mundial, além de trazerem consigo importantes desdobramentos políticos e sociais. Com a efetivação do NAFTA, intensifica-se o ritmo das transformações econômicas que, por meio de uma abertura comercial e financeira mexicana sem precedentes, fomentam no México um novo modelo de crescimento que tem como características a promoção do comércio internacional, a baixa incorporação de valor aos processos produtivos identificada sobretudo com a produção por meio das maquiladoras e o aumento da subordinação da economia mexicana às flutuações e determinações da economia dos Estados Unidos.

Neste capítulo, apresenta-se um conjunto de variáveis investigadas relacionadas à produção, ao consumo, aos níveis ocupacionais e de remunerações no México no período de 1998 a 2008, que indicam de que maneira se comporta esse “novo” padrão de acumulação, surgido a partir de 1982 com o ocaso das políticas de substituição de importações, consolidado com a abertura econômica promovida pelo NAFTA e prevacente até os dias atuais nesse país. Tais variáveis são pesquisadas sob a justificativa, já sustentada teoricamente e que será analisada sobretudo no capítulo IV a partir dos dados encontrados, de que seu comportamento pode apontar para a reprodução da acumulação capitalista nesse país sob formas que não rompem com elevados níveis de exploração do trabalho, de desigualdade e de exclusão.

Na primeira sessão deste capítulo, descreve-se em mais detalhes as etapas metodológicas utilizadas e as variáveis observadas, bem como o porquê das escolhas feitas para essa pesquisa. Na sessão seguinte, apresenta-se os dados e resultados encontrados quanto à evolução na participação na economia mexicana das diferentes atividades econômicas, de acordo com o mercado consumidor a que se destinam. A principal questão por trás dessa investigação é entender quais segmentos da produção alimentam a dinâmica da acumulação no México. Na terceira sessão, descreve-se os dados sobre as remunerações nas atividades econômicas novamente em relação a seus mercados consumidores. O que se procura saber nesse quesito é se os trabalhadores dedicados à produção dos bens e serviços consumidos pelas frações de maior poder aquisitivo fazem parte ou não, eles mesmos, destes segmentos para os quais produzem, de forma a alimentar um mercado interno que necessita de determinado nível de remuneração da força de trabalho para se sustentar. Na quarta e última sessão, é feito um resumo dos dados encontrados destacando seus aspectos mais importantes para o entendimento de como a estrutura produtiva mexicana influi na cristalização de um padrão de acumulação que pode se reproduzir com a manutenção de altos níveis de exploração do trabalho.

### **3.1 – Metodologia: variáveis de consumo e produção e roteiro da investigação**

Como colocado desde a Introdução deste trabalho, o principal argumento da investigação aqui feita é que a abertura econômica e comercial do México, praticada sob o signo da dependência e da inserção subordinada na economia mundial, haveriam reproduzido um padrão de acumulação que pode se sustentar em um elevado patamar de exploração do trabalho. Esse tipo de acumulação capitalista se caracteriza - nos termos que colocam as perspectivas teóricas expostas no Capítulo I - pela destinação de parte determinante dos bens e serviços produzidos pela economia para frações da sociedade que contam com alto poder aquisitivo e para o mercado externo, tornando possível que amplos setores da população continuem a sofrer com baixos níveis salariais e/ou a níveis menores que o valor necessário à manutenção da força de trabalho, sem que isso prejudique os níveis de acumulação e mesmo o crescimento econômico. Adicionalmente, os desdobramentos da abertura comercial e financeira mexicana relacionados à decadência das atividades econômicas de maior valor agregado com o acirramento da concorrência externa e à expansão qualitativa e quantitativa do setor de serviços teriam levado à agudização da separação das esferas de consumo também neste último setor de maneira a conformar um padrão de acumulação dependente que não tem mais sustentação apenas na produção industrial.

Para averiguar de que maneira e em que nível a produção de bens e serviços destinada prioritariamente a uma minoria de maior poder aquisitivo determina a dinâmica econômica do país, a primeira tarefa necessária é a investigação sobre o próprio grau de participação dessa produção na economia. Essa investigação pode ser feita tanto separando-se as atividades entre aquelas ligadas à indústria, ao comércio, aos serviços, à mineração e à agropecuária, classificadas de acordo com seu mercado consumidor prioritário, quanto de forma conjunta para avaliar sua participação global ao longo dos anos. Em seguida, também é importante avaliar as frações da população economicamente ativa que são empregadas em cada uma dessas atividades, de maneira a medir sua importância econômica também em relação ao fator de produção trabalho, e medir os níveis de remuneração médios existentes nelas, para concluir a respeito do padrão de consumo médio dos trabalhadores nelas ocupados.

Assim, a metodologia utilizada nesse trabalho tem como objetivo a definição das seguintes variáveis prioritárias, ao longo do período 1998-2008:

- (1) A fração da participação na atividade econômica e na ocupação da população economicamente ativa da produção de bens e serviços consumidos sobretudo pelas faixas de renda mais altas da população, em relação à parte consumida de maneira mais equânime para as faixas mais altas e mais baixas e aqueles que tem peso maior no consumo das faixas

mais baixas, tanto em termos de sua participação sem divisão por setor econômico(agropecuário, indústria, comércio e serviços), quanto separados por setores;

- (2) Os níveis de remuneração dos trabalhadores de acordo com as atividades que produzem bens e serviços consumidos prioritariamente pelas faixas mais altas, aquelas que produzem igualmente para as faixas altas e baixas e as que tem maior peso no consumo das faixas mais baixas.

Em ambos os casos, a análise é feita observando-se comparativamente os índices de cada parte da produção, de acordo com seu mercado consumidor, e as alterações nelas ao longo do período estudado.

A investigação de tais variáveis, como se pode perceber, envolve tanto dados sobre consumo quanto dados sobre a produção. Do lado do consumo, é necessário observar como se distribui o consumo de bens e serviços na população de acordo com as diferentes faixas de renda. Do lado da produção, estão os dados relacionados ao valor produzido pelas atividades econômicas, agregadas de acordo com as faixas de renda para as quais produzem prioritariamente e com a classificação entre os diferentes setores econômicos(indústria, comércio, serviços, etc). Também se encontram aí os dados ocupacionais e salariais.

Para o prosseguimento da pesquisa, foi necessária a busca de dados estatísticos que inter-relacionassem consumo e produção. O método utilizado para tanto compreendeu três etapas, necessárias para o cruzamento de dados entre essas duas dimensões da economia:

- (1) A identificação do perfil de consumo das diferentes faixas de renda da população, com atenção às alterações observadas entre elas, indicativas do mercado consumidor ao qual se destinam prioritariamente os diferentes segmentos da produção;
- (2) A identificação dos dados sobre a produção de bens e serviços, discriminados entre as diferentes atividades econômicas de acordo com os bens e serviços por elas produzidos;
- (3) Utilizando-se das informações coletadas, o agrupamento das atividades econômicas de acordo com as faixas de renda que consomem prioritariamente seus bens e serviços, criando as categorias que separam a produção entre aquela destinada prioritariamente para as faixas mais altas e a parte com consumo concentrado nas faixas mais baixas.

Vejam essas divisões iniciais feitas nas variáveis de consumo e de produção, a partir das quais foi possível encontrar os dados sobre os pesos econômico, ocupacional e salarial das atividades produtivas. No que se refere ao consumo, apresenta-se na tabela 2 as médias da divisão do consumo de bens e serviços de acordo com as faixas de renda das famílias mexicanas no período 1998-2008.

Objeto do gasto	Decis									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
<b>Gasto corrente monetário</b>	73	75	76	76,1	75,7	75,6	74,6	74,7	75	74,1
<b>Alimentos e bebidas consumidos dentro e fora do lar</b>	38,2	36,4	34,9	33,3	31,5	29,4	27,4	25,4	22,2	15,1
<b>Vestimenta e calçado</b>	3,7	3,9	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,7	4,9	4,4
<b>Moradia, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível</b>	7	7,8	8,1	7,9	7,8	7,5	7,3	6,8	6,3	5,8
<b>Bens e serviços para a limpeza e cuidados da casa, móveis e eletrodomésticos</b>	5,6	5,2	5,2	5,1	5	4,8	4,9	5	5,3	6,3
<b>Cuidados médicos e manutenção da saúde</b>	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,8
<b>Transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações</b>	6,5	7,8	9,1	10	10,9	12,2	12,8	13,7	14,6	15,3
<b>Bens e serviços de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas</b>	3,9	5,2	6	6,6	7,3	7,9	8,5	9,8	11,4	16,1
<b>Bens e serviços para o cuidado pessoal, acessórios e bens pessoais, outros gastos diversos e transferências</b>	5,2	5,8	5,9	6,3	6,3	6,6	6,6	6,8	7,6	8,3

Tabela 2: Percentual do consumo de bens e serviços no gasto corrente monetário trimestral das famílias por decis de renda, média de 1998 a 2008. Fonte: “INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares.”. Dados retirados da Tabela “Hogares por grandes rubros del gasto corriente monetario trimestral por deciles de hogares, 1992 a 2008” e agregados para simplificação.

Cada decil apresentado na Tabela 1 se refere a uma faixa específica de renda da população. O primeiro decil se refere à faixa de renda mais baixa e o décimo à mais elevada. Pode-se observar como é distribuído em média no período de 1998 a 2008 o consumo trimestral das famílias mexicanas, de acordo com a faixa de renda na qual estão incluídas e dos tipos de bens e serviços consumidos, a partir dos quais é possível classificar a produção entre aquelas destinadas prioritariamente às faixas mais altas e mais baixas de renda.

A maior parte das categorias de bens e serviços não apresenta grande variação percentual na cesta de consumo das famílias das faixas de renda mais altas e mais baixas. Os segmentos relacionados a vestimenta e calçado; moradia, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível; bens e serviços para a limpeza e cuidados da casa, eletrodomésticos e móveis; e cuidados médicos e manutenção da saúde apresentam uma variação menor que 1 por cento da cesta de consumo entre as famílias do primeiro e do décimo decil. O segmento referente a “bens e serviços para o cuidado pessoal, acessórios e bens pessoais, outros gastos diversos e transferências” apresenta uma variação um pouco maior, de aproximadamente 3 por cento entre os decis mais extremos. Os segmentos ligados ao consumo concentrado nas faixas de renda mais alta são os de

“transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações” e de “serviços e bens de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas, hospedagem e alojamento”, em que as variações entre o primeiro e o décimo decil são de 8,8 e 12,2 por cento, respectivamente. Por último, temos o segmento ligado aos “alimentos e bebidas consumidos dentro e fora do lar”, o qual, pela evidente razão de compreender o consumo de bens necessários e de demanda inelástica, ocupa grande parte da cesta de consumo das famílias de menor renda, e representa fração significativamente menor dos gastos das famílias de renda mais elevada. Pode-se agrupar as diferentes categorias de consumo, portanto, entre estas três destinações prioritárias de mercado consumidor (tabela 3).

### Segmentos de consumo agrupadas por faixas de renda

<b>Segmentos com consumo concentrado nas faixas de renda mais alta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações;</li> <li>- Serviços e bens de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas, hospedagem e alojamento;</li> </ul>
<b>Segmentos com consumo distribuído de maneira equânime a faixas altas e baixas de renda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vestimenta e calçado;</li> <li>- Moradia, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível;</li> <li>- Bens e serviços para a limpeza e cuidados da casa, eletrodomésticos e móveis;</li> <li>- Cuidados médicos e manutenção da saúde;</li> <li>- Bens e serviços para o cuidado pessoal, acessórios e bens pessoais, outros gastos diversos e transferências;</li> </ul>
<b>Segmentos com consumo priorizado pelas faixas de renda mais baixa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentos e bebidas consumidos dentro e fora do lar</li> </ul>

Tabela 3: Categorias de consumo agrupadas por faixa de renda. Fonte: elaboração própria com dados de “INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares”.

Do lado da produção, as estatísticas discriminadas por atividade econômica no período 1998-2008 foram retiradas de três censos econômicos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI) para a década, em 1999, 2004 e 2009. Os censos de 2004 e 2009 possuem classificações das atividades econômicas similares entre si, enquanto a classificação do censo de 1999 possui menos categorias e é por isso menos detalhada. Entre as categorias de atividade econômica com mercado consumidor concentrado entre as faixas de renda mais altas, encontram-se

segmentos ligados ao setor do turismo, do entretenimento, do comércio e produção editoriais, da indústria automobilística, dos serviços de educação, por exemplo. Entre aquelas ligadas ao consumo igualitário das faixas de renda, estão atividades como construção civil, à fabricação e comércio de eletrodomésticos e a indústria farmacêutica. As atividades econômicas que ocupam a cesta de consumo das faixas mais baixas estão relacionadas, sobretudo, à produção agropecuária e à indústria de alimentos (Apêndice-Tabelas 1 a 8). No apêndice deste trabalho, encontra-se todo o conjunto de categorias das atividades econômicas contabilizadas separadas de acordo com as faixas de renda para as quais se destinam prioritariamente, bem como aquelas que, em virtude de se referirem à produção de bens de capital ou por serem demasiadamente inespecíficas, não puderam ser contabilizadas. Como é possível observar pelas tabelas do Apêndice, a classificação das atividades econômicas de acordo com as faixas de renda prioritárias do seu mercado consumidor precisou ser feita duas vezes, em virtude da diferença de categorias do censo de 1999 para os de 2004 e 2009.

A subdivisão apresentada até aqui nesta sessão dá um indicativo das faixas de renda em que se concentram as diferentes atividades econômicas, mas ainda não resolve inteiramente o problema. A separação das atividades produtivas na economia, para que sirva como instrumento de verificação do peso delas de acordo com o nível de demanda de diferentes estratos sociais, precisa levar em conta a diferença de renda dessas faixas, bem como a evidência de que, embora exista uma concentração do consumo em determinadas faixas, ele também existe em uma proporção menor nas outras. Para solucionar essa questão e chegar a indicadores o mais próximos da configuração de produção e consumo da economia, buscou-se encontrar as proporções referentes à diferença de renda das famílias consumidoras e à diferença na concentração de consumo de acordo com os bens e serviços produzidos. Aquela referente à diferença de renda tomou como parâmetro a proporção entre as rendas das famílias divididas em decis, separando-as entre o primeiro e o quinto decil e o sexto e décimo decil (tabela 3):

Tabela 4: Médias da renda corrente total trimestral das famílias entre grupos de decis e proporção entre elas. Fonte: "INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares.". Dados retirados da tabela "Hogares y su ingreso corriente total trimestral por deciles de hogares, 1992 a 2008"

<b>Renda corrente total trimestral das famílias, média entre grupos de decis</b>			
<b>(milhões de pesos)</b>	Média I-V decil	Média VI-X decil	Média VI-X/Média I-V decis
1998	13 073	57 712	4
2000	19 962	90 132	5
2002	24 383	100 354	4
2004	28 785	118 242	4
2005	30 627	127 402	4
2006	36 573	144 582	4
2008	38 025	158 159	4

A proporção relacionada com a concentração do consumo nas faixas de renda de acordo com o tipo de bens e serviços consumidos foi retirada dos dados apresentadas na Tabela 2, originalmente distribuídos também em decis de famílias. Para aqueles segmentos de consumo em que não há grande diferença entre as faixas altas e baixas de renda, considerou-se como iguais as proporções em que sua produção é orientada às faixas de renda (a diferença se dá apenas pelo nível da renda das famílias). Estas só foram consideradas em relação aos segmentos de “transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações” e “serviços e bens de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas, hospedagem e alojamento”, com consumo concentrados nas faixas de renda mais altas, e “alimentos e bebidas consumidos dentro e fora do lar”, de maior concentração na cesta de consumo das faixas de renda menores.

	Média I-V decil	Média VI-X decil	Média VI-X/Média I-V	Média das proporções
Serviços e artigos de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas, hospedagens e alojamentos	5,8	10,74	1,85	1,7
Transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações	8,86	13,64	1,54	

Tabela 5: Médias do percentual do consumo de bens e serviços no gasto corrente monetário trimestral das famílias, bens e serviços concentrados nas cestas de consumo das faixas de renda mais altas. Fonte: “INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares.”. Dados retirados da Tabela “Hogares por grandes rubros del gasto corriente monetario trimestral por deciles de hogares, 1992 a 2008” e agregados para simplificação.

	Média I-V decil	Média VI-X decil	Média I-VI/Média VI-X
Alimentos e bebidas dentro e fora do lar	34,86	23,9	1,46

Tabela 6: Médias do percentual do consumo de bens e serviços no gasto corrente monetário trimestral das famílias, bens e serviços concentrados nas cestas de consumo das faixas de renda mais baixas. Fonte: “INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares.”. Dados retirados da Tabela “Hogares por grandes rubros del gasto corriente monetario trimestral por deciles de hogares, 1992 a 2008” e agregados para simplificação.

As Tabelas 5 e 6 ilustram as proporções da concentração do consumo entre faixas mais baixas e mais altas de renda. No caso dos bens com concentração nas faixas mais altas, a proporção é de

170% entre estas e as faixas de menor poder aquisitivo. Em relação ao segmento de alimentos e bebidas, concentrado nas faixas mais baixas, a proporção entre estas e as faixas mais altas é de 146%.

Tanto as variações decorrentes da renda quanto aquelas relacionadas à concentração do consumo incidem sobre as variáveis de valor agregado, níveis de ocupação e de remuneração das atividades econômicas. Dividem, dessa forma, o valor dessas variáveis de acordo com as proporções apresentadas. Para que cheguemos à divisão correta desses montantes, é necessário que, a partir das proporções apresentadas, encontremos os multiplicadores que levarão aos valores proporcionais adequados. A identificação deles se dá com a divisão proporcional de 100% do valor acrescida de uma unidade no denominador, para que a proporção venha a valer quando se soma a ela a fração correspondente à menor parte do valor dividido, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$x = \frac{1}{\frac{c1}{c2} + 1} \quad \text{e} \quad p = \frac{1}{\frac{r1}{r2} + 1}$$

Em que  $x$  é o multiplicador de concentração do consumo, por meio do qual se encontra a proporção da parte direcionada aos segmentos de menor concentração de consumo da variável,  $c1$  é a média dos níveis de consumo das faixas de renda com maior concentração,  $c2$  é a média dos níveis de consumo das faixas de menor concentração,  $p$  é o multiplicador de diferença de renda, que permite encontrar a proporção da parte direcionada aos segmentos de menor renda da variável,  $r1$  é a média da renda das faixas de maior poder aquisitivo e  $r2$  é a média de renda das faixas de menor poder aquisitivo.

A partir da definição do valor das variáveis das atividades econômicas relacionadas ao maior consumo nas faixas de renda mais elevadas, ao consumo equânime entre as faixas de renda e ao consumo proporcionalmente maior nas faixas de renda menores, e do manejo desses valores com os multiplicadores de renda e de concentração do consumo, chegaremos aos indicadores mais próximos do real volume do valor agregado, do emprego e das remunerações relacionados à produção de bens e serviços para as faixas maiores e menores de renda. Nas próximas sessões, são descritos os resultados encontrados dessas operações. No apêndice, encontram-se em tabelas o conjunto dos valores percentuais encontrados, bem como a descrição de como foram feitas as operações com os multiplicadores de renda e concentração do consumo.

### ***3.2 – Atividades prioritárias na dinâmica econômica mexicana: Valor agregado e ocupação segundo faixas de renda consumidoras e seu grau de importância***

### ***3.2.1- Valor agregado da produção segundo faixas de renda consumidoras***

A indicação das atividades econômicas que possuem maior peso da produção de bens e serviços no México é uma forma de se concluir a respeito de sua maior ou menor influência na dinâmica do crescimento e das flutuações por que passa essa economia. Por conseguinte, como foi colocado, é uma maneira de se avaliar que estruturas de produção, consumo e emprego são mais determinantes para a manutenção de determinados padrões de remuneração da força de trabalho e determinadas formas de exploração do trabalho.

O peso das atividades econômicas é separado, nos Gráficos V,VI e VII de acordo com a faixa de renda das famílias mexicanas nas quais o consumo de seus bens e serviços é concentrado, nos anos de 1998, 2003 e 2008, respectivamente, utilizando-se como medida a proporção do valor agregado somado dessas atividades em relação ao valor agregado dos setores de agropecuária<sup>5</sup>, mineração, geração, transmissão e distribuição de energia, construção, indústrias manufatureiras, comércio e serviços<sup>6</sup> da economia(para análise das tabelas com as proporções , bem como do método usado para seu cálculo, ver Apêndice, tabelas 9, 10 e 11).

---

5 Os dados referentes ao setor agropecuário são os que podem apresentar as maiores distorções quando comparados com as proporções e estatísticas dos outros setores, devido ao fato de que seus valores são referentes à totalidade das atividades econômicas relacionadas(todas são classificadas como priorizadas na cesta de consumo das faixas de renda mais baixa), enquanto os outros setores contam com muitas atividades que não puderam ser classificadas de acordo com as faixas de renda preferenciais de consumo. Por isso, nas estatísticas de emprego e remuneração que serão vistas mais a frente, excluiu-se a participação do setor agropecuário, tendo em vista que nelas a sua inclusão, devido às mudanças desproporcionais que causaria na comparação quantitativa com os outros setores, prejudicaria a análise como um todo. Essas desproporções podem ser previstas analisando o peso real no emprego e na renda nacional deste setor em comparação com os outros, sem segmentação por faixa de renda consumidora, com os dados encontrados buscando-se tal divisão.

6 Procurou-se inicialmente utilizar como denominador comum os dados referentes ao PIB a preços correntes(dado que o valor agregado das atividades econômicas contabilizadas não tem a inflação descontada). Devido à inacessibilidade de tais valores para os anos de 1998 a 2002 (o Banco de Dados do INEGI só disponibiliza para acesso direto o PIB a preços correntes anual a partir de 2003; o Banco de Dados da CEPAL o faz apenas em dólares, assim como o Banco de Dados do Banco Mundial e do FMI), optou-se por usar como denominador comum a soma dos valores agregados dos referidos setores da economia. Os valor agregado do setor agropecuário foi extraído da proporção desse setor sobre o PIB, retirada das estatísticas do Banco Mundial, pois as estatísticas sobre as unidades econômicas privadas dos Censos Econômicos do INEGI referem-se apenas aos setores secundário e terciário;

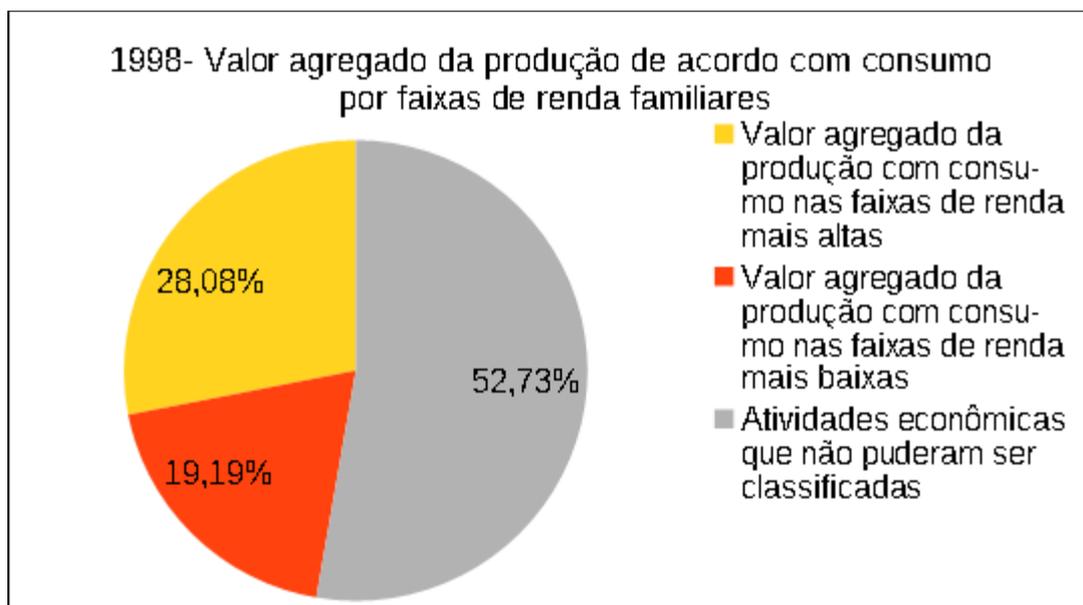


Gráfico V: 1998 – Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares

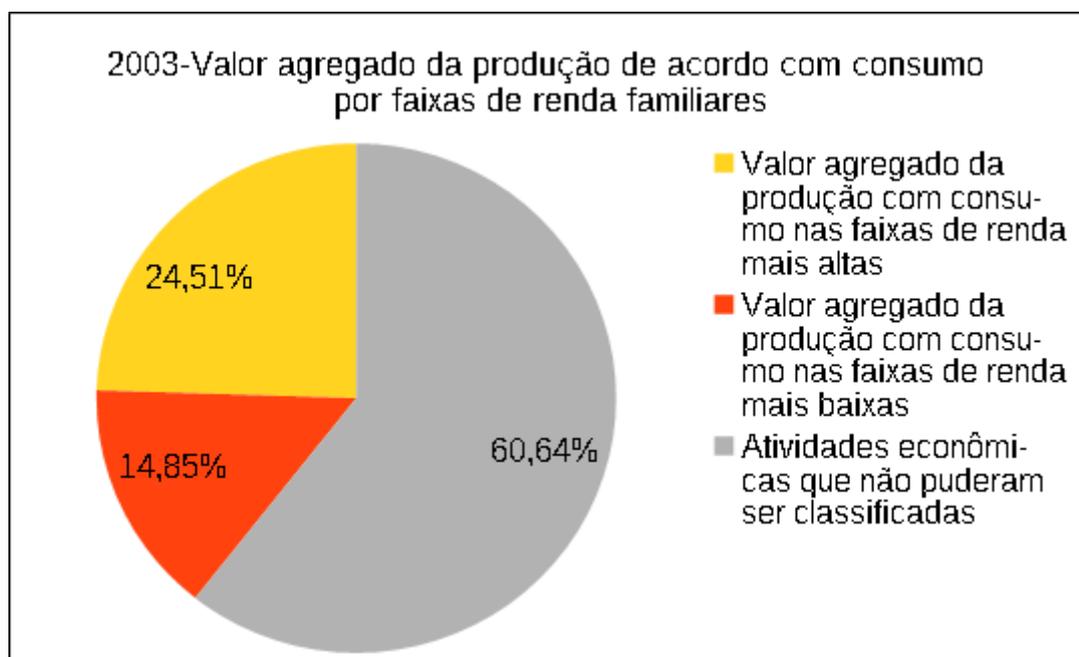


Gráfico VI: 2003 – Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares

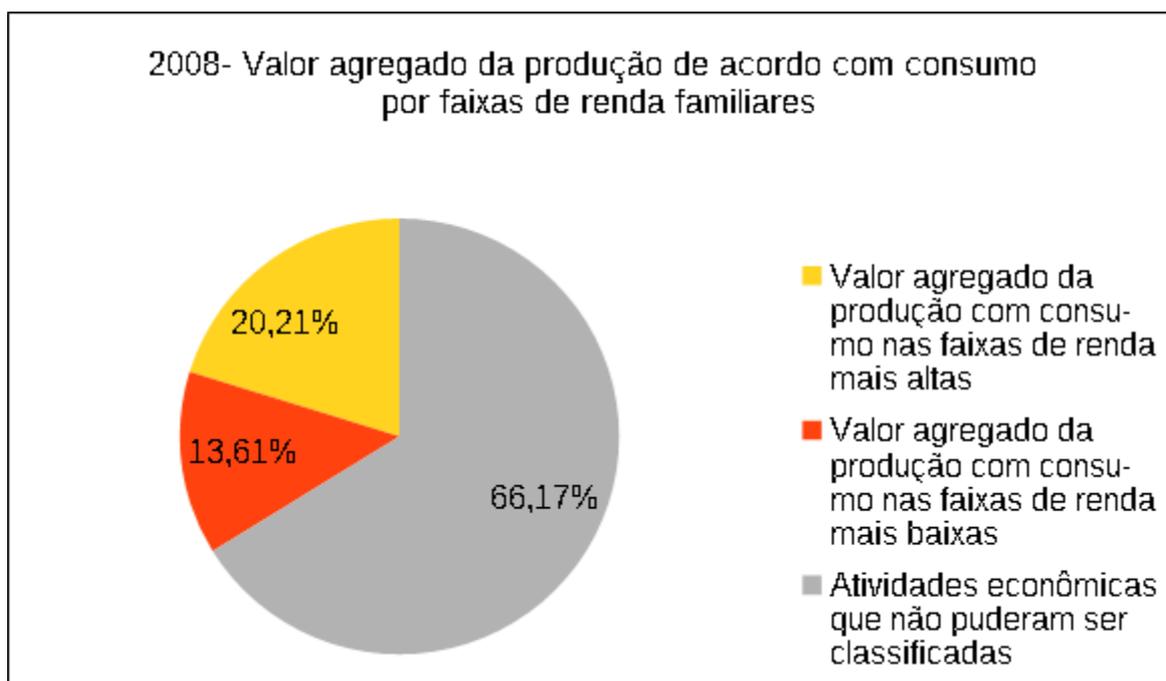


Gráfico VII: 2008 – Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares

A análise do valor agregado da produção de bens e serviços, dividida pelas faixas de renda que os consomem prioritariamente, traz desde já alguns indicadores importantes da estrutura de produção e consumo do México. Um primeiro elemento marcante e constante nos anos pesquisados é o predomínio na produção de valor agregado das atividades ligadas ao consumo das faixas de renda mais elevadas, com uma diferença entre elas de aproximadamente 9 por cento em 1998 e 2003 e de 6 por cento em 2008. Nesse ponto, cabe ressaltar, como já foi apresentado, que os tipos de atividades cujo consumo se concentra prioritariamente nas faixas de renda mais altas são apenas dois - “transporte, aquisição, manutenção e acessórios para veículos e comunicações” e “serviços e bens de educação e entretenimento, pacotes turísticos e para festas, hospedagem e alojamento” - enquanto o conjunto daqueles destinados às faixas altas e baixas ou priorizados pelas faixas baixas de renda é composto por seis perfis de bens e serviços diferentes. Ainda assim, representam proporção menor do valor agregado que os primeiros.

Por outro lado, há também algumas limitações nessas informações que devem ser levantadas. Como se pode observar, nos três anos em que se recolheram estatísticas, é alto o número de atividades econômicas que não puderam ser classificadas quanto às faixas de renda para as quais está prioritariamente destinada sua produção. Estas atividades se referem, sobretudo à produção de insumos e bens de capital que não tem uma única destinação ou cuja destinação não é bem especificada. Como o conjunto de atividades econômicas consideradas foi o mesmo para a investigação das outras variáveis, esta observação também cabe no caso delas.

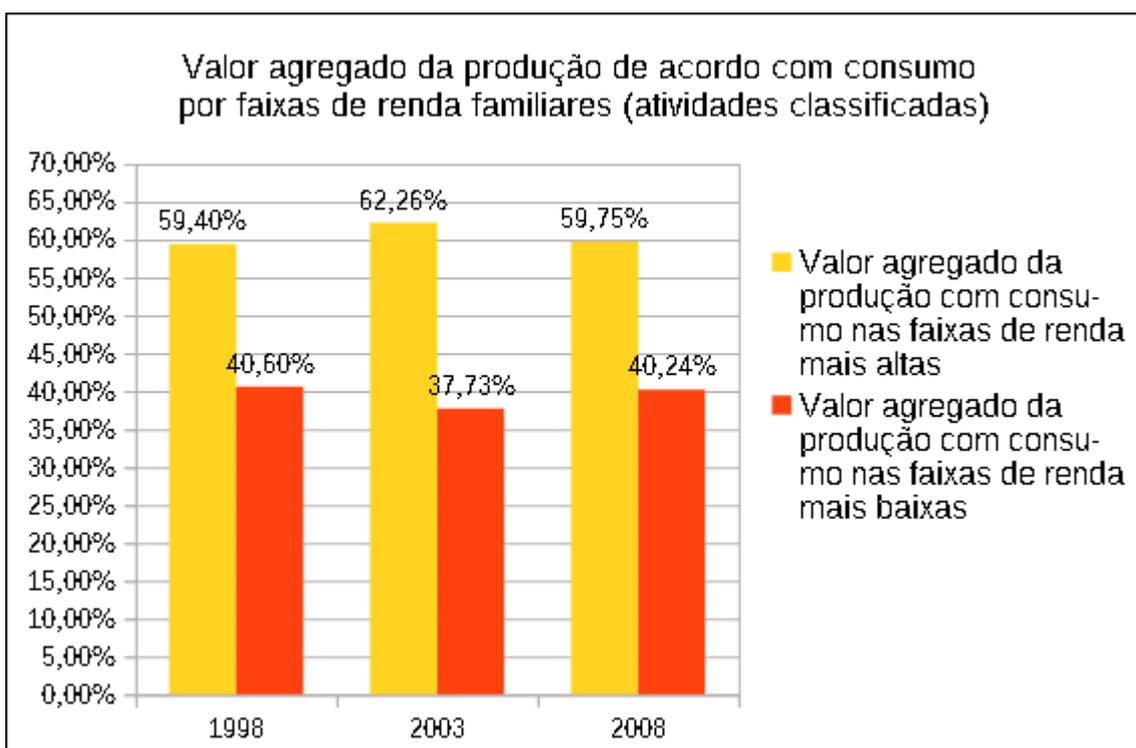


Gráfico VIII – Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares(atividades classificadas), 1998 a 2008.

No Gráfico VIII, temos as proporções que cada grupo de atividades econômicas ocupa no valor agregado total dos setores da economia excluindo-se as atividades econômicas que não puderam ser classificadas. Ainda que representem um montante considerável, a exclusão dessas atividades se justifica, adicionalmente ao fato de possibilitar uma melhor exposição dos resultados encontrados, devido a muitas delas se referirem, justamente, a segmentos da produção de bens de capital e de insumos que se destinam seus produtos de maneira proporcional aos diversos setores. Como é possível observar, as atividades direcionadas ao consumo das faixas mais altas de renda participam com mais da metade do valor agregado total em todos os anos. Também chama a atenção a constância dos valores no período estudado, o que pode indicar a solidez dessa estrutura de produção e consumo ao longo do tempo.

A investigação do peso das atividades econômicas compreende, também, como este se divide entre os setores primário, secundário e terciário da economia. Como colocado inicialmente, supõe-se que a expansão do setor de serviços numa conjuntura de abertura comercial e financeira do México possa ter levado à reprodução de um padrão de acumulação que ultrapassa os limites tradicionais da indústria. O Gráfico IX apresenta a divisão entre setores da produção voltada às faixas de renda mais altas de consumo, que é aquela, dentro dos termos que estamos trabalhando, a que pode caracterizar um tipo de acumulação que não necessita da elevação da mais-valia relativa (e por isso dos salários), pois seu consumo não se concentra em bens e serviços demandados pela classe trabalhadora.

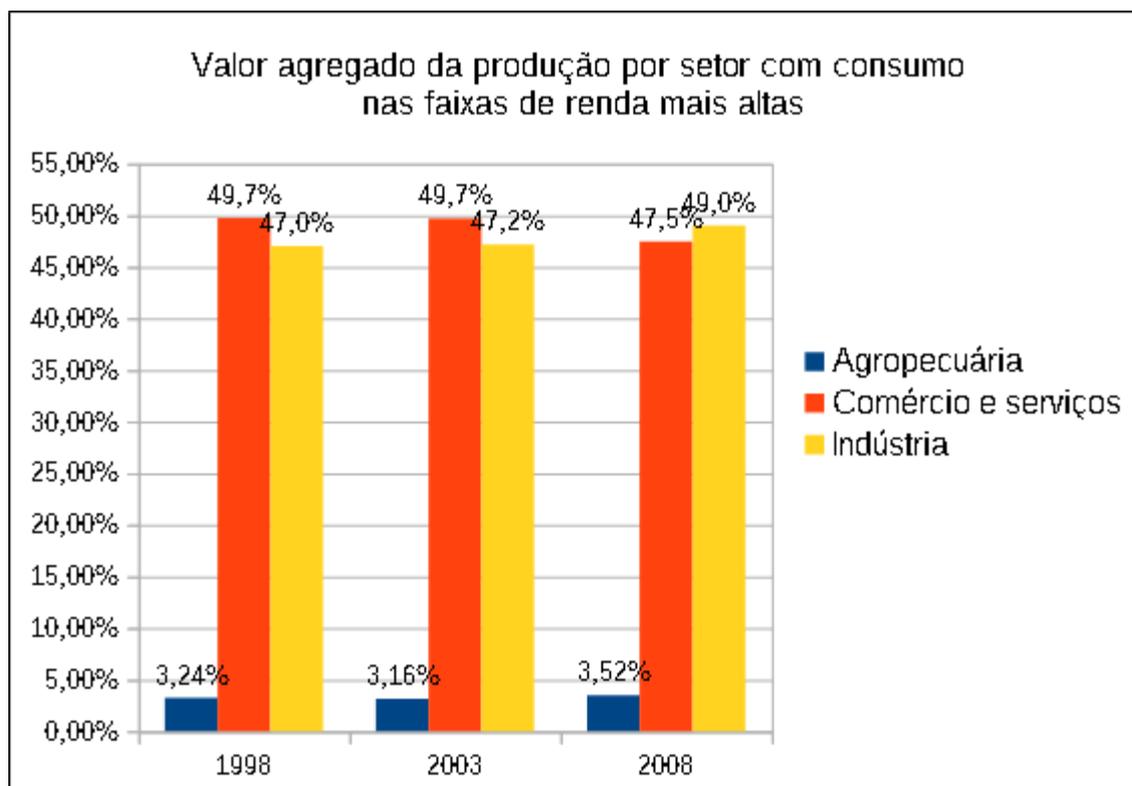


Gráfico IX – Valor agregado da produção por setor econômico com consumo nas faixas de renda mais altas(atividades classificadas).

Ao longo do decênio, podemos observar como os setores da indústria e do comércio e serviços possuem participação similar e considerável, representando somados quase a totalidade do valor agregado da produção destinada ao consumo das faixas de renda mais altas das famílias mexicanas. Não obstante, no período analisado não é possível identificar grandes alterações no seu grau de participação, impossibilitando retirar desses dados especificamente conclusões sobre a o ganho ou a perda de importância deles na estruturação da acumulação mexicana. O que é possível indicar é uma responsabilidade grande e conjunta dos setores secundário e terciário na produção de valor agregado relacionada ao consumo das faixas de maior poder aquisitivo da população.

### 3.2.2 – *Ocupação segundo faixas de renda consumidoras*

Adicionalmente ao fator capital, temos o fator de produção trabalho como um importante indicador de que tipo e setores de atividades econômicas são mais importantes na dinâmica de acumulação de determinada estrutura. Nas Tabelas 7,8 e 9, temos as proporções de trabalhadores ocupados na produção de bens e serviços destinados às faixas altas e baixas de renda das famílias em relação ao total de trabalhadores ocupados em unidades econômicas privadas, tanto em seu conjunto quanto separados por setores econômicos. Excluiu-se nelas o setor agropecuário, devido às distorções nas proporções que causaria incluir o setor inteiro – contabilizando todas as atividades econômicas envolvidas, enquanto os setores industrial e terciário possuem muitas atividades que

não puderam ser classificadas.

1998 -Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Comércio e serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	23,19%	14,07%	37,26%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	12,32%	7,04%	19,36%

Tabela 7 :1998 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda,sobre total de trabalhadores nas unidades econômicas,excluindo-se setor agropecuário Fontes: INEGI. Censos Econômicos 1999 e Encuesta Nacional de Ocupacion y Empleo

2003 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	21,95%	14,60%	36,55%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	10,18%	6,70%	16,87%

Tabela 8 : 2003 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda, sobre total de trabalhadores nas unidades econômicas, excluindo-se setor agropecuário Fontes: INEGI. Censos Econômicos 1999 e Encuesta Nacional de Ocupacion y Empleo

2008 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	22,72%	12,39%	35,11%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	10,58%	5,75%	16,33%

Tabela 9 : 2008 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda, sobre total de trabalhadores nas unidades econômicas, excluindo-se setor agropecuário Fontes: INEGI. Censos Econômicos 1999 e Encuesta Nacional de Ocupacion y Empleo

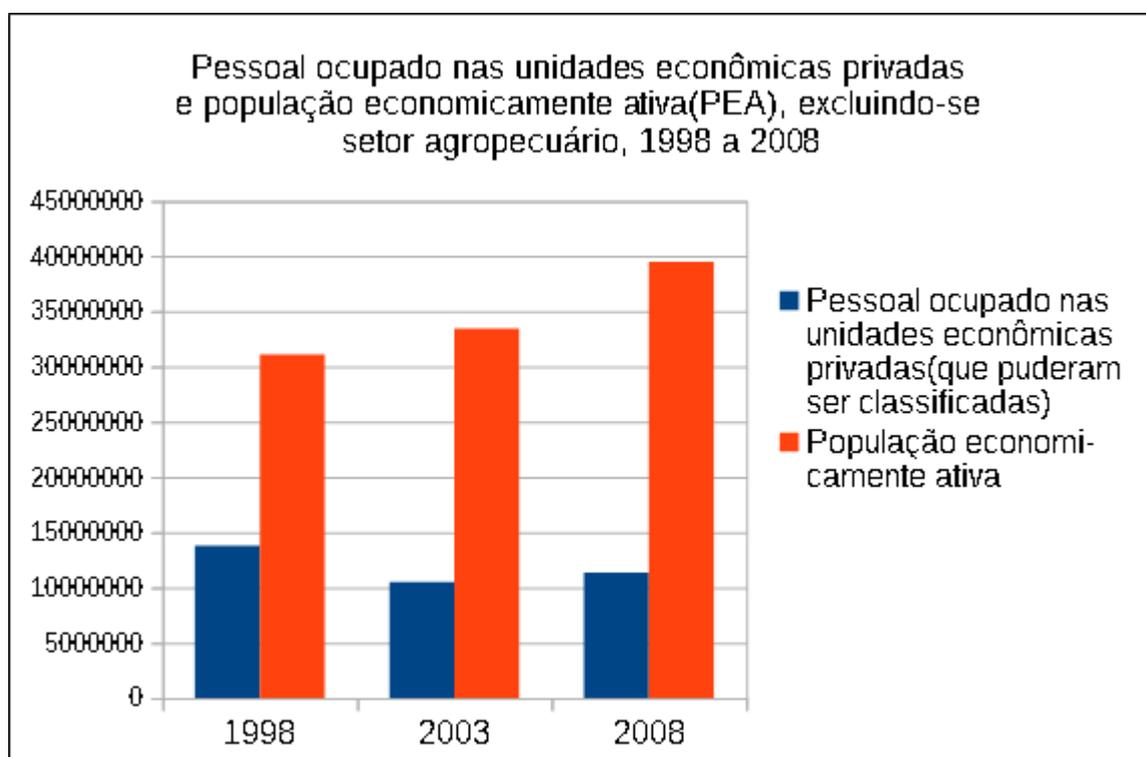
Alguns aspectos podem ser destacados quanto à ocupação nas atividades econômicas:

- (1) Em todo o período analisado, há uma proporção significativamente maior de trabalhadores nas atividades produtivas relacionadas ao consumo das faixas de renda mais altas em relação

àquelas mais baixas – quase o dobro em 1998 e mais que isso em 2003 e 2008, indicando mais uma vez a importância econômica dessa fração da produção de bens e serviços, agora referente aos níveis ocupacionais;

- (2) Os níveis de ocupação na indústria e no setor terciário permanecem constantes ao longo do período e favoráveis a este último. Assim, embora na produção de valor agregado relacionada ao consumo das faixas de renda mais altas estes setores apresentem contribuição similar para a economia, o setor de comércio e serviços tem maior importância que a indústria para a geração de empregos;
- (3) Também aqui, nota-se a proporção considerável dos níveis de ocupação cujas de atividades produtivas não puderam ser classificadas, de maneira que é possível supor a importância que também tem em certa medida ramos de produção intermediários e de insumos para a geração de empregos no país

Um aspecto adicional importante dos dados observados é que eles também não consideram a proporção da população desempregada e no mercado de trabalho informal<sup>7</sup>. Nas estatísticas, são levantados apenas os níveis ocupacionais das unidades econômicas privadas. Se fizermos uma comparação entre estes e o montante da população economicamente ativa(PEA) nesses anos veremos a diferença entre eles, indicativa da grande parcela da população excluída do trabalho formal.



<sup>7</sup> Os dados também não consideram o pessoal ocupado no setor público Assim, dão indicativos importantes do nível de formalização do trabalho na economia, mas não conclusivos quanto a isso.

Como veremos, as elevadas proporções da população mexicana na informalidade laboral, diante do peso na acumulação de capital e dos níveis salariais da estrutura econômica aqui apresentados, trazem sugestões importantes sobre o padrão de acumulação predominante no caso mexicano, indicativos da exclusão por que passa essa grande fração da classe trabalhadora dos padrões de consumo e dos ganhos de acumulação da economia desse país.

### ***3.3 – Remunerações e faixas de renda e de consumo dos trabalhadores***

A investigação sobre a separação das esferas de circulação na economia mexicana envolve, finalmente, a observação de como se comportam, dentro das próprias atividades e partes da produção destinadas ao consumo das faixas de renda mais elevadas e mais baixas da população, os níveis de remuneração dos trabalhadores. Como já foi colocado, esse é um indicativo da necessidade parcial, no caso das atividades voltadas às faixas de maior renda, dos segmentos ou atividades orientarem sua produção para padrões de consumo que interferem diretamente no lucro individual de seus capitais, pois compõem o próprio capital variável envolvido em sua produção individual de valor. Por outro lado, os níveis de remuneração na produção para faixas mais baixas são um indicativo do grau de exploração do trabalho nelas e da existência da superexploração do trabalho de forma geral, em virtude de sofrerem as perdas de valor que possuem no intercâmbio com os segmentos produtivos de bens destinados às frações de maior poder aquisitivo, dando a estes últimos a possibilidade de aferirem mais-valia extraordinária que os primeiros têm apenas de forma reduzida.

As médias das remunerações trimestrais dos trabalhadores nas atividades econômicas, de acordo com as faixas de renda nas quais se concentra o consumo de seus bens e serviços está disposta nas tabelas 10, 11 e 12<sup>8</sup>. A média de remunerações na produção com consumo nas faixas mais altas de renda é maior que aquela de consumo nas mais baixas, como poderia se imaginar. Além disso, vale observar que as médias de remuneração no setor industrial é maior em todos os casos que no setor de comércio e serviços, um indicativo relevante quando se lembra que este último tem uma participação consideravelmente maior que o primeiro na absorção da força de trabalho.

---

8 As remunerações médias foram calculadas: 1) dividindo-se as remunerações totais das atividades econômicas pelo número de trabalhadores; 2) em seguida, a obtenção das fração realmente correspondente ao consumo individual dos trabalhadores requisitava ponderar as remunerações com as divisões proporcionais aproximadas de renda que ocorrem no interior das famílias. Assim multiplicou-se os valores encontrados pela fórmula  $y/n$ , em que  $n$  é a quantidade média de membros das famílias mexicanas em cada um dos anos estudados e  $y$  é a quantidade média de pessoas por família que recebem alguma remuneração ou outro tipo de valor monetário de forma fixa nas residências. Os resultados levam a medidas mais próximas da parte das remunerações que fica para o consumo individual dos trabalhadores remunerados nas atividades econômicas.

1998- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e serviços	Indústria	Média das atividades
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	2845	4572	3497
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	1754	4122	2615

Tabela 10: 1998 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador de acordo com consumo por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 1999.

2003*- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e serviços	Indústria	Média das atividades
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	7381	9886	8382
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	6442	9695	7733

Tabela 11: 2003 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador de acordo com consumo por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 2004.

\*A operação com as proporções do número de pessoas na família e do número de integrantes que recebem algum tipo de renda é feita com os dados de 2004(não há dados do INEGI para o ano de 2003)

2008- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e serviços	Indústria	Média das atividades
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	10352	15126	12037
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	8636	13867	10478

Tabela 12:2008 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador de acordo com consumo por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 2009

Para que tenhamos um indicativo mais próximo da faixa de renda e consumo em que se encontram os grupos de trabalhadores separados pelo mercado consumidor prioritário da produção da qual fazem parte, a remuneração média de cada uma das categorias pode ser comparada com os níveis médios das faixas de renda em cada um dos anos pesquisados. As rendas médias per capita das faixas da população, dividida em decis, está disposta a seguir:

Tabela  
1998 –  
2008:  
Renda

<b>Renda corrente média trimestral per capita em decis de pessoas, 1998 a 2008</b>							
Preços correntes							
Decis de pessoas	1998	2000	2002	2004	2005	2006	2008
<b>Média do total</b>	3400	5033	<b>5 629</b>	<b>6 308</b>	<b>6 951</b>	<b>7 724</b>	<b>8 156</b>
I	484	677	796	860	991	1 579	1 127
II	856	1213	1 483	1 653	1 833	2 622	2 164
III	1184	1738	2 077	2 399	2 594	3 121	3 017
IV	1555	2281	2 712	3 048	3 308	4 054	3 886
V	1937	2841	3 398	3 724	4 053	4 744	4 840
VI	2405	3550	4 142	4 546	5 053	5 632	5 983
VII	3020	4499	5 151	5 753	6 399	7 299	7 600
VIII	3888	5601	6 686	7 257	8 163	9 132	9 606
IX	5486	8257	9 256	10 391	11 122	12 125	13 342
X	13188	19674	20 594	23 448	25 994	26 929	29 994

13:

corrente média trimestral *per capita* em decis de pessoas. Fonte: INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares

Os números da renda *per capita* média da população mexicana, da mesma forma que a renda média das famílias, apresentada anteriormente, evidencia a grande desigualdade de renda nesse país. A título de exemplo, no ano de 1998, a renda média do decil de maior renda da população foi aproximadamente 33 vezes maior que a da faixa de renda mais baixa. Em 2008, essa proporção foi de 26 vezes, mantendo a disparidade em níveis alarmantes.

Utilizando comparativamente os dados sobre renda média e sobre as remunerações dos trabalhadores por grupo de atividade econômica, de acordo com faixas consumidoras, vemos que as faixas de renda a que pertencem em média o pessoal ocupado nas unidades econômicas privadas demonstram uma tendência provocativa: pelos resultados encontrados (tabelas 14, 15 e 16) esses grupos estão, na maioria dos casos, entre aqueles que possuem remuneração *per capita* média localizada nas faixas relativamente mais elevadas de renda entre aquelas identificadas na população mexicana.

1998 - Faixas de renda(decis) em que se encontra o pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	e Indústria	Média do total
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil VI/ Decil VII	Decil VIII/Decil IX	Decil VII/Decil VIII
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil IV/Decil V	Decil VIII/ Decil IX	Decil VI/Decil VII

Tabela 14: 1998 – Faixas de renda(decis) do pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 1999

2003 - Faixas de renda(decis) em que se encontra o pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>Indústria</b>	<b>Média do total</b>
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil VIII/Decil IX	Decil VIII/Decil IX	Decil VIII/Decil IX
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil VII/Decil VIII	Decil VIII/Decil IX	Decil VIII/Decil IX

Tabela 15: 2003 – Faixas de renda(decis) do pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2004.

2008 - Faixas de renda(decis) em que se encontra o pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>Indústria</b>	<b>Média do total</b>
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil VIII/Decil IX	Decil IX/Decil X	Decil VIII/Decil IX
Pessoal ocupado na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil VII/Decil VIII	Decil IX/Decil X	Decil VIII/Decil IX

Tabela 16: 2008 – Faixas de renda(decis) do pessoal ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2009.

Não obstante, tais dados devem ser analisados com cuidado, sob o risco de se ignorar algumas importantes limitações de modo a superdimensioná-los. As remunerações medidas na análise das unidades econômicas, como vimos, não fazem a distinção das disparidades de remunerações dentro de uma mesma categoria de faixa de renda para a qual determinadas atividades econômicas são direcionadas. Assim, a título de exemplo, um funcionário de criação de tecnologias digitais que envolve um alto nível de qualificação tecnológico e um trabalhador de uma linha de montagem de automóveis, mesmo que tenham salários muito diferentes, estão, ambos, classificados como participantes da produção voltada ao consumo das faixas de renda de maior poder aquisitivo. Da mesma forma, não há uma distinção dos diferentes tipos de trabalho e níveis salariais dentro de cada atividade econômica. Um alto funcionário de uma empresa de comunicações e um assistente técnico dessa empresa são considerados da mesma forma e contam para a obtenção da média per capita indistintamente.

No intuito de responder parcialmente a essas limitações, podemos ponderar os níveis de remuneração do funcionários empregados nas unidades econômicas pela proporção de trabalhadores e seus salários diretamente envolvidos na produção, excluindo-se diretores, gerentes, funcionários administrativos, contábeis, entre outros cargos. Dessa forma, teremos um nível aproximado dos salários dos trabalhadores que, costumeiramente, compõem a maioria das vagas de emprego na indústria, no comércio e nos serviços e recebem salários menores em relação aos funcionários de

escalão mais alto das empresas(tabelas 17, 18 e 19)<sup>9</sup> e as faixas de renda em que se encaixam essas remunerações(tabelas 20, 21 e 22)

1998- Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	Indústria	Média do total
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	2096	3369	2577
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	1292	3038	1927

Tabela 17: 1998 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Censos Econômicos 1999.

2003- Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	Indústria	Média do total
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	4600	6162	5224
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	4015	6043	4820

Tabela 18: 2003 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Censos Econômicos 2004.

2008- Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	Indústria	Média do total
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	6763	9882	7864
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	5642	9060	6846

Tabela 19: 2008 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador diretamente ocupado na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI. Censos Econômicos 2009.

9 A operação foi feita com as médias em cada um dos anos de trabalhadores ocupados diretamente na produção em relação ao total de trabalhadores e dos salários desses trabalhadores em relação às remunerações totais. Esses dois valores foram multiplicados pelo total de trabalhadores e pelo total de remunerações, respectivamente, de cada uma das categorias em cada um dos anos pesquisados. Após isso, dividiu-se o novo montante de remunerações pelo novo montante de trabalhadores, chegando aos resultados referidos nas tabelas.

1998 - Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>e Indústria</b>	<b>Média do total</b>
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil V/Decil VI	Decil VII/Decil VIII	Decil VI/Decil VII
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil III/Decil IV	Decil VII/Decil VIII	Decil IV/Decil V

Tabela 20: 1998 - Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI.Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 1999.

2003- Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>e Indústria</b>	<b>Média do total</b>
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil VI/Decil VII	Decil VII/Decil VIII	Decil VI/Decil VII
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil V/Decil VI	Decil VII/Decil VIII	Decil VI/ Decil VII

Tabela 21: 2003- Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras Fonte: Dados agregados de INEGI.Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2004.

2008 - Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>e Indústria</b>	<b>Média do total</b>
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas altas de renda	Decil VI/Decil VII	Decil VIII/ Decil IX	Decil VII/Decil VIII
Trabalhadores ocupados na produção com consumo nas faixas baixas de renda	Decil V/Decil VI	Decil VII/Decil VIII	Decil VI/ Decil VII

Tabela 22: 2008- Faixas de renda(decis) dos trabalhadores diretamente ocupados na produção dividida por faixas de renda consumidoras. Fonte: Dados agregados de INEGI.Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2009.

Os novos resultados sugerem algumas características que merecem ser destacadas:

- (1) os trabalhadores ocupados da produção com consumo nas maiores faixas de renda possuem em média salários localizados na metade mais alta das faixas de renda;
- (2) Entretanto, esse acesso a rendas maiores tem suas limitações: em nenhum dos anos sua média salarial compõe as duas maiores faixas de renda das famílias mexicanas. Por outro lado, em dois dos três anos do decênio pesquisado (1998 e 2003) seus salários localizam-se na faixa de renda limítrofe às que compõem a metade mais baixa das faixas de renda *per capita*, indicando, por um lado, uma leve melhora nesse quesito para 2008

e, por outro, a posição mediana que de forma geral tendem a apresentar, em média, na escala de renda dos mexicanos;

- (3) Na produção voltada às faixas de renda mais baixas, também há uma tendência à posição mediana entre os salários médios dos trabalhadores, com o posicionamento entre as frações mais baixas em 1998 e uma elevação nos anos seguintes;
- (4) Em todos os anos, a produção industrial voltada às faixas de rendas mais altas oferece os melhores salários, seguida, respectivamente, pela indústria voltada às menores faixas, pelos segmentos do comércio e serviços voltadas às maiores e finalmente pela parte da produção deste setor voltada às menores faixas. Na indústria, a média salarial está em todos os casos na metade mais alta das faixas de renda, enquanto no setor terciário voltado às camadas de renda mais baixas os salários permanecem em todos os casos na metade das menores frações de renda da população mexicana.

De forma geral, os dados sugerem que a posição salarial média dos trabalhadores mexicanos formalizados, remunerados pelas unidades econômicas privadas, encontrou-se ao longo dos anos em questão em nível médio da escala de renda do México. Poucos tiveram salários localizados entre as faixas mais altas, e ainda menos entre aquelas mais baixas. Mais uma vez, vale lembrar as divergências entre ramos de produção e atividades econômicas passíveis de existirem, mesmo com a dedução dos trabalhadores de mais alto escalão. Não obstante, os resultados encontrados sugerem alguns aspectos que, quando analisados em perspectiva com questões centrais e históricas da estrutura de emprego e renda do México, podem indicar como se comporta o padrão de acumulação do capitalismo dependente em relação à localização das formas preponderantes de superexploração do trabalho nesse país. A elevada parcela do trabalho informal sugere uma relevante responsabilidade, nesse sentido, na formação das amplas camadas da população excluídas das esferas de consumo e sujeitas à superexploração, com acesso limitado à obtenção de bens necessários à reprodução de sua própria força de trabalho. Por outro lado, a própria constatação das faixas de renda medianas em que estão inclusas as remunerações *médias* dos trabalhadores, tendo em vista a dimensão da desigualdade econômica há muito reconhecida nesse país, é um indicativo de uma discrepância salarial que coloca boa parte dos trabalhadores, mesmo formalizados, entre as frações da população com os menores salários..

### ***3.3 – Produção, ocupação e remunerações por esferas de consumo: principais aspectos***

A investigação realizada incluiu uma variedade de dimensões da estrutura econômica mexicana. Os resultados encontrados, ainda que tenham algumas limitações, permitem interpretar importantes características do padrão de acumulação do México no período estudado, condizente com as

mudanças históricas por que passou este país nas últimas décadas. Lista-se a seguir os principais aspectos neles encontrados.

- 1) Em todo o período, a produção de bens e serviços voltada ao consumo das faixas de renda mais elevadas da população prevalece na formação de valor agregado em relação à sua contraparte ligada ao consumo das faixas de menor poder aquisitivo das famílias mexicanas, de modo a constituir uma estrutura produtiva na qual a fração mais determinante das atividades econômicas é sustentada e alimentada por um perfil de consumo minoritário na população;
- 2) Os setores industrial e de comércio e serviços concentram juntos quase a totalidade da produção de bens e serviços destinados ao consumo das faixas mais altas de renda e apresentam participação similar entre si. Entre 1998 e 2008 não se observam grandes alterações nas proporções de sua participação econômica, mas uma responsabilidade em igual tamanho na conformação do conjunto de atividades econômicas prioritário para a economia;
- 3) A distribuição do fator trabalho por atividades econômicas de acordo com faixas de consumo prioritárias também tem preponderância da produção ligada às faixas de maior poder aquisitivo, reforçando sua importância na caracterização das relações de produção no México. Não obstante, há uma diferença considerável entre os setores de comércio e serviços, por um lado, e a indústria, por outro, nesse quesito, com o primeiro apresentando a participação maior que o setor secundário nos níveis de ocupação (e menor nos níveis salariais) da economia, tanto na produção voltada às faixas mais altas quanto naquelas direcionadas às mais baixas de renda;
- 4) A relativamente reduzida proporção de trabalhadores ocupados nas unidades econômicas privadas do mercado formalizado em relação à população economicamente ativa sugere o grande peso que possui o trabalho informal na ocupação da força de trabalho e nos níveis de renda da população, condizente com a formação histórica da classe trabalhadora e das grandes cidades nesse país, de maneira a se constituir aspecto central para a definição das relações de trabalho e de produção da economia;
- 5) A remuneração média *per capita* do pessoal ocupado nas unidades econômicas privadas de 1998 a 2008 o classifica como pertencente, em média, às faixas mediana de renda da população, e portanto como potenciais consumidores de parte dos bens e serviços para os quais contribuem na produção. Entretanto, a análise *per capita* deve ser considerada com cuidado, pois pode ocultar – e mesmo ser um indício, considerando-se a determinante desigualdade de renda reconhecidamente existente no México – de uma elevada

desigualdade nas remunerações entre atividades econômicas e no interior de um mesmo ramo de atividade. Por outro lado, essa configuração reforça o importante papel que o setor informal da economia sugestivamente possui na manutenção de baixos e desiguais níveis de renda para a população mexicana

## CAPÍTULO IV

### México Pós-NAFTA: Superexploração e Acumulação Excludente

A conformação atual da estrutura econômica e social mexicana não é uma experiência isolada, tampouco idêntica a outros casos de nações dependentes e periféricas. Por isso, a apresentação feita nos capítulos anteriores de determinantes históricos e teóricos desse processo é especialmente importante: por um lado, contribui na identificação de aspectos comuns e generalizáveis às economias dependentes pela própria natureza de como se manifestam as relações de produção capitalistas nas periferias da economia mundial; por outro, tendo em vista a variedade de níveis e formas particulares de inserção dos países dependentes na produção material a nível global, investiga como se manifestam no caso mexicano tais tendências.

O instrumental teórico e histórico fornece as ferramentas necessárias à análise empírica. No último capítulo, foram apresentados e descritos os principais resultados da investigação dos extratos sociais para os quais se orienta tipicamente, no México pós-NAFTA, a produção de bens e serviços, a absorção da força de trabalho e o nível de remuneração dela nos diferentes segmentos. No presente capítulo, serão feitas algumas interpretações sobre essa série de resultados à luz dos apontamentos teóricos da dependência e do desenvolvimento histórico das forças de produção no caso mexicano.

Na primeira sessão, são apresentados alguns fatos recentes relacionados ao fenômeno da superexploração do trabalho<sup>10</sup> no México, que indicam sua continuidade com as mudanças proporcionadas pela abertura econômica e financeira do país e a adoção da cartilha neoliberal como modelo de política econômica. Na segunda sessão, é feita uma análise da acumulação de capital mexicana considerando as esferas de consumo para as quais é prioritariamente direcionada, à luz das implicações históricas do NAFTA para o México e dos desdobramentos previstos pelo padrão de acumulação consolidado nesse processo. A terceira sessão analisa a questão ocupacional da economia no que se refere a sua contribuição para a manutenção desse padrão de acumulação. Na quarta sessão, é feito o mesmo em relação aos níveis de remuneração da classe trabalhadora implicada na produção de bens e serviços para as esferas alta e baixa de consumo da economia, relacionando os dados encontrados com as questões da informalidade da força de trabalho e da desigualdade de renda, ambas indispensáveis para o entendimento mais preciso de uma economia como a mexicana. Na quinta e última sessão, resume-se as interpretações feitas durante o capítulo dando a elas uma perspectiva de totalidade sugestiva da forma como se comporta, no México neoliberal, um padrão de acumulação que, a partir de uma nova forma de inserção na economia

---

10 Entendida sempre rigorosamente como o conceito descrito no capítulo I, ou seja, a *remuneração da força de trabalho abaixo do valor necessário a sua reprodução*

mundial, segue caracterizado pela dependência econômica, tecnológica e sociocultural e pela estagnação das condições de vida de amplas partes da população.

#### **4.1 – Superexploração do trabalho no México pós-NAFTA**

Como vimos até aqui, a experiência neoliberal mexicana têm sido um dos mais evidentes fracassos na América Latina para aqueles que propagandeavam, desde a ascensão desse ideário político-econômico, a prometida reviravolta no crescimento da renda e na melhoria das condições de vida da população. O fato é que se testemunhou, desde 1994 com a implementação do NAFTA, um agravamento da pobreza, a queda dos salários mínimos reais e o aprofundamento de questões sociais dramáticas como a migração e o narcotráfico. Basta dizer, apenas para reafirmar essa observação, que, de 1994 a 2014, o México foi o único entre os grandes países da América Latina a testemunhar uma elevação no nível de pobreza da população (Fiori, 2014, s/p/).

Ligada diretamente à problemática da superexploração do trabalho, a questão salarial mexicana também mostra os impactos que esse novo acordo, com o objetivo de elevar a acumulação de capital entre os países signatários, teve sobre suas classes trabalhadoras.

Também no México, o NAFTA produziu sensível redução de empregos, lançou à pobreza cerca de 8 milhões de pessoas pertencentes à classe média, eliminou mais de 28 mil pequenas empresas, que não podiam competir com as multinacionais, e forçou milhões de mexicanos a aceitarem salários menores do que o mínimo nacional de US\$ 3,40 por dia. O custo de vida experimentou aumento de 274%, enquanto os salários diminuía 30%. Os trabalhadores, tanto dos Estados Unidos como do México, passaram a sofrer violações nos seus direitos trabalhistas. O Canadá igualmente perdeu boa parte de seu setor manufatureiro, e as desigualdades agravaram-se, ameaçando seus programas sociais e de proteção do meio ambiente.

(Aguilar, 2006, s/p/)

A redução salarial – ou, como Marini coloca, do fundo de consumo dos trabalhadores – é a mais extrema e explícita forma de elevar o grau de superexploração do trabalho. Isto porque, além dela, também é possível recorrer à elevação da intensidade do trabalho e da extensão da jornada do trabalho por meio de medidas como a flexibilização e a violação de direitos trabalhistas, por exemplo. Por outro lado, ela pode existir mesmo quando há aumentos salariais desde que estes não acompanhem o aumento no valor da força de trabalho. Ainda assim, o México testemunhou esse mecanismo de elevação dos níveis de exploração do trabalho. Como coloca Martins,

O caso mexicano indica as dificuldades do padrão neoliberal em evitar que a superexploração assumia suas formas mais agudas de deterioração salarial. [Após 1995], os níveis salariais não recuperam os patamares de 1980, quando atingem o índice de 113,4, ponto mais alto da série. Entre 1996 e 2001, situam-se até 1999, próximos a 90, e se elevam até alcançar 104,1 em 2001. Mas a crise econômica que se abate sobre o país deve limitar esse ascenso. A visualização da profundidade da superexploração se reforça no caso mexicano em função da elevação do valor de sua força de trabalho de 4

para 7,2 anos de escolaridade, um incremento de 80% entre 1980 e 2001.  
(Martins, 2011, pp. 336 e 337)

Ou seja, segundo as estatísticas indicam, houve, no caso mexicano dos anos posteriores ao NAFTA, *concomitantemente*, uma redução dos níveis salariais e um aumento do valor da força de trabalho, com a elevação do grau de escolaridade da população. Isso não impediu, entretanto, a aprovação de reformas que flexibilizaram direitos e garantias da classe trabalhadora: em 1997 foi implementada uma reforma da previdência e em 2012, o governo de Felipe Calderón aprovou uma reforma trabalhista que atinge diversos direitos no intento de baratear a força de trabalho.

Tal panorama do neoliberalismo mexicano, exposto em alguns de seus aspectos centrais aqui e no Capítulo II, não deixa dúvidas quanto ao impacto negativo que as políticas de abertura comercial e financeira, juntamente com o conjunto de políticas recomendados pela cartilha neoliberal, tiveram nas condições de vida da maioria da classe trabalhadora. Os indicadores evidenciam a ampliação da superexploração do trabalho com a redução dos salários como características centrais da acumulação mexicana nos anos posteriores ao NAFTA. Nesse sentido, a análise do padrão de acumulação mexicano, de suas esferas de consumo e de seus determinantes na produção ocupação e nas remunerações, necessariamente deve levar em conta os desdobramentos aqui observados nos níveis de renda da classe trabalhadora, para deles retirar as conclusões adequadas sobre o funcionamento de uma economia dependente que, de fato, agravou situações estruturais ao confiar em um modelo de desenvolvimento excludente para a maioria da população.

#### ***4.2 – Acumulação na esfera alta de consumo e para o mercado externo***

A *dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini lembra que uma condição histórica importante para o estabelecimento da superexploração do trabalho como forma hegemônica da extração de mais-valia é a separação das esferas alta e baixa de consumo nas economias dependentes. Recapitulando, Marini observa na industrialização das economias latino-americanas o direcionamento da produção para bens e serviços cuja realização ocorre prioritariamente pelo consumo das classe dominantes e de camadas médias cuja renda também provém da extração de mais-valia. A concentração do consumo nessas faixas populacionais, faz com que a acumulação com essas características não necessite de uma elevação do fundo de consumo da classe trabalhadora em geral ou de um barateamento dos bens necessários à reprodução da força de trabalho para se sustentar. Pelo contrário, é preciso que a taxa de mais-valia se eleve numa proporção significativa e capaz de garantir o consumo dos bens “suntuários” para que a acumulação não entre em estagnação. O bode expiatório desse sistema é o mercado externo e a promoção de exportações, que permite escoar a parte da produção incapaz de ser absorvida pela limitada

demanda interna.

Da mesma forma, a leitura de Celso Furtado percebe nos padrões de consumo das elites dominantes e classes médias latino-americanas um elemento crucial do subdesenvolvimento da região. Esse padrão de consumo “mimetizado” importa processos produtivos que não geram a escassez de trabalho necessária à completa incorporação das classes populares na produção. As consequências são o desemprego, a subocupação e o rebaixamento dos salários. Por outro lado, acumulação capitalista fica sujeita à elevação da desigualdade de renda ou à inserção no mercado internacional para se desenvolver. Esta última, ao agravar a disparidade entre os níveis de ocupação e renda capazes de serem garantidos por esses processos produtivos e as realidades nacionais já marcadas pelos elevados índices de desemprego e subocupação, não resolve o problema, mas o aprofunda.

A história econômica do caso mexicano revela a formação de um padrão de acumulação, desde meados do século XX, que condiz com os apontamentos teóricos de Marini e Furtado. Como vimos, a industrialização mexicana voltada à substituição de importações impulsionada até a década de 1970 beneficiou, de forma geral, os segmentos médios urbanos, que elevaram seu padrão de consumo e passaram a ter acesso à casa própria, eletrodomésticos, automóveis e outros tipos de bens duráveis típicos do estilo de vida propagandeado pela ideologia consumista cujo maior representante é o *american way of life* estadunidense. Enquanto isso, amplos setores da população, em grande parte provenientes das zonas rurais em decadência do país, ocupavam as grandes cidades e se somavam ao já inchado mercado de trabalho. A consequência prática disso foi o aumento da informalidade laboral, caracterizada pelos mais baixos salários e pela ausência de garantias sociais proporcionadas pelo Estado.

À desestruturação do modelo de substituição de importações seguiu-se a crise e a adoção de do modelo neoliberal de desenvolvimento. Este tem como pilares o crescimento econômico sustentado pelos investimentos estrangeiros e pelas exportações. À época inicial de sua adoção, prognosticavam-se profundas mudanças na economia mexicana que levariam ao incremento da produtividade e à geração de emprego e renda. O Estado, visto como uma máquina morosa e ineficiente, saía de cena com a desnacionalização da economia e dava lugar aos mecanismos de mercado – um mercado que, pela geografia e pela história – se concentrava fortemente nos Estados Unidos. A implementação das políticas liberalizantes, que culminaram na assinatura do NAFTA, foi feita sobre uma estrutura econômica já marcada pela profunda desigualdade, pela marginalização das pequenas propriedades rurais (onde se concentrava ainda boa parte da população) e pela exclusão de ampla parcela da população do mercado formal de trabalho. Tal qual conferimos, décadas depois da aplicação da cartilha neoliberal, os resultados são plenamente insatisfatórios. Os

níveis de subocupação e desemprego somados são alarmantes e determinantes nos níveis de renda gerais da população. As empresas maquiladoras fomentadas no período, em grande parte, contribuem na geração de empregos mas pagam salários consideravelmente mais baixos que indústrias similares de outros países. A informalidade do trabalho ainda é uma realidade devastadora e os impactos da abertura comercial no campo levaram à precarização das condições de vida e à migração em larga escala.

A perpetuação de velhos problemas, a despeito das mudanças de rumo da política econômica e da implementação de reformas e acordos de largo alcance, levanta questões sobre a continuidade em nova roupagem das velhas estruturas econômicas excludentes na realidade mexicana. Neste estudo, conduzimos uma investigação que indica, sobretudo, a manutenção dessa estrutura econômica fadada a eternizar o atraso tecnológico e a superexploração do trabalho.

O primeiro passo dessa investigação, seguindo a trajetória de raciocínio das teorias de Marini e Furtado, foi analisar a qualidade das atividades econômicas que conduzem, de forma predominante, a acumulação capitalista no México, relacionando-as com as faixas de consumo da população para as quais são direcionadas. *A realização da parcela predominante da produção pelas parcelas de mais alto poder aquisitivo é um indicativo, nos termos da teoria da dependência, da ausência de mecanismos que pressionem pela ampliação da mais-valia relativa, com o barateamento dos bens de consumo necessários, ou pela redução da taxa de mais-valia por meio da elevação dos salários.* Se optarmos por descrever nos termos estruturalistas de Furtado, *é um indicador da manutenção de uma estrutura de produção e consumo que necessita, para que não caia na estagnação, da elevação da desigualdade econômica, e que não corresponde às necessidades de ocupação e consumo nacionais, dada sua evidente ligação com tipos de consumo alheios à realidade local da grande maioria da população.*

Como observamos (gráficos V a IX), essa é precisamente a configuração da estrutura produtiva mexicana no período 1998-2008. A produção voltada às faixas de renda mais elevadas da população participa na maior parte da produção de valor agregado entre as atividades que podem ser classificadas de acordo com faixas de consumo prioritárias. Ela tem participação entre 47 e 67 por cento a mais que sua contraparte voltada ao consumo das faixas de renda mais baixa.

Para tanto, contribuem igualmente em todo o período os setores de comércio e serviços e industrial. Esta é uma constatação importante: as teses originais de Marini e Furtado, condizentes com o tempo histórico por eles analisado prioritariamente, considera a produção para as esferas altas de consumo – ou para padrões de consumo modernizados – no setor industrial. O fracasso no modelo de desenvolvimento deste setor teria sido o aspecto crucial na exclusão e no aumento da exploração do trabalho de amplos segmentos da classe trabalhadora. A expansão do setor de

serviços, observada nas economias de todo o mundo nas últimas décadas com os avanços informacionais e tecnológicos e com o surgimento de novas modalidades de serviços oriundas das situações criadas pela globalização, haveria de gerar suas repercussões particulares nas economias dependentes. No México, ainda que no recorte temporal estudado não tenha sido possível observar a ascensão deste setor, esse processo parece ter ocorrido de forma a reforçar um padrão de acumulação excludente e fundamentado, uma vez mais, na superexploração do trabalho. Por outro lado, a manutenção da participação da indústria na produção de valor agregado é uma particularidade mexicana não observada em outras economias dependentes, vítimas diretas da desindustrialização que acompanhou suas políticas macroeconômicas ortodoxas e a abertura comercial e financeira à economia mundial. No México, a proximidade com os Estados Unidos e o fenômeno determinante da instalação de maquiladoras no país contribuiu para que a indústria não perdesse participação no produto nacional, ainda que decerto tenha perdido importância na produção de valor agregado comparativamente à produção global baseada em níveis bem mais elevados de investimento em inovações e novas tecnologias.

Um aspecto que precisa ser reforçado em relação à produção dos segmentos com consumo concentrado nas faixas de renda mais alta, mas que tem importância crucial para nossa análise, é o elevado volume dessa produção que é voltado não ao mercado interno, mas às exportações. Consequência direta do NAFTA, as manufaturas vem sendo ao longo dos anos o principal setor de exportação mexicano, ultrapassando o importante setor petrolífero. Entre os principais produtos exportados em 2013, por exemplo, estão os equipamentos de transporte, com mais de 108 bilhões de dólares exportados, os equipamentos de computação, comunicação, medição e outros componentes e acessórios eletrônicos, com exportações em cerca de 66 bilhões de dólares, e, em terceiro lugar, as exportações de petróleo e gás, em cerca de 43 bilhões (INEGI, 2017). Os dois primeiros segmentos, ainda que destinando boa parte de sua produção ao mercado externo, tem a demanda interna concentrada, preferencialmente, entre as frações de maior poder aquisitivo da população, indicando a relação existente entre estas duas destinações da produção manufatureira do país.

Novamente, a trajetória histórica mexicana retrata as previsões de Marini e Furtado sobre as tendências de inserção das economias dependentes na economia mundial. Mais do que outros países, o México optou pela adoção de um modelo de crescimento voltado às exportações em que boa parte da produção manufatureira é realizada em plantas industriais de corporações multinacionais. Nelas se realiza a montagem de produtos e equipamentos direcionados ao mercado externo, compondo um processo produtivo que conta com etapas da produção realocadas globalmente, mas que concentra a pesquisa e a inovação nos centros de capitalismo avançado –

nesse caso, os EUA cumprem um papel ainda mais central. É o que Furtado denomina “exportação de mão de obra”, característica da “nova” etapa de inserção mundial das economias periféricas.

Tal qual na produção voltada para as esferas mais altas de consumo, a produção voltada às exportações não depende da elevação da taxa de mais-valia relativa da economia local para sua própria realização, mas apenas, em boa parte, de seu aumento nas economias para as quais suas mercadorias são destinadas. É um tipo de acumulação, dessa forma, que também pode se sustentar com elevados níveis de exploração do trabalho no conjunto da economia e, na medida em que garantam a objetivação do trabalho vivo em seus processos produtivos, também na produção dos capitais individuais. A acumulação voltada às exportações pode ocorrer concomitantemente à existência de um parco mercado interno, a baixos salários e a níveis elevados de desigualdade. Por outro lado, faz parte de um processo de reordenação da divisão internacional do trabalho, em que plantas produtivas são realocizadas e as economias dependentes se veem inseridas internacionalmente com a utilização de processos produtivos sobre os quais não tem domínio dos fundamentos tecnológicos. Estes, de fato, respondem às demandas de acumulação das corporações e nações de capitalismo avançado, intensificando o divórcio entre os processos produtivos utilizados nas periferias do mundo e suas necessidades reais de absorção do trabalho e de elevação da renda.

### ***3.4.3 - O trabalho de acordo com as esferas de consumo: níveis ocupacionais, informalidade e exclusão***

A existência de uma estrutura salarial que conta com salários a níveis abaixo do mínimo para a subsistência de grande parte da população depende, nas economias industriais, da formação de um amplo exército industrial de reserva, que pressiona para baixos os preços da força de trabalho e para cima a taxa de lucro dos capitalistas. A inserção internacional das economias dependentes, subordinadas tecnologicamente aos países de capitalismo avançado, leva, como vimos, à incorporação de tecnologias voltadas à satisfação da esfera de consumo das elites locais e segmentos médios que possibilitam a formação desse “exército” de trabalhadores. Furtado entende isso como uma característica central e determinante do subdesenvolvimento periférico. Como descreve Plínio de Arruda Sampaio Jr., sobre o pensamento do autor:

A fratura entre desenvolvimento das forças produtivas e socialização dos frutos do progresso resulta da presença de um processo de acumulação de capital que, por valer-se de uma "tecnologia inadequada", não gera escassez relativa de trabalho e, por isso, não é capaz de absorver o excedente de mão de obra marginalizado do mercado de trabalho. A inadequação tecnológica está indissolúvelmente associada à opção por um padrão de incorporação de progresso técnico baseado na modernização dos estilos de vida das

economias centrais.  
(Sampaio Jr, 1999, pp. 202 e 203)

Há aí uma divergência com Marini. Para este, a raiz da superexploração não se encontra na pressão sobre os preços da força de trabalho, mas nas perdas de mais-valia de setores atrasados das burguesias das nações e regiões dependentes, compensadas pelo aumento da exploração do trabalho, processo cuja condição é a existência de uma esfera de consumo de não produtores capaz de garantir a realização da produção capitalista. De toda forma, ambos consideram que, sem a existência de um robusto exército industrial de reserva, a extração do excedente se vê prejudicada, bem como que a incorporação de tecnologias e processos produtivos estrangeiros sem o domínio de seus fundamentos técnicos e tecnológicos, *numa economia marcada pela acumulação sustentada na superexploração do trabalho*, pode apenas contribuir no aprofundamento da superexploração e da dependência. Mesmo em Marini, portanto, ainda que os preços da força de trabalho não deem conta da profundidade do problema, a esfera alta de consumo só pode se sustentar com uma ampla fração da classe trabalhadora disponível para ter sua força de trabalho superexplorada.

Mencionemos aqui, mais uma vez, o fracasso da industrialização mexicana em incorporar em seus processos produtivos a totalidade da força de trabalho. Ao longo de todo o período de substituição de importações, a criação de postos de trabalho da economia industrial não conseguiu acompanhar o crescimento populacional e o inchaço das cidades. Assim, a maior parte da população, esperançosa da melhoria das suas condições de vida nas cidades, foi levada à informalidade e à subocupação, sob condições de trabalho precarizadas e mal remuneradas e alimentando, dessa forma, um exército industrial de reserva de grandes proporções.

A virada neoliberal da política econômica alimentou essa situação e fortaleceu a exclusão de ampla faixa de trabalhadores dos frutos da acumulação. Vimos como os níveis de informalidade se mantiveram altos nas últimas décadas. As indústrias maquiladoras, ainda que tenham se tornado importantes na geração de empregos em relação aos outros segmentos da economia, o fizeram de forma concentrada regionalmente e foram de fato incapazes de minimizar o problema. Uma grande quantidade de trabalhadores industriais perdeu seus postos de trabalho com a abertura à concorrência externa e a desnacionalização da economia e a competição nas zonas rurais com produtos agropecuários subsidiados dos EUA arrasou o nível de renda e elevou a desocupação no campo. A alta proporção de empregos gerados pelo setor de comércio e serviços também foi incapaz de absorver força de trabalho em crescimento.

Os resultados dos níveis de ocupação na produção de acordo com as faixas de renda consumidoras das famílias mexicanas, entre 1998 e 2008, expõem essa configuração (tabelas 7 a 9). Observamos, nos anos estudados, que também o fator trabalho se concentra nas atividades

econômicas voltadas ao consumo das faixas mais altas de renda. O setor de comércio e serviços predomina, mas a indústria também tem papel importante na absorção da força de trabalho. A contribuição das maquiladoras, nesse sentido, é um provável fator explicativo da manutenção de uma parte dos empregos (e de grande parte da formação de valor agregado, tal qual vimos na última sessão) na indústria manufatureira, sobretudo nas atividades ligadas ao consumo das faixas de renda mais elevadas, que são as mesmas com produção voltada às exportações, nas quais as maquiladoras se especializam.

Mas percebemos que essa contribuição está longe de ameaçar a exclusão da população das ocupações formais nos setores secundário e terciário. A quantidade de trabalhadores ocupados nas unidades econômicas privadas de 1998 a 2008 é muito menor que a população economicamente ativa nesses anos. O alto nível de investimentos estrangeiros diretos recebidos pelo México sobretudo após a entrada em vigor do NAFTA não levou, como era propagandeado, ao crescimento do emprego e à geração de novos postos de trabalho em toda a economia. Isso ocorreu, no máximo, em determinados segmentos da produção e nas regiões mais beneficiadas pelo volume de investimentos, concentradas nas proximidades da fronteira norte do país. Não obstante, a destruição de antigos postos de trabalho e de porções da indústria nacional não compensou os ganhos setoriais do acordo. Ao mesmo tempo, pela própria natureza destes investimentos, o contraste entre seu elevado volume e a reduzida capacidade de absorver a força de trabalho revelam exatamente o que Furtado e Marini poderiam prever: estes ocorreram baixo a utilização de processos produtivos e tecnologias alheios às necessidades nacionais de incorporação da força de trabalho por meio do emprego e da renda, voltando-se sobretudo para o barateamento dos custos de produção de peças e equipamentos destinados ao mercado externo e sem maior vinculação com as cadeias nacionais de produção.

### ***3.4 – Remunerações nas atividades econômicas: o sugestivo peso da desigualdade e da informalidade***

A exposição teórica das teses de Marini e Furtado sobre o aumento da produtividade e o aumento da exploração do trabalho nos permitiu observar as diferenças que podem surgir, dentro de uma economia dependente, em relação ao recurso à superexploração do trabalho de acordo com as esferas de consumo para as quais as atividades econômicas são predominantemente orientadas. Marini observou como a superexploração, sendo possível e provável em todos os setores da economia, torna-se uma necessidade naqueles ligados à produção de bens necessários: os capitais ligados à esfera alta de consumo elevam os preços de suas mercadorias, tendo em vista a demanda oriunda da mais-valia que permite realizar seus produtos, fazendo com que possam aferir mais-valia

extraordinária de forma mais sustentada. Essa situação pode até liberar determinados segmentos do recurso à superexploração como forma predominante de elevar a massa de mais-valia produzida. Nos setores ligados à produção de bens necessários, entretanto, o recurso ao aumento dos preços é inviável devido à natureza da demanda desses bens pela classe trabalhadora. O acesso à tecnologia, por sua vez, é mais limitado que no primeiro, pois é neste que se concentram os recursos e investimentos ligados à pesquisa e à inovação, e, quando ocorre, não permite aos capitais sustentar por muito tempo uma apropriação de mais-valia extraordinária. Os termos de intercâmbio internos da economia – de maneira similar ao que ocorre com os termos de intercâmbio internacionais – tornam-se dessa forma desfavoráveis aos setores de produção de bens necessários, que passam a sofrer uma transferência de mais-valia para os setores ligados às esferas altas de consumo. A compensação dessa perda se dá por meio do único recurso disponível às classes dominantes desses setores - a superexploração do trabalho – ou, no caso dos trabalhadores autônomos, pela intensificação do trabalho e extensão de sua jornada de trabalho.

Vale ressaltar que, como desdobramento da perspectiva teórica de Marini, os aumentos de produtividade concentrados nas atividades econômicas ligadas à esfera alta de consumo contribuem para pressionar pelo recurso à superexploração no conjunto dela: pelo lado desses setores de produção, contribui para a redução da população produtiva e o aumento do exército industrial de reserva, levando ao aumento da pressão sobre o preço da força de trabalho. Pelo lado dos setores ligados à produção de bens necessários, a nova mais-valia extraordinária apropriada pelos setores de bens “suntuários” precisa ser realizada por meio de uma elevação também de sua demanda, o que gera uma pressão adicional sobre o preço da força de trabalho pago nessas atividades de produção.

As distinções entre níveis de exploração do trabalho e as transferências de valor no interior da economia tem correspondência na história mexicana e, por isso, contribuem para a interpretação de fatores-chave dos níveis de ocupação e de remuneração da força de trabalho do México pós-NAFTA.

Em perspectiva histórica, vimos como a incompleta passagem da economia mexicana de uma economia cuja população e produção estava concentrada nas zonas rurais para uma economia industrial se deu em meio a uma persistente tensão entre esses setores da economia- sobretudo entre a indústria, que alimentava os padrões de consumo dos setores médios urbanos, e a pequena agricultura familiar, voltada para a produção de alimentos(bens necessários) e representada em grande parte pelos *ejidos*. Após o período cardenista, observou-se uma progressiva marginalização da agricultura familiar frente às necessidades de desenvolvimento da indústria fomentada por substituição de importações. O governo controlava os preços dos alimentos sem dar contrapartida ou apoio de maior importância aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. De fato, houve aí,

para além dos mecanismos de transferência de valor próprios do mercado capitalista e da geração de mais-valia extraordinária, uma transferência “forçada”, imposta pelo governo ao implementar o congelamento dos preços sem compensações e que levou, como desdobramento direto, à migração de grandes parcelas da população para as zonas urbanas. O nível dos fluxos migratórios, aliado à explosão populacional, levaram ao crescimento exponencial da força de trabalho, o qual, mesmo com os altos níveis de crescimento da economia e da indústria, não puderam ser suficientemente absorvidos pelos novos postos de trabalho criados. A ascensão de uma nova classe média com acesso a um moderno padrão de consumo se deu concomitantemente ao crescimento de uma ampla parcela populacional excluída desse mercado, o qual dela não necessitava para fomentar a acumulação sustentada internamente.

O desenvolvimento das forças produtivas no caso mexicano, da forma como se deu, nos traz novamente às proposições feitas a partir dos resultados encontrados nesse trabalho. De 1940 até a década de 1970, a transferência de valor entre setores da economia foi um fato que acarretou o aumento da jornada de trabalho, a migração e a piora das condições de vida da população do campo. A consequência direta, o êxodo rural e a elevação da população dependente do trabalho informal nas grandes cidades, numa estrutura econômica marcada por uma alta concentração de capital e acesso restrito ao avanço tecnológico – o qual propicia graus mais elevados de apropriação de mais-valia extraordinária – não haveria de reproduzir os mesmos mecanismos de transferência de valor sob novas condições, agora marcadas também pelas perdas de valor e mais-valia do setor informal da economia para aqueles formalizados, sobretudo os de maior e mais fácil acesso a tecnologias de produção, ligados ao padrão de consumo da classe média e das elites mexicanas? Mais ainda, como observamos, a abertura comercial e financeira mexicana na década de 1990, que previa e que de fato registrou um grande volume de investimento estrangeiro direto proveniente sobretudo dos Estados Unidos, contou com a adoção de processos produtivos destinados às exportações e ao consumo das faixas de renda mais altas da economia, fortemente concentrados em termos regionais e em poucas unidades econômicas. A marcada trajetória histórica mexicana de concentração de renda e propriedade, na qual se insere esse novo contexto, não sugeriria a intensificação de um processo de transferência de valor, cuja consequência direta, como formula Marini, recai sobre a força de trabalho dos ramos e setores da produção desfavorecidos?

As investigações realizadas nesse trabalho sugerem que sim. Os resultados encontrados em relação às remunerações dos trabalhadores de acordo com as faixas de renda consumidoras dos bens e serviços produzidos pelos segmentos de produção nos quais participam indicam que, no trabalho formal, existe uma tendência geral ao pagamento de salários de nível mediano em relação às faixas de renda da população mexicana. Esses resultados podem ocultar – e provavelmente o fazem, tendo

em vista a alta desigualdade de renda que persiste no México – uma disparidade significativa entre os salários, de acordo com as diversas atividades econômicas a que se referem. De todo modo, a diferença entre esses salários e os valores mínimos das rendas recebidas pelas famílias mexicanas é um sinal de que os mais altos níveis de exploração do trabalho, nos quais pode se sustentar a remuneração da força de trabalho a um nível abaixo de seu valor, não se encontram no período estudado na economia formal. Pode-se concluir dessa forma quando se leva em consideração, sobretudo, novamente a alta proporção da população economicamente ativa que se encontra sujeita ao subemprego e ao trabalho informal.

Não obstante, isso não significa que, entre os segmentos de produção da indústria, do comércio e dos serviços formalizados, os trabalhadores tenham fácil acesso à variedade de bens e serviços produzidos na economia. Além da já mencionada provável disparidade entre os salários, os dados demonstram que, se são poucos os trabalhadores dessas unidades econômicas entre as mais baixas faixas de renda da população, também o são aqueles que ocupam as mais altas faixas, para as quais se destina parte maior da produção mexicana. O salário médio dos trabalhadores, sobretudo daqueles ocupados na produção voltada ao consumo das faixas de renda mais baixa, que possuem níveis salariais relativamente menores que sua contraparte, é inferior às rendas que mais consomem produtos como automóveis, computadores, passagens aéreas, serviços de educação, entre outros, ligados às faixas mais altas.

Em relação às diferenças entre setores, os resultados indicam que a indústria, em todos os anos estudados, prevalece sobre o setor de comércio e serviços no pagamento de salários mais elevados. Esse é um elemento importante para a nossa análise: vimos a grande importância que tem este último setor na produção de valor agregado e na absorção da força de trabalho para a economia mexicana. A propagação de novos serviços observada nas últimas décadas no mundo todo, ligada às mudanças científico-técnicas e a novos marcos estabelecidos pela globalização, ainda que possa ter se feito sentir em mudanças na geração de valor para a economia mexicana<sup>11</sup>, não significou uma melhoria nas condições salariais em relação à produção industrial do país. Pelo contrário, o que se observa é a remuneração da força de trabalho a nível menor nesse setor. Tem-se, dessa forma, um indicativo de que a exploração do trabalho se faz mais presente no comércio e nos serviços, corroborando a tese de que, na atual fase de globalização econômica da economia mundial, as modificações no padrão de acumulação das economias dependentes conta com o aprofundamento da exploração do trabalho sob novas formas que ultrapassam a produção industrial.

---

11- Não é possível confirmar aqui, com o recorte temporal utilizado, como ocorreu esse processo de fato ocorreu no caso mexicano, pois no período analisado este setor mantém sua participação alta e constante ao longo dos anos.

### ***3.5– Padrão de acumulação mexicano pós-NAFTA: indicativos e ponderações sobre a investigação realizada***

A pesquisa sobre as variáveis de produção, consumo e renda no México nos anos posteriores à assinatura do Tratado Norte-americano de Livre Comércio, aqui realizada, trouxe aspectos importantes sobre cada uma dessas faces da economia mexicana, as quais se conectam e funcionam como mecanismos de um padrão de acumulação capitalista com um sentido próprio, envolto em contradições materiais típicas deste modo de produção.

Como ponto de partida da análise, a investigação indica que a participação na produção de valor agregado das atividades econômicas indica que a acumulação capitalista no México continua a ser dinamizada no período posterior ao NAFTA, em sua maior parte, pela produção de bens e serviços destinados às maiores faixas de renda da população, bem como ao mercado externo. Os dados sobre a produção de valor sugerem, dessa forma, a desimportância do consumo de bens necessários para a sustentação do crescimento econômico, fator que, como vimos, é característico do capitalismo dependente e baseado na superexploração do trabalho. As características dos investimentos estrangeiros recebidos pelo país com a abertura econômica promovida pelo tratado comercial - fortemente concentrados em algumas regiões e em algumas empresas, utilitários de tecnologias alheias às necessidades nacionais de absorção da força de trabalho e voltados à produção de peças e equipamentos destinados à exportação – sugerem como ocorre na prática esse processo.

A situação ocupacional mexicana corrobora essa perspectiva: o alto nível de informalidade do mercado de trabalho indica a exclusão de parte importante da população dos frutos do crescimento econômico e da acumulação em geral. A indústria, minoritária na geração de novos postos de trabalho, mostra-se incapaz de sanar a questão dentro dos moldes em que se dá sua participação na economia, e setor de serviços, que segue uma tendência global de contribuir com a maior parte da geração de empregos formais, o faz sem, contudo, incorporar suficientemente a população economicamente ativa nos processos produtivos. Trata-se de uma exclusão histórica, promovida no processo de industrialização durante o século XX e reproduzida sob novas condições, com a adoção de um novo padrão de acumulação no fim deste século.

Por fim, a observação dos níveis salariais nos segmentos de produção de bens e serviços analisados traz novos elementos para a interpretação, os quais, agregados aos anteriores e à perspectiva histórica do desenvolvimento das forças de produção no México, reforça a leitura sobre a localização predominante da superexploração do trabalho, ainda que venha a ocorrer em variadas atividades econômicas. A remuneração média dos trabalhadores encarregados diretamente da produção tende a se concentrar entre as faixas medianas de renda da população. No setor de comércio e serviços voltado ao consumo de bens necessários, ela apresenta seus níveis mais baixos,

enquanto é maior no setor industrial direcionado ao consumo das maiores rendas. A partir da perspectiva das transferências de valor intersetoriais que podem ocorrer na economia e de suas consequências sobre a exploração do trabalho, também aqui se sugere o papel determinante do trabalho informal, herdeiro direto da marginalização dos agricultores e trabalhadores rurais por meio do intercâmbio desigual no século XX, na promoção de um padrão de acumulação fundamentado na superexploração do trabalho e na negação das condições adequadas de vida para uma extensa parte dos mexicanos. O setor de comércio e serviços mais uma vez demonstra sua incapacidade de romper com essa configuração estrutural: mesmo garantindo mais empregos que a indústria, apresenta salários em média menores que ela. Tais diferenças intersetoriais são, provavelmente, uma das disparidades existentes nas remunerações desse agregado de atividades econômicas, considerando que a histórica desigualdade de renda do país torna os indicadores *per capita* em boa medida ilusórios para a análise da situação real das condições econômicas da população.

É importante salientar, a modo de conclusão, que as análises do conjunto de variáveis econômicas variam em relação ao grau de certeza que podem conferir às hipóteses lançadas nesse trabalho, ainda que todas elas ofereçam, como observamos, indicativos importantes a seu respeito. Dessa forma, sob o ponto de vista das variáveis de participação dos segmentos na produção de valor agregado e de seus níveis ocupacionais, os resultados encontrados são afirmativos na identificação de uma estrutura econômica voltada à produção para padrões de consumo minoritários e que não consegue absorver suficientemente a força de trabalho, reproduzindo a estrutural exclusão de amplas partes da população a determinados tipos de consumo e ao acesso ao trabalho. Por sua vez, a investigação sobre a remuneração dos trabalhadores do setor formal da economia traz *proposições* importantes, as quais necessitam, no entanto, de maior confirmação: temos aí indicativos de que a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor se concentra, predominantemente, no trabalho informal, mas existe em boa medida, também, entre os segmentos de mais baixa remuneração das atividades econômica formalizadas, situação ocultada pela análise dos níveis *médios* de remuneração dos trabalhadores mexicanos.

Entre os resultados mais e menos consistentes existe, de toda forma, uma sustentação teórica e histórica, bem como uma coerência interna entre as interpretações que deles se pode fazer. Do ponto de vista teórico, observamos as implicações da inserção das economias dependentes no mercado mundial sobre seu padrão de acumulação, com a exclusão de boa parte da população de seus processos produtivos e a recorrência à superexploração do trabalho como modo predominante de apropriação de mais-valia, sobretudo entre os setores desfavorecidos pelo intercâmbio desigual acarretado pelo desigual acesso dos diferentes setores a recursos técnicos e tecnológicos

responsáveis pelo desenvolvimento das forças produtivas. Tal perspectiva histórica é referendada pela experiência histórica, na qual observamos como no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos do México – a revolução mexicana, a repartição das terras, o cardenismo e o incentivo à agricultura familiar e sua reviravolta, o “desenvolvimento estabilizador” e sua crise, etc - surgiu um modelo de desenvolvimento, promovido a partir de iniciativas diretas do Estado, que passou a reforçar a transferência de valor do campo para as cidades e a promover um programa de industrialização incapaz de absorver a crescente força de trabalho nas cidades. O pano de fundo que dessas perspectivas teóricas e históricas pôde se retirar foi a compreensão da formação de uma economia industrial cujo funcionamento se deu por meio de um padrão de acumulação dependente e excludente. Assim, por meio da análise de uma série de características da acumulação mexicana com a ascensão da política econômica e do modelo de Estado neoliberal, as quais indicam que, no período posterior à aprovação do NAFTA, mudanças importantes no grau de investimento e de comércio internacional não trouxeram transformações em aspectos históricos explicativos do subdesenvolvimento e da pobreza mexicana, pudemos analisar e justificar a reprodução da dependência numa economia que, se passou por mudanças consideráveis na sua forma de inserção no mercado mundial e no seu modelo de crescimento, continua a carregar consigo as implicações desfavoráveis da dependência.

## CONCLUSÃO

### Uma contribuição que se pretende atual

A investigação realizada nesse trabalho se insere dentro de um conjunto de estudos latino-americanos com temas políticos, econômicos, geopolíticos e sociais, de caráter teórico ou empírico, mas que tem em comum a utilização e atualização da teoria da dependência. Desenvolvida nos anos 1970, por um certo período, do qual não fogem à explicação motivos políticos, os estudos sobre dependência caíram no esquecimento, sobretudo em sua vertente marxista. Talvez por razões infelizes, grande parte dos conceitos da teoria vem sendo agora resgatados por se mostrarem úteis para a análise da realidade social latino-americana, já que antigos problemas, verdadeiras encruzilhadas no nosso caminhar histórico, demonstram-se atuais e, em muitos casos, vieram mesmo se aprofundando nas últimas décadas.

A escolha do México e do NAFTA como objetos de estudo é simbólica nesse sentido. Por sua história e sua geografia, os mexicanos, desde sua independência, convivem sob a forte proximidade e ingerência do imperialismo estadunidense em seu território. As relações de dependência, nesse caso, ganham muitas vezes um caráter explícito e ainda mais dramático – tanto em seus desdobramentos diretos quanto nos processo de resistência a ela, como em determinados períodos foi a Revolução Mexicana - constituindo-se, talvez, em um exemplo desse tipo de relação política e econômica vivido em maior ou menor intensidade por toda a América Latina. O NAFTA foi, nesse sentido, a pura expressão desse caráter exemplar: no auge da ideologia neoliberal pregada pela cartilha do Consenso de Washington, o país optou por uma abertura comercial e financeira unilateral e quase irrestrita, e se tornou, dessa forma, um paradigma das consequências da aplicação de políticas econômicas com esse corte para todos os países dependentes. Realizar um estudo sobre dependência com o caso mexicano é, portanto, de uma utilidade dupla: contribui, por um lado, de forma particular para o entendimento de como se dá essa relação tendo em vista a ascensão de fenômenos mais recentes na economia mundial - como a globalização, a financeirização e as transformações científico-técnicas -, por outro, oferece ferramentas formidáveis para uma análise crítica das consequências desse processo sobre a autonomia dos países periféricos e as condições de vida de suas populações.

Pudemos ver, nas investigações realizadas, alguns aspectos relevantes nesse sentido. Ao buscar o entendimento, em um país e um período específico, de como a produção, os níveis de ocupação e de remuneração, numa relação dialética, formam e são formados pelas esferas alta e baixa de consumo da população, observou-se e propuseram-se respostas em relação aos efeitos de um processo que se inicia com a dependência tecnológica e sociocultural e termina com a elevação dos níveis de exploração da classe trabalhadora para além do máximo possível para a manutenção da

reprodução de sua força de trabalho. No caminho da investigação, conseguiu-se encontrar alguns resultados de maior consistência e outros que sugerem aspectos importantes. Identificou-se a importância que possuem os segmentos ligados à esfera alta de consumo da economia e a insuficiente absorção da força de trabalho por eles e pela economia formal como um todo. Por outro lado, as médias salariais dos trabalhadores da economia formal obtidas sugerem o peso do trabalho informal e da desigualdade na definição dos salários e, conseqüentemente, do grau de exploração do trabalho do capitalismo mexicano.

Naturalmente, para aquelas questões em que se encontraram sugestões importantes, surgem hipóteses que podem ser trabalhadas em futuras investigações. Para entender mais precisamente o papel das transferências de valor na definição da estrutura econômica e na recorrência aos mais altos níveis de exploração do trabalho pelos capital no México, pode-se analisar como se comportam os termos de intercâmbio na economia e se há um claro desfavorecimento nesse sentido pelo setor informal. Uma outra possibilidade é a investigação específica sobre as relações de trabalho e os níveis salariais dentro das atividades desempenhadas sob a denominação de “trabalho informal”. Esta última também pode ser feita em relação aos setores da indústria e terciário da economia, visando identificar a disparidade de salários entre atividades econômicas que aqui foi sugerida como uma possibilidade. Todos esses estudos contribuiriam para a atualização da perspectiva da superexploração do trabalho fundada por Ruy Mauro Marini, bem como dos estudos sobre dependência em geral.

Vale pontuar, para finalizar, que a tal atualidade da teoria da dependência vem ganhando, nos últimos anos na América Latina, um caráter ainda mais emergencial, que eleva sobremaneira a importância de estudos que trabalhem com esse conceito e com perspectivas a ele relacionadas. Após um período de ascensão política de governos de esquerda e centro-esquerda na região, os quais apresentaram resistência, em alguma medida, a condicionantes da dependência como a superexploração do trabalho, ou ao menos a algumas de suas manifestações mais extremas e indignas, vivemos um novo momento de retomada do poder, sem nenhum tipo de contrapeso, pelas classes dominantes latino-americanas, caracterizadas tradicionalmente pelo atraso tecnológico, pela corrupção e pelo autoritarismo. Diante dessa nova realidade, que atinge grandes países como o Brasil, a Argentina e o México (no caso deste último, essa realidade não é exatamente “nova”), a construção de leituras críticas das realidades nacionais, regionais e global a partir da perspectiva latino-americana, faz-se ainda mais necessária como instrumento de resistência e de transformação. Modestamente e dentro de seus limites, este trabalho procurou contribuir com certo avanço nessa trincheira intelectual.

## Bibliografia

- AGUILAR, Paula Lúcia. *NAFTA*. 2006. <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/n/nafta>>. Acesso em: 24/01/2018;
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators Database. Agricultura, valor agregado (% del PIB)*. World Bank, 2014;
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000;
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. - 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004;
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As Três Interpretações da Dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010;
- BRESSER PEREIRA, L. C.; MARCONI, A. Existe doença holandesa no Brasil? In: *Doença Holandesa e Indústria*. Editora FGV, 2010. p. 207-230;
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Método y pasión em Celso Furtado*. Revista de la Cepal, 2004
- CAMÍN, Héctor Aguillar; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000;
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974;
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;
- GOLLÁS, Manuel. *México: Crecimiento con Desigualdad y Pobreza( De la Sustitución de Importaciones a los Tratados de Libre Comercio con quien se deje*. Cidade do México: El Colégio de México, 2003;
- INEGI. *Censos Economicos 1999*. Aguascalientes: INEGI, 1999;
- INEGI. *Censos Economicos 2004*. Aguascalientes: INEGI, 2004;
- INEGI. *Censos Economicos 2009*. Aguascalientes: INEGI, 2009;
- INEGI. *Encuesta Nacional de Empleo*. Aguascalientes: INEGI, 2004;
- INEGI. *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares(1998, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008)*. Aguascalientes: 2009;
- INEGI. *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo*. Aguascalientes: 2009;
- INEGI. *Exportaciones por Subsector(2013)*. Aguascalientes: 2017
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência, 1973”. Em: STEDILE, João Pedro;
- MARINI, Ruy Mauro. “Sobre a dialética da dependência, 1973”. Em: STEDILE, João Pedro;
- TRANSPADINI, Roberta(Orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular,

2011;

MARINI, Ruy Mauro. *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*. Cuadernos Políticos n. 20, Ediciones Era, México, abril-junho de 1979, pp. 18-39;

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011;

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R. Multinacionais na indústria brasileira e o processo de desindustrialização. Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS <<http://www.ufrgs.br/ppge/textos-para-discussao.asp?ano=2015>>;

PREBISCH, Raul. “O Desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais”. Em: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000;

RAJCHENBERG, Enrique. *México*. 2006. <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mexico>>. Acesso em: 11/12/2017;

RUIZ, Miguel. *El TLCAN Veinte Años Después: Saldos y Lecciones*. Em: “En la Senda del TLCAN: una visión crítica”. Universidade de Sonora e Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio, 2016;

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. 1ª ed. Petrópolis :Vozes, 1999;

STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta. “Introdução”. Em: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta(Orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

VALENZUELA FEIJÓO, José. *Qué es un modelo de acumulación?* México D.F., Uam, 1990.

## Apêndice

Tabela 1 – Apêndice - 1998 -Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços se concentra nas faixas de renda mais alta	
Bens e serviços	Segmentos
Servicios y artículos de educación y esparcimiento, paquetes turísticos y para fiestas, hospedaje y alojamiento	Fabricacion y/o ensamble de equipo electronico de radio, television, comunicaciones y de uso medico; Imprentas, editoriales e industrias conexas; Servicios educativos prestados por el sector privado; Restaurantes, bares y centros nocturnos; Hoteles y otros servicios de alojamiento temporal; Servicios de esparcimiento, culturales, recreativos y deportivos; Servicios de agencias de viajes y almacenaje;
Transporte, adquisición, mantenimiento y accesorios para vehículos y comunicaciones	Industria automotriz; Fabricacion, reparacion y/o ensamble de equipo de transporte y sus partes, excluye automoviles y camiones; Fabricacion y/o ensamble de maquinas de oficina, calculo y procesamiento informatico; Comercio al por menor de automoviles, incluye llantas y refacciones; Servicio de reparacion y mantenimiento automotriz; Transporte aereo; Servicios relacionados con el transporte aereo; Autotransporte de pasajeros; Transporte electrico; Transporte de pasajeros, en automoviles de alquiler de sitio y ruta fija; Servicios de comunicaciones

Tabela 1 – Apêndice: 1998 – Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços se concentra nas faixas de renda mais alta. Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y

Tabela 2 – Apêndice >1998 - Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços é distribuido de maneira equânime entre as	
Bens e serviços	Segmentos
Vestido y calzado	Textiles, prendas de vestir e industria del cuero
Vivienda, servicios de conservación, energía eléctrica y combustible	Fabricacion y/o ensamble de maquinaria, equipo y accesorios electricos, incluye para la generacion de energia electrica; Estaciones de gasolina (gasolineras); Servicios de alquiler de bienes inmuebles
Artículos y servicios para la limpieza y cuidados de la casa, enseres domésticos, muebles, cristalería, utensilios domésticos y blancos	Fabricacion de envases y otros productos de madera y corcho, excluye muebles; Fabricacion y reparacion de muebles principalmente de madera; Fabricacion y/o ensamble de aparatos y accesorios de uso domestico, excluye los electronicos; Fabricacion y reparacion de muebles metalicos; Servicios de tintorería y lavandería; Servicios domesticos; Otros servicios de reparacion, principalmente a los hogares
Cuidados médicos y conservación de la salud	Industria farmaceutica; Servicios medicos, odontologicos y veterinarios prestados por el sector privado
Artículos y servicios para el cuidado personal, accesorios y efectos personales, otros gastos diversos y transferencias	-----//-----//-----

Gastos de los Hogares e Censos Economicos 1999. Tabela 2 – Apêndice: 1998 – Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços é distribuido de maneira equânime entre as faixas de renda. Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 1999.

Tabela 3 – Apêndice: 1998 – Atividades econômicas com consumo priorizado pelas faixas de renda mais baixa. Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 199

Tabela 4 – Apêndice: 1998- Atividades econômicas sem possibilidade de classificação(bens de capital ou atividades inespecíficas)	
Bens e serviços	Segmentos
Alimentos y bebidas consumidas dentro y fuera del hogar	Productos alimenticios, bebidas y tabaco; Comercio de productos alimenticios, bebidas y tabaco al por mayor; Comercio de productos alimenticios, bebidas y tabaco, al por menor, en establecimientos especializados; Comercio de productos alimenticios al por menor en supermercados, tiendas de autoservicio y almacenes
<p>Segmentos sem possibilidade de classificação(podem se referir a produtos finais) Fabricación de otros productos textiles, excepto prendas de vestir; Curtido y acabado de cuero y piel; Fabricación de otros productos de cuero, piel y materiales sucedáneos; Industria de la madera; Industria del papel; Fabricación de productos derivados del petróleo y del carbón; Fabricación de productos químicos básicos; Fabricación de productos de plástico; Fabricación de productos de hule; Fabricación de vidrio y productos de vidrio; Fabricación de cemento y productos de concreto; Fabricación de cal, yeso y productos de yeso; Fabricación de otros productos a base de minerales no metálicos; Fabricación de alambre, productos de alambre y resortes; Fabricación de equipo de generación y distribución de energía eléctrica; Fabricación de otros equipos y accesorios eléctricos; Fabricación de carrocerías y remolques; Fabricación de artículos y accesorios para escritura, pintura, dibujo y actividades de oficina; Otras industrias manufactureras; Intermediación de comercio al por mayor; Comercio al por menor en tiendas de autoservicio y departamentales; Comercio al por menor de ferretería, tlapalería y vidrios; Comercio al por menor exclusivamente a través de internet, y catálogos impresos, televisión y similares; Otros servicios relacionados con el transporte; Servicios de mensajería y paquetería; Edición de directorios y de listas de correo, y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Edición de otros materiales y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Servicios financieros y de seguros; Alquiler de otros artículos para el hogar y personales; Centros generales de alquiler; Alquiler de maquinaria y equipo para construcción, minería, actividades forestales y transporte, excepto terrestre; Servicios de alquiler de marcas registradas, patentes y franquicias; Servicios legales; Servicios de contabilidad, auditoría y servicios relacionados; Servicios de arquitectura, ingeniería y actividades relacionadas; Diseño especializado; Servicios de diseño de sistemas de cómputo y servicios relacionados; Servicios de consultoría administrativa, científica y técnica; Servicios de investigación científica y desarrollo; Servicios de publicidad y actividades relacionadas; Otros servicios profesionales, científicos y técnicos; Corporativos; Servicios de administración de negocios; Servicios combinados de apoyo en instalaciones; Servicios de empleo; Servicios de preparación de documentos; Servicios de casetas telefónicas, recepción de llamadas y promoción por teléfono; Agencias de cobranza; Despachos de investigación de solvencia financiera; Otros servicios de apoyo secretarial y similares; Servicios de investigación, protección y seguridad; Servicios de limpieza; Otros servicios de apoyo a los negocios; Orfanatos y otras residencias de asistencia social; Otros servicios de asistencia social; Reparación y mantenimiento de equipo electrónico y de equipo de precisión; Reparación y mantenimiento de maquinaria y equipo agropecuario, industrial, comercial y de servicios; Lavanderías y tintorerías; Servicios funerarios y administración de cementerios; Estacionamientos y pensiones para vehículos automotores; Asociaciones y organizaciones comerciales, laborales, profesionales y recreativas; Asociaciones y organizaciones religiosas, políticas y civiles; Baños públicos; Sanitarios públicos y bolerías; Generación y distribución de energía eléctrica, Suministro de agua y de gas por ductos al consumidor final; Trabajos especializados para la construcción; Comercio al por menor de combustibles; Fabricación de equipo ferroviario*; Fabricación de embarcaciones*; Fabricación de otro equipo de transporte; Servicios relacionados con el transporte por ferrocarril; Servicios para la navegación por agua; Otros servicios relacionados con el transporte por agua; Servicios relacionados con el transporte por carretera</p>	

Tabela 4 – Apêndice: 1998 – Atividades econômicas sem possibilidade de classificação(bens de capital ou atividades inespecíficas).Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 1999.

Tabela 5 – Apêndice: 2003 e 2008 - Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços se concentra nas faixas de renda mais altas	
Bens e serviços	Segmentos
Servicios y artículos de educación y esparcimiento, paquetes turísticos y para fiestas, hospedaje y alojamiento	Fabricación de juguetes; Comercio al por mayor de discos, juguetes y artículos deportivos; Comercio al por mayor de artículos de papelería, libros, revistas y periodicos; Comercio al por menor de artículos para el esparcimiento; Comercio al por menor de artículos de papelería, libros, revistas y periodicos; Transporte turístico; Edición de periodicos y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Edición de revistas y otras publicaciones periodicas y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Edición de libros y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Industria filmica y del video; Industria del sonido; Alquiler de videocassetes y discos; Servicios de fotocopiado, fax, acceso a computadoras y afines; Agencias de viajes y servicios de reservaciones; Escuelas de educación básica, media y para necesidades especiales; Escuelas de educación postbachillerato; Escuelas de educación superior; Escuelas comerciales, de computación y de capacitación para ejecutivos; Escuelas de oficios; Otros servicios educativos; Servicios de apoyo a la educación; Servicios artísticos, culturales y deportivos, y otros servicios relacionados; Museos, sitios históricos, zoológicos y similares; Servicios de entretenimiento en instalaciones recreativas y otros servicios recreativos; Servicios de alojamiento temporal; Centros nocturnos, bares, cantinas y similares
Transporte, adquisición, mantenimiento y accesorios para vehículos y comunicaciones	Fabricación de equipo de computación, comunicación, medición y de otros equipos, componentes y accesorios electrónicos; Fabricación de automóviles y camionetas; Fabricación de partes para vehículos automotores; Fabricación de equipo aeroespacial*, Comercio al por mayor de camiones y de partes y refacciones nuevas para automóviles, camionetas y camiones; Comercio al por menor de mobiliario, equipo y accesorios de computo, teléfonos y otros aparatos de comunicación; Comercio al por menor de automóviles y camionetas; Comercio al por menor de partes y refacciones para automóviles, camionetas y camiones; Comercio al por menor de motocicletas y otros vehículos de motor; Comercio al por menor de aceites y grasas lubricantes, aditivos y similares para vehículos de motor; Transporte aéreo; Transporte terrestre de pasajeros, excepto por ferrocarril; Servicios relacionados con el transporte aéreo; Edición de software y edición de software integrada con la reproducción; Transmisión de programas de radio y televisión; Producción de programación de canales para sistemas de televisión por cable o satelitales; Otros servicios de información; Alquiler de automóviles, camiones y otros transportes terrestres; Reparación y mantenimiento de automóviles y camiones

Tabela 5 – Apêndice: 2003 e 2008 – Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços se concentra nas faixas mais altas.Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2008

Tabela 6 – Apêndice: 2003 e 2008: Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços é distribuído de maneira equânime entre as faixas de renda	
Bens e serviços	Segmentos
Vestido y calzado	Fabricacion de prendas de vestir; Fabricacion de calzado; Comercio al por mayor de productos textiles y calzado; Comercio al por menor de productos textiles, bisutería, accesorios de vestir y calzado; Alquiler de prendas de vestir
Vivienda, servicios de conservación, energía eléctrica y combustible	Edificación residencial; Fabricacion de accesorios de iluminación; Fabricacion de aparatos electricos de uso domestico; Alquiler sin intermediacion de bienes raíces; Inmobiliarias y corredores de bienes raíces; Servicios relacionados con los servicios inmobiliarios; Manejo de desechos y servicios de remediación
Artículos y servicios para la limpieza y cuidados de la casa, enseres domésticos, muebles, cristalería, utensilios domésticos y blancos	Confección de alfombras, blancos y similares; Fabricación de artículos de alfarería, porcelana, loza y muebles de baño; Fabricacion de herramientas de mano sin motor y utensilios de cocina metalicos; Fabricacion de herrajes y cerraduras; Fabricacion de muebles, colchones y persianas; Comercio al por mayor de electrodomesticos menores y aparatos de linea blanca; Comercio al por menor de muebles para el hogar y otros enseres domesticos; Comercio al por menor de articulos para la decoracion de interiores; Alquiler de aparatos electricos y electronicos para el hogar y personales; Reparacion y mantenimiento de articulos para el hogar y personales
Cuidados médicos y conservación de la salud	Fabricacion de productos farmaceuticos; Comercio al por mayor de productos farmaceuticos; Comercio al por menor de articulos para el cuidado de la salud; Servicios medicos de consulta externa y servicios relacionados; Hospitales; Residencias con cuidados de enfermeras para enfermos convalecientes, en rehabilitacion, incurables y terminales; Residencias para el cuidado de personas con problemas de retardo mental, trastorno mental y adicciones; Asilos y otras residencias para el cuidado de ancianos
Artículos y servicios para el cuidado personal, accesorios y efectos personales, otros gastos diversos y transferencias	Fabricacion de jabones, limpiadores y preparaciones de tocador; Metalisteria y joyeria; Fabricacion de articulos deportivos; Comercio al por mayor de articulos de perfumeria, cosmeticos y joyeria; Comercio al por menor de articulos de perfumeria y joyeria; Comercio al por menor de mascotas, regalos, articulos religiosos, desechables y otros articulos de uso personal; Salones y clinicas de belleza y peluquerias; Servicios de revelado e impresion de fotografias y otros servicios personales

Tabela 6 – Apêndice: 2003 e 2008: Atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços é distribuído de maneira equânime entre as faixas de renda. Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2008

Tabela 7 – Apêndice: 2003 e 2008 - Atividades econômicas com consumo priorizado pelas faixas de renda mais baixas	
Bens e serviços	Segmentos
Alimentos y bebidas consumidas dentro y fuera del hogar	Molienda de granos y de semillas y obtención de aceites y grasas; Elaboración de azúcares, chocolates, dulces y similares; Conservacion de frutas, verduras y alimentos preparados; Elaboracion de productos lacteos; Matanza, empackado y procesamiento de carne de ganado, aves y otros animales comestibles; Preparacion y envasado de pescados y mariscos; Elaboracion de productos de panaderia y tortillas; Otras industrias alimentarias; Industria de las bebidas y del tabaco; Comercio al por mayor de abarrotes y alimentos; Comercio al por mayor de bebidas, hielo y tabaco; Comercio al por menor de abarrotes, alimentos, bebidas, hielo y tabaco; Restaurantes con servicio completo; Restaurantes de autoservicio, comida para llevar y otros restaurantes con servicio limitado; Servicios de preparacion de alimentos por encargo

Tabela 7 – Apêndice: 2003 e 2008: Atividades econômicas com consumo priorizado pelas faixas de renda mais baixas. Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2008

Tabela 8 – Apêndice: 2003 e 2008- Atividades econômicas sem possibilidade de classificação (bens de capital ou atividades inespecíficas). Fontes: dados agregados de INEGI. Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares e Censos Economicos 2009

Tabela 8 – Apêndice: 2003 e 2008-Atividades econômicas sem possibilidade de classificação(bens de capital ou atividades inespecíficas)

Segmentos sem possibilidade de classificação(podem se referir a produtos finais) Fabricación de otros productos textiles, excepto prendas de vestir; Curtido y acabado de cuero y piel; Fabricación de otros productos de cuero, piel y materiales sucedáneos; Industria de la madera; Industria del papel; Fabricación de productos derivados del petróleo y del carbón; Fabricación de productos químicos básicos; Fabricación de productos de plástico; Fabricación de productos de hule; Fabricación de vidrio y productos de vidrio; Fabricación de cemento y productos de concreto; Fabricación de cal, yeso y productos de yeso; Fabricación de otros productos a base de minerales no metálicos; Fabricación de alambre, productos de alambre y resortes; Fabricación de equipo de generación y distribución de energía eléctrica; Fabricación de otros equipos y accesorios eléctricos; Fabricación de carrocerías y remolques; Fabricación de artículos y accesorios para escritura, pintura, dibujo y actividades de oficina; Otras industrias manufactureras; Intermediación de comercio al por mayor; Comercio al por menor en tiendas de autoservicio y departamentales; Comercio al por menor de artículos de ferretería, tlapalería y vidrios; Comercio al por menor exclusivamente a través de internet, y catálogos impresos, televisión y similares; Otros servicios relacionados con el transporte; Servicios de mensajería y paquetería; Edición de directorios y de listas de correo, y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Edición de otros materiales y edición de estas publicaciones integrada con la impresión; Servicios financieros y de seguros; Alquiler de otros artículos para el hogar y personales; Centros generales de alquiler; Alquiler de maquinaria y equipo para construcción, minería, actividades forestales y transporte, excepto terrestre; Servicios de alquiler de marcas registradas, patentes y franquicias; Servicios legales; Servicios de contabilidad, auditoría y similares; Servicios de cobranza; Despachos de arquitectura, ingeniería y actividades relacionadas; Diseño especializado; Servicios de diseño de sistemas de cómputo y servicios relacionados; Servicios de consultoría administrativa, científica y técnica; Servicios de investigación científica y desarrollo; Servicios de publicidad y actividades relacionadas; Otros servicios profesionales, científicos y técnicos; Corporativos; Servicios de administración de negocios; Servicios combinados de apoyo en instalaciones; Servicios de empleo; Servicios de preparación de documentos; Servicios de casetas telefónicas, recepción de llamadas y promoción por teléfono; Agencias de cobranza; Despachos de investigación de solvencia financiera; Otros servicios de apoyo secretarial y similares; Servicios de investigación, protección y seguridad; Servicios de limpieza; Otros servicios de apoyo a los negocios; Orfanatos y otras residencias de asistencia social; Otros servicios de asistencia social; Reparación y mantenimiento de equipo electrónico y de equipo de precisión; Reparación y mantenimiento de maquinaria y equipo agropecuario, industrial, comercial y de servicios; Lavanderías y tintorerías; Servicios funerarios y administración de cementerios; Estacionamientos y pensiones para vehículos automotores; Asociaciones y organizaciones comerciales, laborales, profesionales y recreativas; Asociaciones y organizaciones religiosas, políticas y civiles; Baños públicos; Sanitarios públicos y boleterías; Generación y distribución de energía eléctrica, Suministro de agua y de gas por ductos al consumidor final; Trabajos especializados para la construcción; Comercio al por menor de combustibles; Fabricación de equipo ferroviario\*; Fabricación de embarcaciones\*; Fabricación de otro equipo de transporte; Servicios relacionados con el transporte por ferrocarril; Servicios para la navegación por agua; Otros servicios relacionados con el transporte por agua; Servicios relacionados con el transporte por carretera

1998- Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares	Total	Agricultura	Comércio e serviços	Indústria
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais altas	28,08%	0,91%	13,97%	13,21%
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	19,19%	3,30%	7,57%	8,32%
Atividades econômicas que não puderam ser classificadas	52,73%			

Tabela 9 – Apêndice: 1998 - Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares\*.

\* \*O cálculo das proporções foi feito da seguinte forma: inicialmente, tomou-se como parâmetro o valor agregado(v) das atividades econômicas de acordo com o perfil de consumo das diferentes faixas de renda, separando-os entre as categorias “valor agregado das atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços se concentra nas faixas de renda mais altas”, “valor agregado das atividades econômicas cujo consumo de bens e serviços é distribuído de maneira equânime entre as faixas de renda” e “valor agregado das atividades econômicas com consumo priorizado pelas faixas de renda mais baixas”. Em seguida, utilizando as fórmulas  $x=1/c1/c2 + 1$  e  $p=1/r1/r2 + 1$  referentes aos multiplicadores das diferenças de renda e de concentração de consumo, em que  $x$  é o multiplicador de concentração do consumo,  $c1$  é a média dos níveis de consumo das faixas de renda com maior concentração,  $c2$  é a média dos níveis de consumo das faixas de menor concentração,  $p$  é o multiplicador de diferença de renda,  $r1$  é a média da renda das faixas de maior poder aquisitivo e  $r2$  é a média de renda das faixas de menor poder aquisitivo, efetuou-se a multiplicação para chegar às proporções adequadas. Esta operação foi feita de duas maneiras: para as proporções de concentração de consumo em que havia uma redução do valor agregado diante da menor concentração de consumo da faixa de renda, utilizou-se a equação  $v'=v.p.x$ , enquanto para aquelas em que houve um aumento do valor diante da maior concentração de consumo, a equação foi  $v'=v.(1-p)+v.p.(1-x)$ , em que  $v'$  é o montante final dos valores agregados nas proporções de renda e concentração de consumo adequadas. Garantiu-se dessa forma que aquela parte do montante “conquistada” pela proporção com maior concentração fosse “perdida” na mesma medida pela de menor concentração. Esses mesmos procedimentos, utilizados na definição das proporções correspondentes ao valor agregado da produção, foram realizados na definição dos indicadores de ocupação e de remunerações envolvidas na produção econômica para o consumo das diferentes faixas de renda, também ponderados pela diferença de renda entre elas e pelas diferentes concentrações de consumo.

Fonte: INEGI. Censos Economicos 1999

2003- Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares	Total	Agricultura	Comércio e Serviços	Indústria
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais altas	24,51%	0,77%	12,17%	11,56%
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	14,85%	2,81%	6,53%	5,52%
Atividades econômicas que não puderam ser classificadas	60,64%			

Tabela 10 – Apêndice : 2003 – Valor agregado da produção por faixas de renda familiares. Fonte: INEGI. Censos Economicos 2004

2008- Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares	Total	Agricultura	Comércio e Serviços	Indústria
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais altas	20,21%	0,71%	9,60%	9,90%
Valor agregado da produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	13,61%	2,58%	4,89%	6,14%
Atividades econômicas que não puderam ser classificadas	66,17%			

Tabela 11 – Apêndice: 2008 – Valor agregado da produção de acordo com consumo por faixas de renda familiares. Fonte: INEGI: Censos Economicos 2009

1998 -Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Agricultura	Comércio e serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	4,12%	8,10%	4,91%	17,13%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	14,95%	4,30%	2,46%	21,70%

Tabela 12 – Apêndice: 1998 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda> Fontes: INEGI. Censos Econômicos 1999 e Encuesta Nacional de Ocupacion y Empleo

2003 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Agricultura	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	3,76%	5,54%	3,69%	12,99%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	13,63%	2,57%	1,69%	17,89%

Tabela 12 – Apêndice: 2003 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda. Fontes: INEGI. Censos Econômicos 2004 e Encuesta Nacional de Empleo

2008 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda	Agricultura	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	2,77%	5,45%	2,97%	11,20%
Proporção de trabalhadores na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	10,05%	2,54%	1,38%	13,96%

Tabela 13 – Apêndice: 2008 – Proporção de trabalhadores na produção de acordo com consumo por faixas de renda. Fontes: INEGI. Censos Econômicos 2009 e Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo

1998- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	Indústria	Média do total
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	2845	4572	3497
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	1754	4122	2615

Tabela 14 – Apêndice: 1998 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 1999.

2003- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e Serviços	Indústria	Média do total
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	7381	9886	8382
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	6442	9695	7733

Tabela 15 – Apêndice: 2003 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador de acordo com consumo por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 2004.

2008- Remunerações médias trimestrais por trabalhador na produção dividida por faixas de renda consumidoras	Comércio e serviços	Indústria	Média das atividades
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	10352	15126	12037
Remuneração média na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	8636	13867	10478

Tabela 16 - Apêndice:2008 – Remunerações médias trimestrais por trabalhador de acordo com consumo por faixa de renda. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 2009

Remunerações nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares	Comércio e serviços	Indústria	Total
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	87579776,668	85411598,616	172991375
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	28677701	38546816,384	67224518

Tabela 17 – Apêndice: 1998 - Remunerações totais anuais nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares (milhares de pesos. Fonte: INEGI. Censos Econômicos 1999.

2003 -Remunerações nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares(milhares de pesos)	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	134923734	120.203.238	255.126.973
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	54594120	54.074.549	108.668.668

Tabela 18 – Apêndice:2003 - Remunerações nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares(milhares de pesos). Fontes: INEGI. Censos Econômicos 2004.

2008 -Remunerações nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares(milhares de pesos)	Comércio e Serviços	Indústria	Total
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais altas	181.316.373	144.450.999	325.767.372
Remunerações na produção com consumo nas faixas de renda mais baixas	70.402.141	61.457.450	131.859.591

Tabela 19 - Apêndice: 2008 - Remunerações nas atividades econômicas de acordo com consumo por faixas de renda familiares(milhares de pesos). Fonte: INEGI. Censos Econômicos 2009.

1998 a 2008 – Pessoal ocupado nas unidades econômicas e população economicamente ativa		
Ano	Pessoal ocupado nas unidades econômicas privadas	População economicamente ativa
1998	13814603	31116489
2003	10484374	33439025
2008	11343613	39466691

Tabela 20 – Apêndice: 1998 a 2008 – Pessoal ocupado nas unidades econômicas e população economicamente ativa (PEA). Encuesta Nacional de Empleo, 2004; Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, 2009.

